



X
capitula

O Sítio Urbano
Seu Desenvolvimento

Walter Veloso Gordilho



Problema,

atual e complexo, que reflete o elevado índice de crescimento demográfico das principais cidades brasileiras, vem contribuindo intensamente para a expansão das áreas urbanas, carreando uma inopinada solicitação das estruturas tradicionais, o que levará, certamente, ao caos urbano, se as conseqüências daí decorrentes não forem objeto de um estudo e tratamento adequado ao nível de planejamento global de regiões.

Observa-se, ainda, que, ao lado da crescente urbanização da população, o progresso sócio-econômico, favorecido pela melhoria e difusão da instrução e conseqüente aumento do poder aquisitivo, vem gerando novas exigências habitacionais, representadas, principalmente, pela necessidade dos acessos ao veículo auto-motor. Também são fatores que carecem de um planejamento regional as novas solicitações de lazer e serviços, aliadas à expansão dos demais campos de atividades, passando a exigir o fomento de áreas industriais, comerciais e de escritórios, que vêm assumindo proporções inusitadas.

O vulto e complexidade do problema pode ser numericamente comprovado se atentarmos a que Salvador, de 1900, com 205.813 habitantes, teve sua população, em 1950, ampliada para 424.142 habitantes, e que o censo de 1970 computou 1.007.195 habitantes, e agora, a população estimada gira em torno de 1.400.000 habitantes.

Idêntico fenômeno se pode constatar em relação ao crescimento físico do município, pois, enquanto em 1920 existiam 39.717 prédios, em 1950 este número cresceu para 88.323, e hoje alcança uma cifra próxima a 300.000.

Como referência, vale também ressaltar que, em 1973, registraram-se em Salvador 74.854 veículos, número este que em 1974 cresceu para 92.067, chegando, em 1975, a 113.557, alcançando, em 1976, 138.136, ultrapassando agora a casa dos 160.000.

Os estudos que realizamos, no contacto com as fontes históricas que retratam os aspectos do uso do solo urbano, demonstram que até certa época tal desenvolvimento se processou dentro de uma amplitude coerente com as exigências naturais deste crescimento. O seu avanço, nos últimos anos, ao lado das condicionantes desenvolvimentistas, não mais se ajusta às premissas que presidiram ao seu crescimento espontâneo anterior.

(1) ACCIOLI, Ignácio & AMARAL, Braz – Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, Bahia, Imprensa Oficial, 1919, 19 Vol. pág. 35.

(2) A cartografia referida neste parágrafo está, toda ela, reproduzida na monumental “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, editada em três volumes, dirigida e coordenada por Carlos Malheiros Dias, Porto, Litografia Nacional, MCMXXI.

(3) São em número de cinco os marcos que a expedição de Cristovam Jacques colocou na terra do Brasil para assinalar o domínio português: na enseada de São Marcos; na Bahia de Todos os Santos; na barra de Cananéia; na ilha do Maldonado e na Bahia de São Mateus. O da Bahia de Todos os Santos fez com que o sítio, onde mais tarde se fez o forte de Santo Antônio, ficasse conhecido como “ponta do Padrão”.

(4) Entre a lenda e a verdade documental é esta a história que, sobre a chegada de Caramuru à Bahia, conta Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil – Rio de Janeiro, 1858) Vol. I pág. 35 – 39:

Posto que no vulgo seja tão notório o caso na Bahia acontecido ao celebrado Caramurú, Diogo Alvares Correa, e todos os Escritores destas conquistas trataõ delle; como em alguns se achaõ circunstancias, que fataõ em outros, e em todos muitas cousas, que não concordaõ com o tempo, e verdade da sua occurrencia, daremos agora com especialidade a sua narraçaõ, tirada a substancia della de hum antigo Manuscrito, que achamos no Archivo do Convento da mesma Bahia, e que pela fraze, e modo com que o relata, mostra ser escrito por pessoa, que existia, senaõ nos mesmo, muy propinqua áquelle tempo. Outra razaõ, e muy forçosa, nos move a intrometermos nesta escrita os feitos deste Herõ, e he, confôrme a ordem, que levamos, descrever as Capitãias do Brasil, por onde andaraõ antes, e fundaraõ depois Conventos os nossos Religiosos, quando se descobriraõ ellas, e quaes foraõ os seus primeiros Povoadores, e os que as fundaraõ; e como esta gloria se deve na da Bahia a Diogo Alvares Correa, antes que fallemos em os primeiros Religiosos nossos, que vieraõ ter, por disposiçaõ do Ceo, a ella, he preciso digamos tambem quem foy, por acaso da fortuna, o seu primeiro Descobridor.

Foy este Diogo Alvares Correa, natural de Vianna, pessoa nobre, e de linhagem conhecida da Provincia de Entre Douro, e Minho. Era moço, e o desejo, que levava a outros muitos sujeitos da sua qualidade naquelles tempos a sahir de suas patrias, e buscar nas novas Conquistas do Reyno alguma aventura, o arrastava agora para a da India em companhia de hum tio seu, que em certa Não fazia para lá a sua derrota. Outros dizem, que esta viagem era para a Capitãia de S. Vicente no mesmo Brasil, o que não póde ser, por quanto naquelle tempo, e anno, como logo veremos, se não cuidava na fundaçãõ desta Capitãia, que foy alguns annos adiante, nem de outra alguma. Mas, ou fosse para esta, ou aquella, a sua Não se veyo meter na grande boca da Enseada da Bahia, agitada de ventos contrarios, onde sobrevindo-lhe outra tempestade, deo com ella, quebrados os mastros, e perdido o rumo, nos baixos, que ficaõ a Léste da sua barra, a que o Gentio chamava *Mairagúiquiig*; em frente donde se mete no mar o Rio Vermelho, huma legoa distante da ponta, que dizem do Padraõ. Aqui tiveraõ todos, com a perda da Não, lastimoso naufragio, do qual os que livraraõ com vida, não escaparaõ de serem prezas do barbaro Gentio Tupynambá, que habitava aquella Costa, e alli acudio, fazendo pilhagem, naõ só no que a despedaçada Não lançava ás prayas, muito melhor dos miseraveis naufragados, que recolhidos ás suas estacadas, lhes foraõ servindo de gostoso manjar para repetidos dias. Menos Diogo Alvares Correa, que ou a sua sorte, ou a sua viveza, ou tudo junto com superior destino, lhe administrou para isso meyo oportunos. Era moço, esperto, agil, e de entendimento vivo, e vendo aquella gente muy occupada na colheita dos varios despojos da perdida Não, introduzido com elles os ajudava a comboyar para onde via que elles os hiaõ accommodando: e aqui começou a fortuna a traçar a sorte de Diogo Alvares. Este os servia cuidadoso, e elles o attendiaõ alegres. Sempre o beneficio conciliou agrado de quem o faz para que o recebe, pois ainda o mais bruto reconhece o seu bem feitor, e a mayor ferocidade se mostra humanada ao que lhe communica o bem. O Leaõ defendeo ao homem, que lhe curou a chaga, tirando-lhe primeiro da maõ o espinho: o perro de fila, em remuneraçaõ da isca, que lhe lança o saltador da vinha, faz entrega della áquelle mesmo, que de outra sorte seria estrago fatal das suas prezas; com os sinaes da vida, que percebia Diogo Alvares dos barbaros semblantes, ja mais alentado do primeiro susto, teve advertencia para recolher entre os mais despojos algumas armas de fogo, barriz de polvora, e cunhetes de bálãs, tudo prevençoens, ja da sua astucia e ja de huma presagiosa, e vindoura fortuna.

Havendo ja recolhido o Gentio ás suas Estancias tudo o que do naufragio entendeo lhes podia servir, e elles ja tambem mais socegados nas suas cabanas, tratou Diogo Alvares de preparar algumas daquellas armas; carrega huma, faz tiro com ella a certa presa (seria alguma ave) dá com ella em terra, e foy tal o alvoroço no incauto Gentio, que meninos, e mulheres se punhaõ em fugida, e os mayores em espanto, e admiraçaõ, de verem, e ouvirem huma tal cousa, e especialmente o damno, e estrago, que causavaõ as bálãs sem serem vistas. Algum genero de desconfiança alcançou Diogo Alvares do espanto, e temor do Gentio, mas elle no melhor modo que pode os deixou satisfeitos, dando-lhes a entender, que aquelle genero de instrumento não fazia danos mais que a inimigos, que com facilidade, e menos perigo podiaõ ser vencidos com aquellas novas armas, do que com os seus antigos arcos, e frechas. Era costume barbaro desta Gentilidade, como repetidas vezes deixamos notado, trazerem continuamente guerras huns com outros, e nesta occasiaõ as havia grandes entre estes da Bahia, e os habitadores de Passé em seis legoas de distancia, e querendo experimentar nestes inimigos, o que fazia Diogo Alvares nas caças com o seu arcabúz, sahiraõ em sua demanda, levando-o por Capitaõ. Avistaraõ-se os Exercitos, travaraõ as suas practicas, como costumavaõ antes de accometter, e sem esperar que estas se concluíssem, segura Diogo Alvares o Mayoral do inimigo, que estava na frente do seu Exercito, faz-lhe pontaria aos peitos, dispara a arma, e dá com elle em terra, cahindo repentinamente, sem menear com parte alguma do corpo, que era bastantemente avultado. Do qual damno, e estrondo, e de outros, que trazia carregados, e foy disparando com o mesmo effeito, confusos, e atemorizados todos os do Exercito inimigo, naõ só se puzeraõ em fugida, até o lugar desampararaõ; e outros mais dos vizinhos, aonde chegava a noticia do homem do fogo, nome que lhe deo o mesmo Gentio, pelo que viaõ sahir do seu arcabúz, desde a primeira vez, que á vista delles o disparou, e se foy estendendo por todos os mais, ficando Diogo Alvares em tanta reputaçãõ com estes da Bahia, e com o seu Mayoral, ou Principe que determinaraõ de o não matar, pela grande utilidade, que com elles se lhes seguia para as suas guerras; e aqui no fogo deste arcabúz se acabou de forjar toda a fortuna de Diogo Alvarez. Nesta occasiaõ, escrevem alguns lhe foy posto o celebrado nome de *Caramurú-Guaçú*, que quer dizer, affirmaõ os mesmos: *Dragaõ que sahio do mar*; porque, como hum Dragaõ, sahio do mar este homem para estrago do Gentio da terra.

(5) A expressãõ “maneira de igreja”, para qualificar a capela encontrada pelos jesuítas que chegaram com Tomé de Souza, está dita na carta de Nóbrega ao Padre Simão Rodrigues, a primeira escrita depois da sua chegada: “Receberam-nos com muita alegria; e achamos huma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os Padres e os Irmãos em umas casas a par dela e não foi pouca consolaçaõ para nós, para dizermos missa confessarmos; i nisso nos ocupamos agora” cfr. LEITE, Serafim, Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil – Coimbra, Tip. Atlântida, 1956. Vol I pág. 109 – 110.

A grandiosidade atual dos problemas exige uma escala de grandezas ao nível das suas solicitações; e quanto a este fato, a ciência urbanística, em seus mais recentes parâmetros conceituais, nos fornece o roteiro mais consentâneo para o seu encaminhamento lógico, em termos de um planejamento global.

A CIDADE ATRAVÉS DOS SÉCULOS – SÉCULO XVI

Descobrimento – Algumas são as dúvidas quanto à data da descoberta da Baía de Todos os Santos. Atribuí-la ao barco mensageiro, que levou a notícia do descobrimento do Brasil a Portugal, não é por certo uma simples conjectura.

Navegando de Porto Seguro, rumo ao Norte, paralelamente à costa, e sondando barras e portos, é muito provável que tenha sido desta época, ainda em 1500, o reconhecimento e descoberta.

Dentro das controvérsias existentes, a descoberta, senão o batismo, decorreu da expedição que, partindo de Lisboa em maio de 1501, para fazer exploração na Terra de Santa Cruz, e da qual participou Américo Vespúcio, em 01 de novembro, e após diversos contratempos “*com trezentas léguas de navegação, achou o porto que denominou de Todos os Santos, onde se demorou dois meses, aguardando os outros navios*” (1).

O famoso mapa de Cantino, que data de 1502, já localiza e consagra a denominação de Baía de Todos os Santos, confirmada nos mapas de Martim Waldseemüller, organizado entre 1502 e 1508, e no famoso e muito difundido mapa de Johan Ruysch, publicado em Roma em 1508. Nestes aparece a baía com a denominação errônea de “*Abatia omnium sanctorum*” resultante, naturalmente, da cópia imperfeita dos originais (2).

Posse – Coube a Cristóvão Jacques, comandante da armada dita guarda-costa, a colocação do marco da coroa portuguesa nestas terras, marco este que, na Bahia, se localizou no promontório à entrada da barra da Baía de Todos os Santos, no ponto até hoje conhecido como Ponta do Padrão, onde está localizado o forte e farol de Santo Antônio da Barra (3).

Povoamento – Logo após a descoberta, nenhum povoamento ou arremedo de colonização nela se instalou, a não ser a sua preferência sempre indicada como ponto de encontro das esquadras que por diversos motivos se dispersavam.

Em 1510, deu-se o naufrágio e salvamento de Diogo Álvares Correa, famoso e conhecido pelo apelido de Caramuru. Do seu relacionamento e fixação na terra, surgiu o primeiro núcleo de povoação e os primórdios da civilização, que substituiu ao ambiente selvagem dominante.

Este núcleo que, segundo Jaboatão (4), foi denominado de Salvador em alusão ao naufrágio referido, foi implantado no trecho entre a Graça e a Vitória, nas imediações da ainda hoje existente Igreja da Vitória.

Quanto às condições deste povoado, sabemos que o atilado Diogo Álvares, que se transformou num patriarca, fez levantar algumas casas neste trecho, à moda indígena, inclusive uma “*maneira de igreja*” (5).

Em 1535, em virtude da resolução do monarca português, D. João III, de dividir o Brasil em capitanias hereditárias, veio ter a esta enseada, como donatário, Francisco Pereira Coutinho, que, “*acompanhado de gente nobre e comum para povoar e defender*”, deu início a uma povoação, a Vila da Bahia, ou Vila do Pereira, no lugar onde ainda hoje se localizam o forte de São Diogo e a Igreja de Santo Antonio da Barra.

O malogro da Capitania, culminado com a morte trágica do donatário, em 1537, trucidado pelos indígenas inimigos, na ilha de Itaparica, aglutinou as duas vilas, que passaram à denominação geral de Vila Velha, em contraposição à cidade posteriormente fundada.

As condições de vida neste povoado estiveram sempre tão pouco prósperas que, em 1549, quando aqui chegou Tomé de Souza para assumir o Governo Geral, ocupou-a por algum tempo, e, como não se satisfizesse com a localização para aí fundar a Cidade, veio estabelecê-la no local onde hoje é a Praça Municipal.

Os motivos da criação de um Governo Geral para o Brasil foram expressos por D. João III na Introdução ao Regimento, que trouxe o Capitão Tomé de Souza, primeiro

(6) Regimento de Tomé de Souza – in História da Colonização Portuguesa cit. vol III pág. 345 – 350.

(7) Id. Ibd.

(8) id. ibd.

(9) Jaboatão. cit. pág. 121 – 129.

(10) A área hoje ocupada por um Jardim que tirou o sentido de proporção da Praça Municipal foi, depois de removida a Alfândega, ocupada por casas particulares, tendo, inclusive, numa delas, sido instalado o “Colégio Taylor” de fama nos anos finais do século XIX e início deste. Depois, já na república, foi desapropriada para construção dos prédios da Biblioteca Pública e da Imprensa Oficial, recentemente demolidos.

governador, datado de 17 de dezembro de 1548, “*vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil, e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento de nossa santa fé e proveito de meus Reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora mandar fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda, às outras povoações e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e bem das partes*” (6).

O local escolhido foi a Baía de Todos os Santos, na Capitania de Francisco Pereira Coutinho, para tanto revertida à coroa, por compra ao herdeiro Manoel Pereira Coutinho.

Com cerca de 1000 pessoas deu Tomé de Souza início à construção da Cidade do Salvador, de acordo com as instruções recebidas do soberano, escolhendo “*O lugar que será mais aparelhado para fazer a fortaleza forte, que possa bem defender e que tenha disposição e qualidades para aí, por o tempo em diante se ir fazendo uma povoação grande. . .*” (7)

Por estas instruções, concluímos que o pensamento originário, que serviu de orientação na fundação da cidade, foi assentar uma fortaleza forte, sem prejuízo de se poder lançar uma povoação grande. A cidade, por fim, viria com o tempo. Verdadeiro contra-senso, como o tempo demonstrou, mas, para a época em que se desenrolou, satisfazia plenamente.

Além das condições expostas para o assento da fortaleza forte, recomendou-se ainda que o local escolhido não fosse tanto à barra, e sim “*mais para dentro da baía, em sítio sadio e de bons ares, com abundância de águas e porto em que bem pudesse amarrar os navios e varrerem-se quando cumprir*” (8). Além destas condições gerais sobre a escolha da localização, recomendava ainda el Rei que a fortaleza ou praça forte fosse feita do tamanho e feição de acordo com o local, contanto que obedecesse às “*traças*” e “*amostras*” que trazia. Claro está que, para execução dessas “*traças*” e “*amostras*”, ou seja, de desenhos e plantas de construção que vieram do Reino, por modelo, não houve senão de “*praticar com os oficiais que para isso cá vieram e com quaisquer outras pessoas que o bem entendiam*”, como dizia o Regulamento.

A razão da escolha da Bahia de Todos os Santos para sede do Governo Geral do Brasil, deve-se à circunstância de ser um porto excelente, de acesso franco, de estar em posição tal que se tornava fácil, relativamente, a navegação, tanto para o Reino como para as colônias que Portugal já tinha em África, assim como pela amenidade do clima, a posição das terras altas sobre o mar, a fertilidade do solo e a abundância das águas.

Para a execução perfeita das “*traças*” e “*amostras*” que trouxera, embarcou com Tomé de Souza um grupo de “*Mestres de obra da Cidade do Salvador*”, sob a chefia do mestre Luís Dias, com ordenado de 72\$000 por ano, sendo este o primeiro técnico engenheiro do Brasil. E quanto à constituição da cidade, vejamos como a descreve Frei Jaboatão: “*cuidou em fortificar melhor o lugar para a cidade, formando-lhe um muro de boa e grossa taipa, de barro e madeira com 2 baluartes sobre o mar e quatro por parte da terra com artilheria e os mais reparos para sua defesa. Com esta segurança que pareceu para o tempo e inimigos a bastante, cuidou em repartir as ruas, asinalar Estancias e levantar nelas casas convenientes para os Governadores, Camara, Cadeia, Alfandega, armazens e todas as mais oficinas necessárias para a serventia precisa de uma nova e bem ordenada república*”. “*Deu princípio à fábrica da Sé para os Bispos, Colégios para os padres Jesuítas e Igreja para o Ministério Sagrado e Culto Divino, e foi esta a primeira da Nova Cidade, a de N. Senhora D’Ajuda que muitos anos serviu de matriz. . .*” (9)

Este núcleo inicial da cidade ficou localizado na atual Praça Municipal, onde encontramos o Palácio, a Prefeitura, o Jardim Suspenso no local da Alfândega Primitiva (10), e, adiante, o Palácio Arquiepiscopal, a antiga Faculdade de Medicina, no primitivo Colégio dos Jesuítas, etc.

Deste núcleo partiram as demais ramificações da cidade, dentro dos limites que hoje encontramos.

Se analisarmos, então, o desenvolvimento urbano, a partir da descrição acima, teremos ainda a assinalar, no Governo de Tomé de Souza, a construção de um Baluarte junto ao Mar (Baluarte Santa Cruz, na Ribeira dos Pescadores, hoje Preguiça) e também um arsenal no sítio onde esteve a Escola de Aprendizes Marinheiros e, hoje, está a Capitania dos Portos.

(11) SAMPAIO, Teodoro – A cidade do Salvador – Diário Oficial de 2 de julho de 1923 – Bahia, Imprensa Oficial.

(12) O volume 35 dos “Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, publicando mandados de pagamento do pessoal da obra da cidade, permite reconstituir boa parte dos ofícios exercidos então.

(13) Gabriel Soares de Souza na sua “Notícia do Brasil” já faz referência nominal a nada menos de quarenta e sete senhores de engenho no Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Vide edição Edgard de Cerqueira Falcão, São Paulo, Rev. dos Tribunais, 1974. pág. 430.

“Dentro dos muros, a nova cidade surgiu, à guisa de acampamento, com três ruas longitudinais maiores e duas transversais menores, além de duas praças ou largos, com as construções de taipa cobertas de palha, baixas, toscas nas suas paredes erguidas à moda dos índios; as casas davam apenas o abrigo, sem conforto. O chão nú, as paredes nuas, descalças as ruas; lamacentas, quando chovia, sujas e invadidas da vegetação relvosa na maior parte do ano. O todo, enfim, no seu conjunto, tinha o aspecto triste das Vilas portuguesas, sem estética e sem outra nota alegre que não a do horizonte largo sobre o mar, a que se juntava a tonalidade verde da vigorosa vegetação circundante”, assim a interpretou o nosso mestre Theodoro Sampaio (11).

Portanto, enquanto se improvisavam estas acomodações rústicas, para atender às necessidades prementes de abrigo e direção de mais de 1.000 pessoas, age de outro lado o Mestre Luís Dias, de acordo com seus auxiliares Diogo Pires – Mestre Pedreiro, e Miguel Martins, Mestre de fazer cal, a fim de melhorar as condições dos edifícios, construindo-os em moldes mais duradouros e confortáveis, de pedra e cal (12).

Assim cresce a cidade, e, em 1552, três anos após, já possuía Hospital; em 1553, inicia-se a construção da Sé Catedral; casas residenciais crescem de número à medida que novos contingentes de povoadores chegam da metrópole. Os Jesuítas já vão além dos muros e passam ao Monte Calvário (Carmo). Assinalamos também a existência de capelas em aldeias no Rio Vermelho, Graça, Vitória, Escada, São João e noutras localidades.

Instalam-se os primeiros engenhos de açúcar que logo entram a funcionar, e a recém-formada cidade já vibra, pois, em carta, já Anchieta declarava: *“Na Bahia, além da cidade há nove freguezias e alguns engenhos a 4, 8 e 12 léguas por mar e por terra. . .”* (13) E maisadiante assinalava a posse da Quinta do Tanque, em local afastado dos muros primitivos.

Em 1560, Mem de Sá assim a descreve: *“a cidade vae em muito crescimento e com estas terras que se agora sojeitarão se podia fazer um Reino só; ao redor da baía são boas em extremo para tudo o que nela quizerem fazer”*.

Em 1564, constrói-se a Igreja e Colégio dos Jesuítas com tal firmeza que se considerou o edifício mais sólido da cidade.

Em 1588 – 1590, tem a nova cidade o seu batismo de fogo, com o bombardeio por parte de dois navios de corsários ingleses, tendo muita gente fugido, aterrorizada, para os matos; foi, todavia, rechaçado o ataque pela reação da *“fortaleza forte”*, ainda em construção, e da ofensiva dos naturais.

Em 1591 – 1602, governando D. Francisco de Souza, lançam-se os alicerces do arsenal e estaleiro de construções na Capital, e também se constrói novo muro de taipa para circundar a cidade, e levantam-se as fortalezas de S. Antônio da Barra e de Itapagipe, conhecida por Forte de S. Felipe (talvez entre as pontas de Mont’Serrat e Penha).

Agora que já discriminamos, parceladamente, o crescimento da cidade até o fim do Século XVI, lancemos mão do auxílio de Gabriel Soares, e vejamos como ele a conheceu neste período: *“ocupava a Cidade da Bahia, cerca 50 anos depois de fundada, o alto do morro em que a estabeleceu Tomé de Souza, e contava cerca de 800 habitantes e nos seus circuitos contavam-se cerca de 2 mil. Havia no meio da Cidade a Praça onde se corriam touros, com as casas do Governo ao Sul, as da Alfandega e Fazenda ao Norte e as onde eram justicados os criminosos, e por baixo da Camara, a Cadeia. Do lado do oeste se descortinava o mar, aí achavam-se assestadas algumas peças de artilharia. Da praça desciam dois caminhos, um dos quais para o norte que ia dar a fonte do Pereira hoje ladeira da Misericórdia, e o outro que ia na direção sul, seguia para a Conceição da Praia, havendo ainda outro caminho de carro por onde vinham os volumes grandes que eram desembarcados para a Alfandega.*

Da praça seguia uma rua de casas de negócio, e nesta rua a oeste, estava a igreja da Misericórdia, e o Hospital.

A Sé se achava construída no local onde a conhecemos, tendo um bom espaço com frente para o mar.

Além dela corria outra rua de casas de negócio que ia dar ao Terreiro, no qual se faziam festas a cavalo melhor do que na Praça por ser ele mais vasto, tendo a oeste o Colégio dos Jesuítas que já era grande edifício, deste partia a respectiva cerca até o mar, pela encosta da

- (14) SOUZA, Gabriel Soares de – cit. pág. 65.
- (15) SALVADOR, Frei Vicente do – História do Brasil, São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1975 pág. 288.
- (16) O sistema de fortificações da cidade continuou sendo ampliado, inclusive por boa parte do século, e, no seu aspecto descritivo, já foi objeto de excelente trabalho do Engenheiro João da Silva Campos sobre as “Fortificações da Bahia”.
- (17) O represamento das águas do rio das Tripas feito, em São Miguel, pelos soldados da Companhia das Índias a fim de dificultar o ataque das forças aquarteladas no alto hoje ocupado pela Igreja da Palma, tem dado margem a muitas confusões que atribuem “aos holandeses” a escavação do lago natural que é o Dique do Tororó.
- (18) Entre as mais válidas e conseqüentes atitudes do poder público pela preservação do patrimônio da cidade, está a recente recuperação da fachada do Paço da Câmara da Cidade, em sua feição original, desfigurado que estava pelo gosto “belle époque” que assolou a Bahia do fim do século passado.
- (19) Entre as áreas da cidade mais alteradas da sua feição primitiva, está a hoje ocupada pela Praça Cairu, Capitania dos Portos e Mercado Modelo, que funciona no mesmo edifício, construído no século XIX, para ser a Alfândega da Cidade.

montanha, recebendo já estes religiosos o que lhes vinha de fora por aquela parte. Seguiu do Terreiro a cidade até um alto onde se achava a capela de S. Antonio Além do Carmo.

Pelo espaço de duas léguas havia, em torno, granjas e chácaras onde se haviam plantado muitas árvores frutíferas e lavravam legumes.

Na Ponta do Padrão (hoje Farol da Barra) havia uma bateria de artilharia assestada para o mar.

Entre a cidade e a península de Itapagipe havia um engenho, e na península os currais de Garcia D'Avila, e também nela já se punham na praia, navios a seco para consertá-los" (14).

É, pois, mais ou menos com esta delimitação, que a cidade passou ao século XVII.

A CIDADE NO SÉCULO XVII

Em 1602, passa o pelourinho da Praça para o Terreiro, e nesta época organiza-se a pesca das baleias que forneciam o óleo para a iluminação da cidade (15).

Em 1605, são as fortificações renovadas segundo os planos de Leonardo Turiano, engenheiro-mor do reino, confirmados por Tibúrcio Espanoce, engenheiro-mor de Espanha.

Em 1611, já existiam assinalados, além dos outros citados, os fortes de Santo Antônio, Itapagipe, Água de Meninos (16).

Em 1624, durante a ocupação, os holandeses restauraram as fortalezas e represaram as águas do riacho que nascia em S. Bento (Rio das Tripas) e corria nas suas encostas, com duas represas, uma no Carmo, e outra em S. Bento, levando a água de modo a formar um fosso muito profundo em torno da cidade, pelo lado de terra; estabeleceram pontos de passagem onde deitaram presídios, sendo um perto do Guadalupe, outro na Baixa da Poeira, e outro na Quinta do Maciel (17).

Em parte, a construção deste obstáculo influiu na expansão da cidade para o alto defronte, uma vez que, impedindo sua transposição no caso de assédio, fez com que os ataques fossem organizados em pontos a cavaleiro, como sejam a Palma, Santana, Poeira, Saúde e outros.

Uma vez expulsos os holandeses e restabelecido o governo regular, veio D. Diogo de Oliveira (1625 – 1635) que reformou as fortalezas existentes, concluiu as que os holandeses iniciaram, e delineou novas fortificações, estabelecendo também uma fundição de artilharia, e construindo o baluarte na Conceição, o Forte da Barra e o de S. Diogo.

Nesse Governo, aqui chegaram oficiais de engenharia, incumbidos da organização de um plano regular de fortificação da cidade, consequência natural da invasão flamenga.

Em 1650, sendo Vice-Rei Francisco Barreto de Menezes, foram reedificados o Paço Municipal e o Palácio do Governo, dando-se-lhe a forma que conservou até o século XIX (18).

Em 1671, em abril, assistiu-se ao desmoronamento de terras das ladeiras da Montanha e Misericórdia, em consequência de copioso aguaceiro, morrendo mais de 30 pessoas e ruindo vários edifícios.

Em 1686, uma epidemia de febre amarela grassou na cidade, vinda de Pernambuco.

Em 1694, levantou-se a Casa da Moeda no mesmo local da primitiva Alfândega, que teve de mudar-se para a parte baixa, na praia da Ribeira das Naus (19), onde se ofereciam maiores facilidades de embarque e desembarque, mudança esta que deu origem ao movimento comercial da Cidade-Baixa.

Em 1699, D. João de Lencastro, em obediência à Carta Régia, criava um curso para que “nessa Praça em que há Engenheiro haja aula em que ele possa ensinar a fortificação”. Daí vemos que a preocupação de defesa levava a ponto de, num precedente admirável, iniciar-se um curso de fortificações nesta cidade, nos fins do século XVIII.

Muito desejamos encontrar ao nosso alcance uma descrição generalizada a exemplo da que encontramos para o fim do século XVI, das condições gerais em que se apresentava a cidade; entretanto, cobrindo esta falha, em parte, temos apenas à mão a planta que nos fornece a obra de Vilhena, que retrata, fielmente, aquela situação que desejamos descrever.

- (20) A Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim está instalada no imóvel construído para ser Noviciado dos Padres da Companhia de Jesus, que, por sua vez, é a ampliação muito modificada da residência de Domingos Afonso, mais conhecido como “o Mafrense”, senhor de vastas terras nas áreas do noroeste da Bahia e sul do Piauí.
- (21) O episódio do incêndio do paiol da cidade ocorreu a 22 de abril de 1722, durante o governo de Vasco Fernandes Cezar de Menezes, que governou a Bahia de 23 de dezembro de 1720 a 11 de maio de 1735.
- (22) A locação da matança de gado nas proximidades do forte do Barbalho determinou a fixação de inúmeros topônimos urbanos ligados à atividade: Currais Velhos, Pastinho, Matança, Rua dos Ossos, Marchantes, etc.
- (23) O celeiro público foi providência tomada no sentido de estabelecer um fluxo regular no abastecimento da cidade. Vivia-se, então, a mudança daquilo que fora fundado para ser “uma fortaleza grande e forte”, e, agora, tornava-se um denso núcleo habitacional com todos os seus problemas.
- (24) Mudou-se para a Quinta do Tanque, belo imóvel que estava entre os confiscados aos jesuítas quando da sua expulsão, durante o governo, em Portugal, do ministro Marquês de Pombal. O imóvel, dos mais importantes da cidade, aguarda o cumprimento dos planos de sua recuperação.

A CIDADE NO SÉCULO XVIII

No início do século XVIII, assinalamos a entrega do prédio conhecido como Noviciado, hoje Colégio dos Órfãos de S. Joaquim, aos Jesuítas (20).

Em 1711, assinalamos a construção de um fortim no Rio Vermelho. Em 1714, governando o Marquês de Anjeja, aqui chegou o engenheiro Brigadeiro João Massé, incumbido de organizar uma nova planta e projeto geral das fortificações, acompanhado de outros engenheiros. Nesta época encontramos o fruto do Curso de Fortificações aludido acima, com a nomeação, solicitada pelo Eng^o Massé, do Ajudante Engenheiro João Batista Barreto, que freqüentara, durante 9 meses e 6 dias efetivos, o Curso referido, e por ser o mais capaz e inteligente dos discípulos.

Nesta época, construíram-se grandes trincheiras, corridas de S. Antônio Além do Carmo pela Saúde, Caquende, Lapa, Piedade, Cabeça, e a terminar sobre o mar.

Cobrando estas trincheiras para leste, construiu-se então o novo *“Dique chamado Tororó, a servir de fosso aquático, represando o trecho superior do rio Urucaya (Lucaya atual) mais próximo da cidade. Do lado oeste, uma cadeia de fortes ao longo da praia, desde a Ponta do Padrão (Farol) até Itapagipe, e nova linha de trincheiras e baluartes, da Piedade ao Forte de S. Pedro, e daí à Gamboa, que, com os fortes de Santo Antônio Além do Carmo e do Barbalho, completavam a defesa da praça forte”*.

Em 1721, deu-se novo desmoronamento de algumas casas na Ladeira da Preguiça.

Nesta época, o governo do Conde de Sabugosa, 4^o Vice-Rei, criou no palácio de sua residência a Academia Brasílica dos Esquecidos.

Em 1722, quase se dá a explosão de 400 barris de pólvora que existiam na casa da Arrecadação, no largo dos Aflitos, com um princípio de incêndio, extinto pelo próprio Vice-Rei, em virtude do terror dos demais que fugiam (21).

Em 1727, mais uma vez mudava o pelourinho, desta vez do Terreiro para a praça de S. Bento.

Na madrugada de 27 de abril de 1732, desmoronou-se uma grande porção de terra do castelo de S. Bento, arrasando três casas e matando sete pessoas.

Em 1737, os padres da Companhia iniciaram a construção de um cais na testada das casas que possuíam no sítio do mar, que medeia entre os dois cais chamados do Lixo e Sodré.

No princípio de 1748, assinalamos mais um desmoronamento na eminência do Pilar, em consequência das chuvas.

Em 1759, continua a construção do paredão entre o Noviciado e Água de Meninos, reedificação da ponte da Preguiça e calçamento do trecho entre Carmo e Cruz do Pascoal e também a pavimentação da Praia do Guindaste dos Padres do Carmo, e da Rua que vai para N.S. da Saúde, obras estas que demonstraram um interesse mais para o lado da Cidade do que para a da Praça forte.

Em 1758, tratou-se da instalação do Lazareto no alto da Ondina, a fim de proteger a população, dos doentes que, disseminados pela cidade, ofereciam perigo constante de contaminação.

Em 1763, muda-se a Catedral, da Sé para a Igreja dos Jesuítas, enquanto não se reedificava a Sé.

Em 1766, como prova do adiantado estado de prosperidade em nossa terra, assinalamos a dissolução de 158 ourivesarias e 3 cravadores, de acordo com os termos da Carta Régia.

Em 5 de dezembro de 1780 ficou constatada a existência de uma população 32.209 almas no centro e 20.076 almas no subúrbio, distribuídas em 10 e 11 freguesias, respectivamente.

Depois, no governo de D. Rodrigo de Menezes, novos melhoramentos foram introduzidos nesta cidade, dadas as condições que a mesma oferecia para expansão; datam deste governo, que durou de 1780 a 1783, o alargamento de algumas ruas, a construção da Praça da Piedade, conclusão dos currais de S. José, onde tem lugar o matadouro do gado (hoje Matança do Barbalho) (22) e o estabelecimento do Celeiro Público (23), cujas rendas foram aplicadas na mudança e sustento do Lazareto de S. Lázaro (24). Em 1797, na tarde de 2 de

(25) VILHENA, Luiz dos Santos – Recopilação de notícias soteropolitanas e brasflicas, Bahia, Imprensa Oficial, 1921. Vol. I – pág. 34.

(26) VILHENA, Luiz dos Santos, cit. pag. 35.

(27) *idem.* *ibidem.* pág. 37.

julho, deu-se o desmoronamento dos alicerces da antiga igreja de S. Pedro dos Clérigos, onde hoje está o Cinema Excelsior, que, arrastando consigo muita terra, derrubou 15 casas da ladeira da Misericórdia, causando a morte a muitas pessoas.

E assim chegamos ao fim do século XVIII, com exame dos acontecimentos que influíram, de certo modo, na evolução da nossa cidade. Vilhena, que a descreveu nesta época, o fez da seguinte maneira: *“Pouco menos de meia légua para dentro da Barra e pelo pé da montanha que acompanha a marinha correndo de Nordeste a Sul, sudoeste, fica a cidade do Salvador começando na praia no sítio da Preguiça até a Jequitaiá, com uma rua tortuosa mas continuada com propriedades de casas de três e quatro andares e outros grandes edificios tendo de 8 para 9 mil pés portuguezes de comprimento; e a esta povoação que por toda a sua extensão deita diversos becos que vão morrer na marinha, chamam a Praia ou Cidade Baixa. Por sete calçadas que sobem pela colina, procurando a campanha para a parte do Nascente, se comunica esta com a Cidade Alta que na mesma direção da Montanha corre com uma semelhante rua, com tortuosidades não pequenas, desde o Forte de S. Pedro até o Convento da Soledade, com meia légua de comprimento, com pouca diferença. Na sua maior largura, procurando a campanha para o Nascente, poderá ter a cidade quatrocentas para quinhentas braças; bem entendido que diferentes ruas acompanham aquela principal com direção diversa; os seus grandes edificios, Templos e Casas Nobres são de ordinário pelo gosto e risco antigos, em que se notam algumas irregularidades, à excepção de poucos mais modernos”* (25).

Há nela muitos edificios nobres, grandes conventos e templos ricos e asseados. Tem igualmente três praças que são a nova da Piedade onde de ordinário vão trabalhar em exercícios os regimentos da sua guarnição; desembocam nela sete ruas, e poderá para o futuro vir a ficar mais regular, quando se forem levantando alguns edificios que ornem o seu prospecto.

A Praça do Palácio é um quadro a que o autor patricio dá 26.244 pés quadrados, e é ornada pelo lado sul com o palácio da residência dos governadores; no oposto, fica a casa da Moeda e duas propriedades particulares. Ao nascente, fica a grande casa da Câmara e Cadeias, e no lado oposto estão os Passos da Relação, o Corpo da Guarda principal e duas insignificantes propriedades. Seis ruas vêm sair a esta Praça pelas quais se comunica a toda a cidade (26).

É a terceira Praça, o Terreiro de Jesus; forma esta um retângulo a que o mesmo autor dá 79.800 pés quadrados, e orna o seu lado ocidental o famoso Templo e parte do Colégio que foi dos Jesuítas, destinado hoje, depois de arruinadíssimo, para Hospital Militar; fronteira fica a igreja dos terceiros de São Domingos, com sua casa de consistório nobre e de gosto moderno, e outra propriedade ao lado da Igreja. Pela parte do Norte fica o Templo ou Irmandade dos Clérigos de S. Pedro, ainda por acabar; e tudo o mais importante naquele lado são casas pequenas, antigas e irregulares; a face oposta é mais regular e tem melhores edificios; comunica esta Praça com os Bairros da Cidade toda por sete ruas que nela vão sair.

Não é só no corpo da cidade que consiste a grandeza dela, mas em seis Bairros que a circulam; e é o Bairro de S. Bento, o maior entre todos: todo ele fica ao Sul, sobre planície, com ruas espaçosas, asseadas, templos e algumas propriedades nobres.

O Bairro da Praia, opulento pela assistência que nele fazem os comerciantes da Praça.

O de S. Antônio Além do Carmo, pelo Norte da cidade, eminente à marinha. . .

Os Bairros da Palma, Desterro, e Saúde que ficam pela parte do Nascente.

E mais adiante diz: *“a todos os que não são privados das luzes dos olhos e da razão é manifesto o descuido em que cairão os antigos em deixar levantar edificios onde cada um queira, sem nada atenderem ao futuro”*. A esta judiciosa e baseada crítica de Vilhena juntamos mais outra que demonstra o seu temperamento de juiz imparcial como foi em toda sua obra: *“Cairão os antigos no erro de fazerem um Terreiro, onde não podem livremente manobrar três companhias de Infantaria em um só corpo, quando naquele tempo tinham campo e planície para fazer uma praça com a extensão e largura que quizessem”* (27).

É, pois, com esta fisionomia que Vilhena descreve detalhando em suas Cartas Soteropolitanas, que entra a Cidade do Salvador no início do Século XIX.

(28) Convém assinalar que a tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva, a primeira que se instalou na Bahia, ocorre muito em função do início, aqui, dos estudos de nível superior, com a criação do Colégio Médico-Cirúrgico.

(29) Cabe, nesta nota, reproduzir o texto do documento por que a Cidade pede ao príncipe regente a abertura do seu comércio à navegação. O texto foi, pela primeira vez, divulgado pelo historiador Wanderley Pinho, no Boletim n. 1 da Cadeira de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia – publicação mimeografada, 1954:

“Senhor

Pelo Regio Officio Nº 60 que de Ordem de V. A. R. me foi dirigido em data de 7 de outubro do anno proximo passado, Determinou V. A. R. que eu me puzesse em hum estado de deffensa respeitavel, e capaz de repetir com vantagem qualquer ataque hostile que contra esta Capitania tentasse a Nação Britanica, ignorando-se ainda como aquella Potencia receberia a resolução que V. A. R. Havia tomado de lhe fechar os Portos de Portugal: estas são as ultimas ordens que V. A. R. Houve por bem fazer expedir, e que continuariam a ser o inviolavel regimento de todos os meus procedimentos nas circunstâncias que se offerecessem enquanto não houvessem tão justos motivos de reconhecer que os Ingleses permanecem na mais intima aliança com a Nossa Nação e que os nossos inimigos são a França e Espanha; permita pois, V. A. R. já que os Céos propícios e os votos da Nação preservaram a S. Real Pessoa e toda a Real Familia das ... (dades) e perigosos incomodos, de uma viagem longa, e concederam a esta Capitania a glória, e inexplicavel Prazer e Satisfação de ser a primeira, ainda agora, em receber o seu Soberano, e a tributar-lhe os puros votos de uma verdadeira vassallagem, e fidelidade sem exemplo que em nome do Comercio, da Lavoura e beneficio de todos estes habitantes, e a bem dos Rendimentos Reais, implore a V. A. R. – Primeiro: Que se levante o embargo sôbre a sahia livre dos Navios, fazendo-se público na Praça comerciante que são nossos Inimigos França e Hespanha e nossa aliada a Grã Bretanha e que debaixo desta hipótese se permita navegarem livremente para Portos que ou as notícias publicas ou particulares de seus correspondentes lhes indicarem mais vantajosas as suas especulações. – Segundo: Que seja submetida a despacho toda qualidade de Fazenda sem excessão com aqueles direitos que o Governador do Estado com o Provedor, e Administrador da Alfandega Procurador da Coroa e Escrivão e Thesoureiro e Deputado da Real Junta da Fazenda imediatamente estabeleçam enquanto V. A. R. não Ordenar um Regimento Geral pelo qual se dirija este importante objeto, e o mais interessante ramo de rendimento da Real Fazenda. – Terceiro: Que se tratem os Navios, Cargas e Individuos daquelas duas Naçoens como de Potencias Inimigas apreendendo-se para a Real Fazenda os cascos de carregaçoens e pondo-se em cautela os individuos até oportuna ... (ocasião? – ilegível) fazer transportar a outro qualquer ponto.

Estas três negativas são as que no meio de uma confusa perplexidade, e no intervalo de contínuo serviço em que tenho a honra e glória de entregar-me para o cumprimento das Ordens de V. A. R. e que não podem sofrer delongas sôbre sua concessão sem (um total? ...ilegível) prejuízo do Comercio perda iminente da lavoura, miseria e necessidade immediatas dos Habitantes, e estagnação total dos Rendimentos Reais. – A muito Alta e Poderosa Pessoa de V. A. R. Guarde Deos como havemos mister Bahia 27 de janeiro de 1808. – Conde da Ponte”.

(30) A administração do 8º Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, foi das mais fecundas e operosas da colônia, inclusive com iniciativas culturais da maior importância, como a da criação da Biblioteca Pública e a construção e instalação do Teatro São João. Do ponto de vista arquitetônico, vale referir que é do seu tempo a proibição do uso generalizado de “rótulas e urupembas”, com a introdução do vidro como elemento de construção.

(31) O edifício da Praça do Comércio, que já foi objeto de trabalho de Waldemar Mattos (O Palácio da Associação Comercial da Bahia, Bahia, Tip. Beneditina, 1950) foi construído na administração do Conde dos Arcos, em função de carta régia de 10 de maio de 1.811:

“Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor. – Tendo levado à Augusta Presença do Principe Regente Nosso Senhor o officio que Vossa Excellencia me dirigiu, em data de doze de Abril, e expondo a necessidade que ha de polir os costumes dos habitantes dessa Cidade e apontando alguns meios proprios para se conseguir este tão importante objecto, He Sua Alteza Real servido mandar louvar à Vossa Excellencia o zelo que mostra pelo bem publico, e approvando tudo quanto Vossa Excellencia propõe, Determino que Vossa Excellencia ponha em execução a construção do edificio que destina para Praça do Commercio, no terreno que sobeja do serviço das Peças da Bateria de São Fernando, o que deve naturalmente ser de grande utilidade ao Commercio dessa Praça. Deus Guarde a Vossa Excellencia. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Maio de mil oitocentos e onze. – Conde de Linhares – Senhor Conde dos Arcos”.

A CIDADE NO SÉCULO XIX

Inaugurando um período de prosperidade, instala-se em 1809, com a concessão de favores, uma fábrica de vidro "*de que há aqui a maior necessidade*", uma vez que na maioria das construções da época predominava o uso de rótulas e urupemas nas janelas.

Depois assinalamos, em 1811, a existência da 1ª tipografia da Bahia (28).

Já em 1808, passara pela Bahia o Príncipe Regente D. João, que pouco depois declarava abertos os portos do Brasil às nações amigas, deixando, desta maneira, uma influente margem para a prosperidade e conseqüente desenvolvimento da cidade (29).

Partiu também daquela oportunidade a instalação, no Hospital, de uma escola de cirurgia, e a construção do Teatro.

Em 1810 inicia-se o governo memorável e benéfico do Conde dos Arcos, em cujo período foram inaugurados a Biblioteca Pública e o Teatro (30); construiu-se o reduto da Jequitaiá; substituiu-se por um cais de lajedo a antiga ponte da Alfândega; abriu-se a nova estrada para o Rio Vermelho, passando pela de S. Pedro; acrescentou-se ainda às fortificações então reformadas a fortaleza do Mar — S. Marcelo; estabeleceu-se um correio terrestre para o Maranhão; pugnou-se pelo aformoseamento da Cidade e seu desenvolvimento, sugerindo-se casas regularmente construídas; fez-se acabar o uso desagradável das rótulas nas janelas, e mudou-se o patíbulo para a Praça da Piedade.

Continuava o governo beneficiando a cidade quando, em 14 de julho de 1813, novo desmoronamento, após 45 dias de chuvas continuadas, desligou a muralha do cume da Montanha, na Cruz do Pascoal. Muita terra caiu sobre o trapiche Barnabé, demolindo-o em grande parte e matando 34 pessoas.

Os prejuízos deste e o receio de outros desmoronamentos fizeram com que o Conde dos Arcos concebesse o plano da mudança da cidade, que seria feita desde a praia e planície que seguem do Noviciado, até Itapagipe. Para este fim, vieram do Rio de Janeiro o arquiteto das obras públicas, José da Costa e Silva, e João da Silva Muniz, arquiteto das obras do Paço, aos quais se reuniram os engenheiros mestres de obras que eles exigiram; todavia, realizados os estudos preliminares, de nada mais se cuidou conquanto houvesse até quem, esperando a projetada mudança, iniciasse a Construção de um trapiche em Itapagipe.

Data também desta época a construção do Passeio Público e do Obelisco ali existente, assim como o início da construção de um canal, comunicando o braço do mar do Papagaio com a baía, saindo na praia da Jequitaiá, a fim de drenar os terrenos circunvizinhos. Todavia, não pôde ser concluído. Realizou-se, ainda, a inauguração da Praça do Comércio, em 1817 (31).

Em 1818, governando o Conde de Palma, lançou-se a 1ª pedra da Praça S. João, destinada ao mercado público e instalação da Casa Pia dos Órfãos.

Em 1827, com o Visconde de Camamu, são adquiridas 5 casas contíguas à Alfândega, para ampliação dos armazéns. Combate-se a cunhagem de moedas falsas. Trata-se também, junto ao Governo Central, do problema da iluminação da Cidade, e constroem-se novos chafarizes para o fornecimento de água à população. Em 1854, projetam-se melhoramentos no Porto, estendendo-se até o Forte de S. Marcelo, o que, entretanto, não chegou a ser executado.

No Governo do Visconde de S. Lourenço (1868-1871), realizaram-se importantes trabalhos de drenagem nos terrenos baixos em torno da Cidade; canalizou-se o Riacho da Rua da Vala, e retificaram-se, em seus cursos, diversos ribeiros.

Iniciou-se a construção dos paredões que limitam a Ladeira da Montanha, sendo levada a termo no Governo do Barão Homem de Melo.

Depois, novas obras são realizadas, inclusive em 1868, a introdução dos transportes coletivos, com veículos de tração animal; estes serviços exigiram a construção dos arcos para facilitar a ligação dos Bairros da Cidade, separados por vales, melhorando as condições das Vias Públicas existentes, e criando novos sítios pitorescos para residências.

Datam desta segunda metade do século a expansão ferroviária até Juazeiro, o elevador hidráulico, e o caminho de ferro que ligava o Campo Grande ao bairro do Rio Vermelho, pelo percurso hoje conhecido como Estrada da Máquina, por detrás do bairro do Garcia.

(32) O contrato de serviços entre o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador e a Prefeitura Municipal foi firmado em 3 de novembro de 1942 e suas atividades iniciadas em 1943. Reuniu especialistas em vários campos de atividades, no sentido de dotar a cidade de um planejamento global. De quantos, ali, prestaram sua colaboração no desenvolvimento da cidade, vale destacar, por sua modéstia e eficiência, o cartógrafo Mário Martins de Oliveira, a quem coube, não somente o levantamento de novos mapas, como a preservação de antigos trabalhos.

A CIDADE NO SÉCULO XX

Já no começo do século XX, dois grandes projetos vêm demonstrar o surto de progresso que a Cidade alcançou. A realização da concorrência para os serviços de esgotos, aberta por edital de 29/12/93, e pelo contrato de 1905, com Teodoro Sampaio, Intendente José Luís de Almeida Couto, e, em 12 de novembro de 1906, a inauguração das obras do Porto da Bahia.

Datam deste período as obras que mudaram parte da fisionomia urbana de Salvador, com o sistema de transporte coletivo das linhas de bondes elétricos, servindo os diferentes bairros da cidade, favorecendo o seu desenvolvimento ao nível da época. Este sistema de transportes, atendendo a Cidade Alta e a Baixa, implantado na estrutura urbana existente, segundo as diretrizes da sua topografia, trouxe benefícios diretos aos habitantes da cidade; mas, o seu condicionamento às implicações topográficas exigia solicitações de “pontas de trilhos” nos bairros, no que o tempo veio demonstrar ser deficiente, porquanto, embora fosse designada “*Linha Circular*”, em verdade ela se apresentava com Linhas Radiais, sem vinculações nos extremos, o que sobrecarregava excessivamente o Centro Urbano, ponto de partida e convergência dos diferentes ramais. Os percalços, originários destas deficiências, associados à rigidez do sistema sobre trilhos, em ruas muitas vezes extremamente acanhadas, geraram sérios conflitos em suas linhas, alguns identificados popularmente como: “*Gargantas do Xixi*” e do “*Caquende*”, além de linhas de espera como Santo Antônio, Tororó e outras que comprometiam sobremodo o atendimento das crescentes exigências de transportes coletivos.

Pouco a pouco, estes serviços foram sendo substituídos por veículos automotores, os ônibus, que o cidadão designava como “*Marinetes*”, por mera coincidência ocasional da época, do homônimo escritor italiano, precursor do futurismo, na ocasião em visita e em evidência no Brasil.

A partir da década de 40, dado o vulto que assumia, o problema do crescimento urbano de Salvador, que fora objeto de debate em 1935, na pauta da Semana de Urbanismo, entre 20 e 27 de fevereiro, realizada na cidade sob a égide da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e de professores e estudiosos do assunto, tomou novo rumo. A visita a Salvador, em 1941, do Prof. Alfred Agache, célebre urbanista francês, na época a serviço da cidade do Rio de Janeiro, em entrevistas e análises dos problemas da cidade, presença constante na Imprensa diária, e, posteriormente, a do Eng^o Mário Leal Ferreira, deram início a uma maior conscientização da complexidade do problema, resultando na contratação do segundo, para realizar os estudos delineadores da problemática urbana, mediante uma cuidadosa e meticulosa análise e diagnóstico.

Foi o período de atuação do Escritório do Plano da Cidade do Salvador – EPUCS, em que, durante cerca de 8 anos, a cidade teve oportunidade de ser objeto de estudos e de uma atenção ao nível dos seus problemas (32).

Coincidentemente, os trabalhos iniciais do EPUCS se processaram com o anúncio dos primeiros indícios da presença de petróleo em Lobato e zonas do Recôncavo, o que, em termos reflexos, definia um futuro econômico promissor para a Cidade e o Estado, à vista da imagem do fato em outras regiões da comunidade mundial.

Datam desta época os estudos das novas diretrizes definidas para a expansão da estrutura urbana, e coincidentes com os prognósticos deste nosso trabalho, que divulgamos na época, quando afirmávamos: “*talvez que um dia seja compreendida a aplicação destes vales abandonados e insalubres, e dela surja a solução estrutural mais ordenada que a execução de um plano diretor possa oferecer*”.

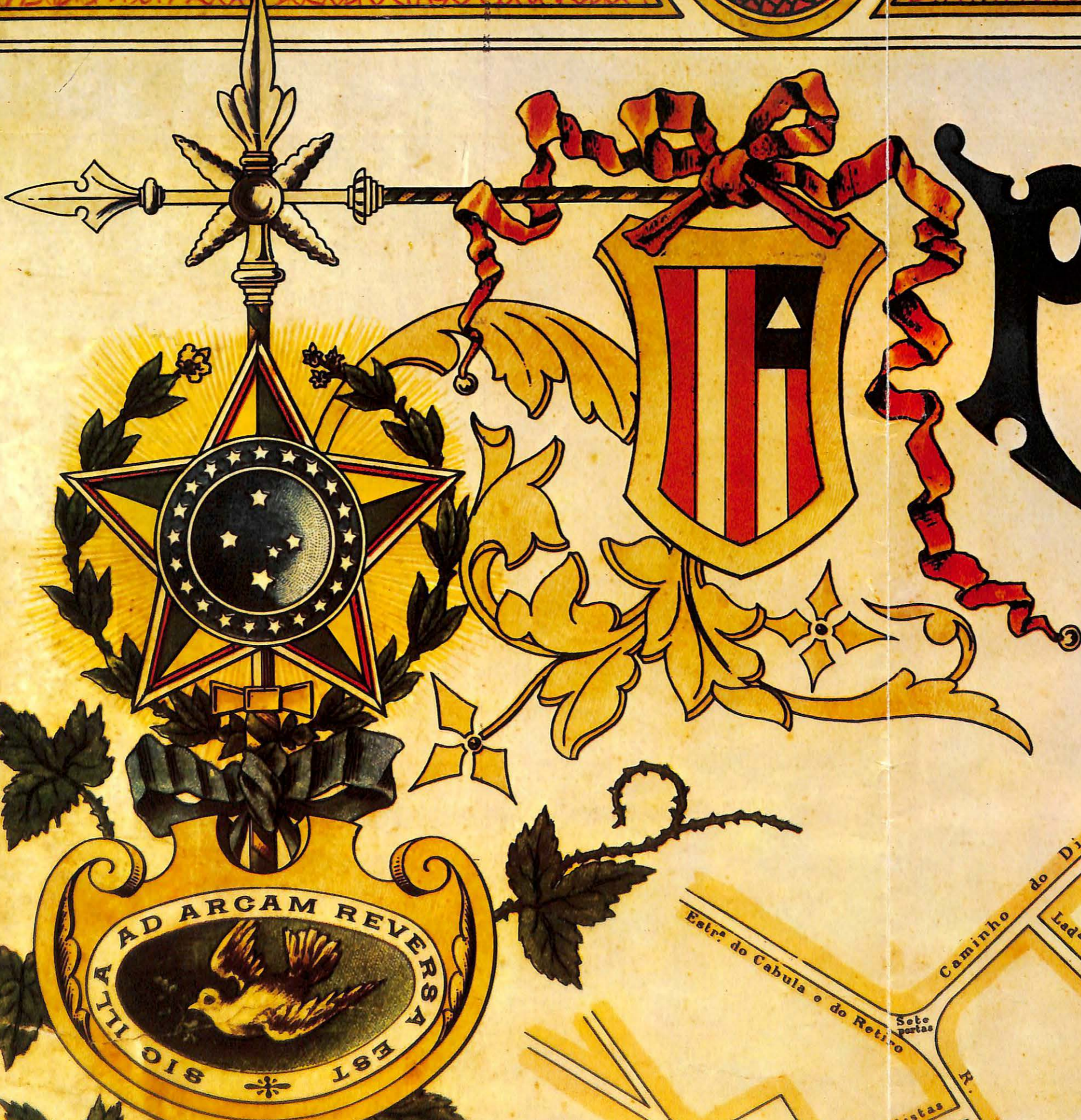
Entretanto, o plano do EPUCS, que tivera início com os aplausos da opinião pública, positivamente favorável, se ressentia, além de outros fatores, da contribuição indispensável de uma Planta Topográfica mais atuante da cidade, o que levou o Plano a se diluir no tempo, resolvendo a Administração da Cidade dar por encerrados seus trabalhos, em 1947, com o falecimento do Prof. Mário Leal Ferreira.

Em 1948 foi criada a Comissão do Plano Urbanístico da Cidade do Salvador – CPUCS, a quem ficaria afeta a continuidade dos trabalhos do Plano da Cidade. Com base em conclusões e diretrizes dos trabalhos anteriores, o Prefeito da Cidade aprovou o Decreto-Lei nº 70 de

BROTAS

RUA DO PASSO

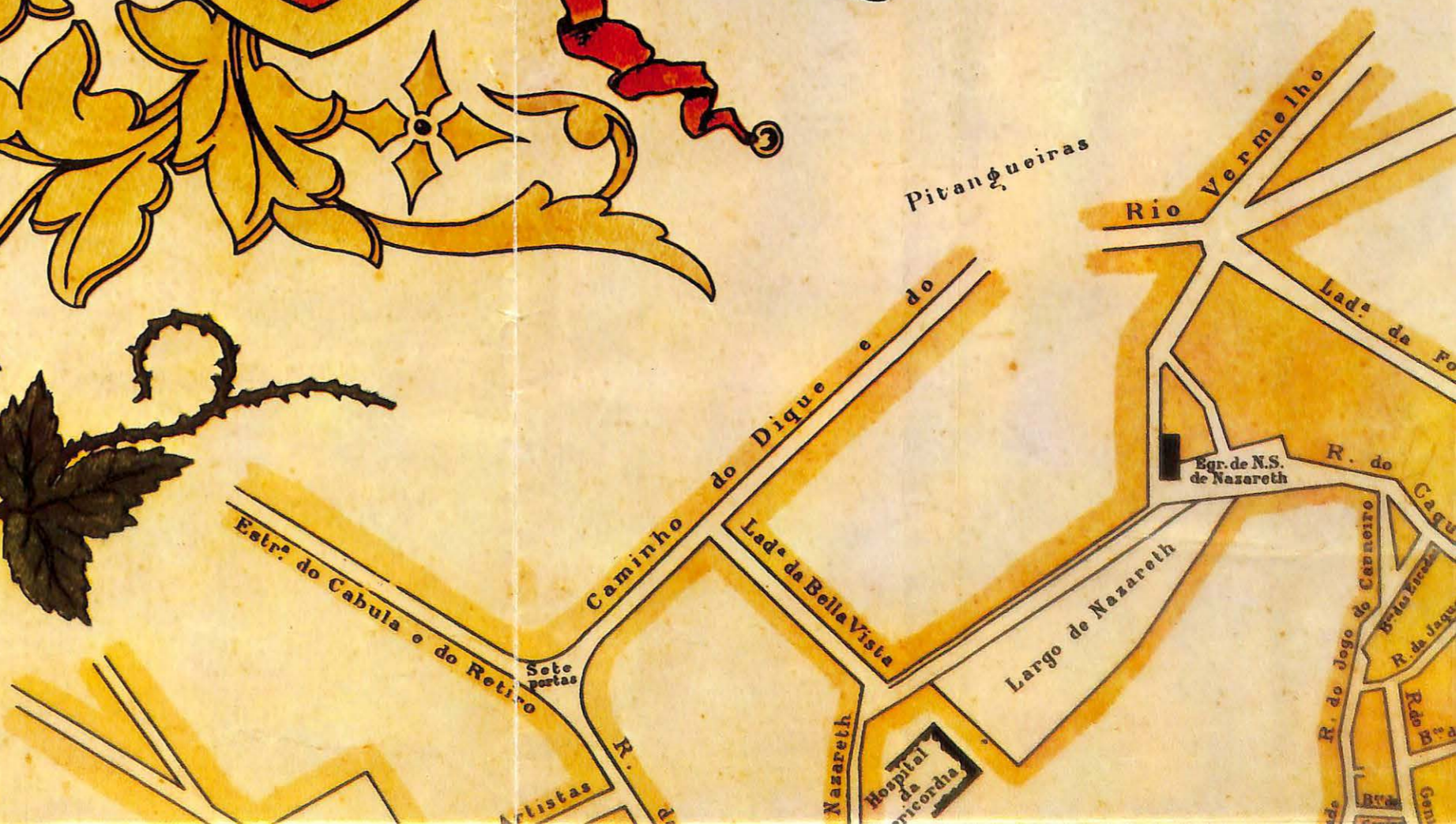
1818

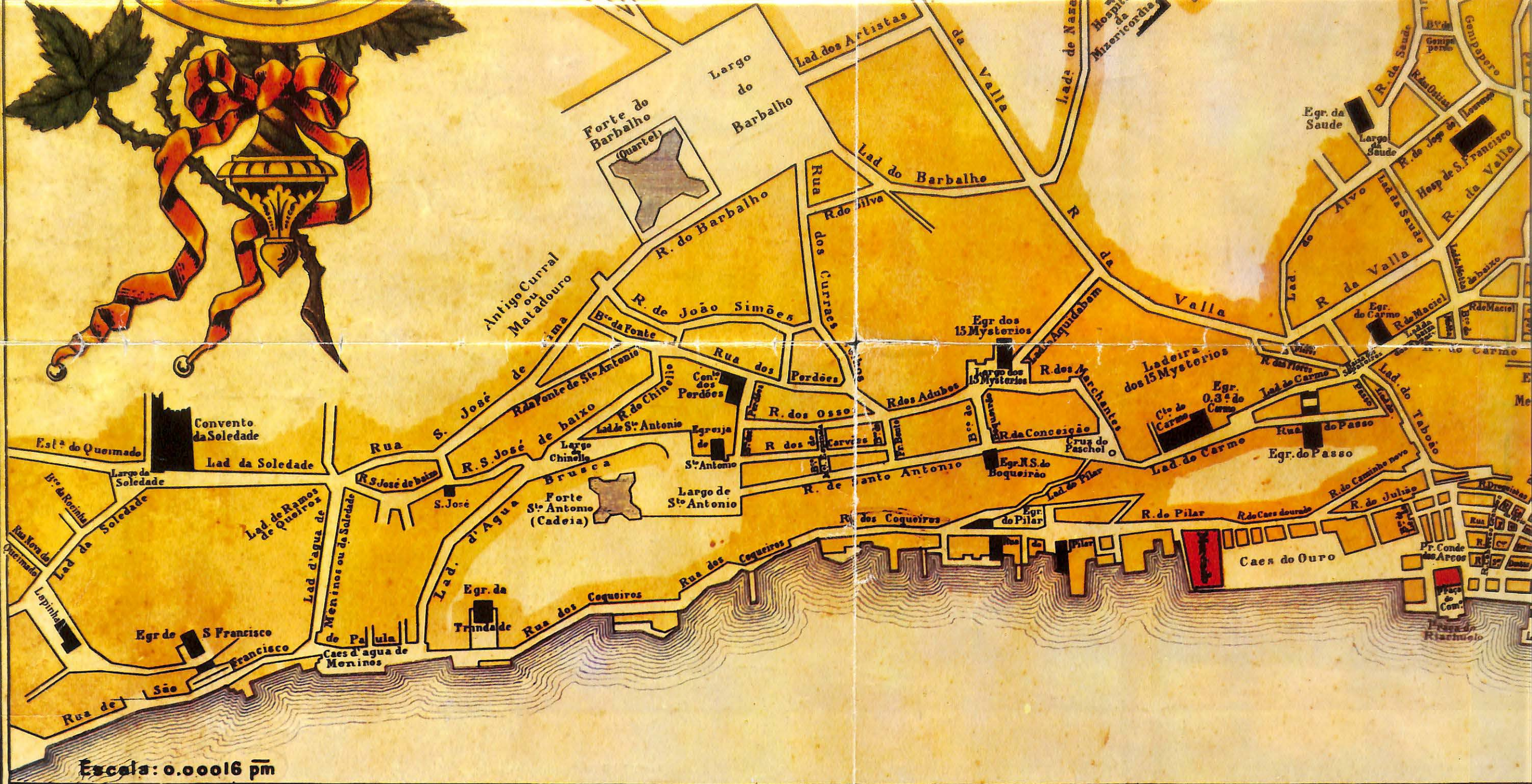


PLANTADA DA CAPITAL



PENHA



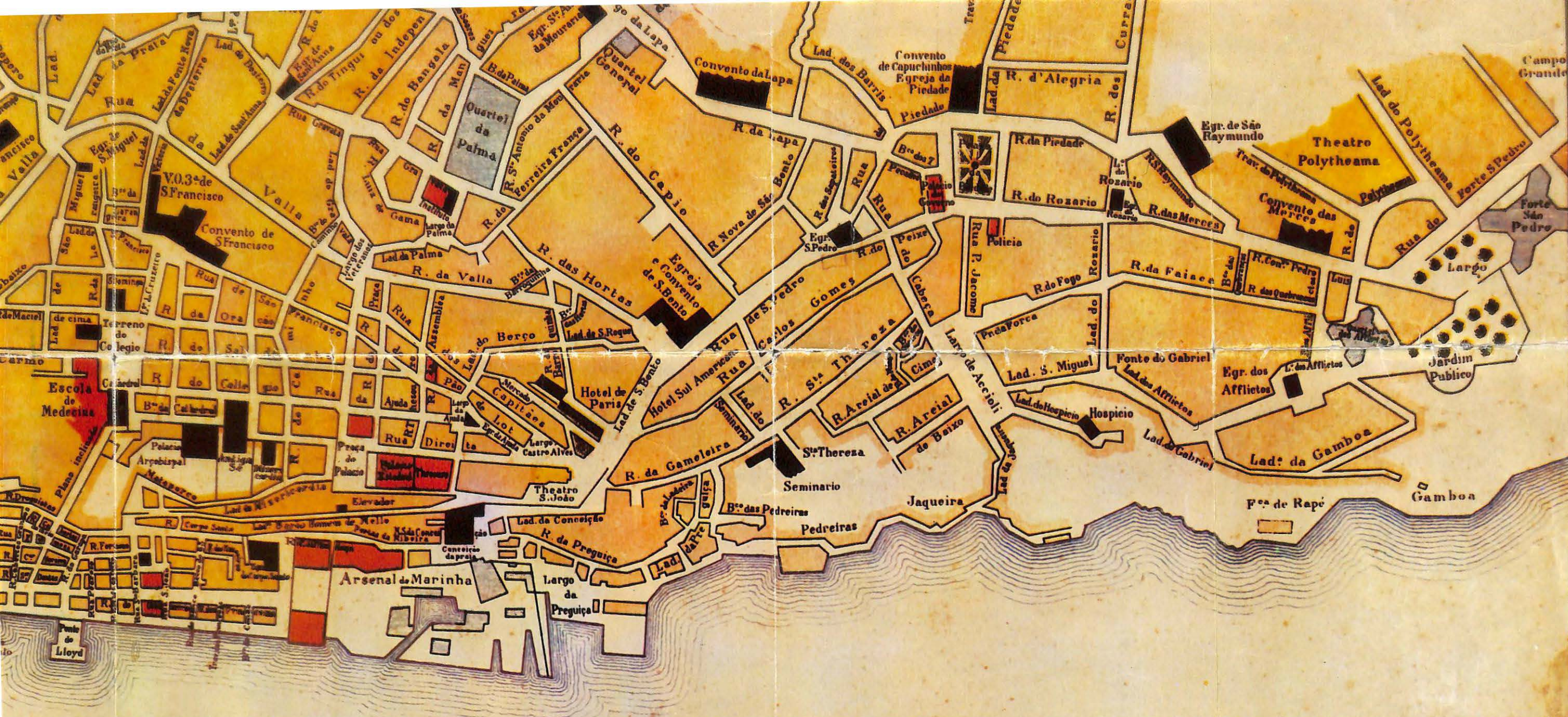


ORGANISADA PELO ENGENHEIRO
ADOLFO MORALES DE LOS RIOS



APPROVADA PELO ILLM.
Dr. JOSÉ LUIZ DE
 E PELO ILLM. SR. ENGE
Dr. A. F. MAIA
 em 30 de Mar





LITH. da Comp. de Loterias Nacionaes - SAPOPEMBA

ILLM. SR. INTENDENTE
DE ALMEIDA COUÏO
ENGENHEIRO MUNICIPAL
A BITTENCOURT
Março de 1894

EDITADA POR
RAMON FLARGON



09/03/48 (33), necessário à observância de normas e princípios urbanísticos que presidiram à elaboração do Plano da Cidade.

Já nesta época, o EPUCS, sete anos depois da instalação do Escritório, passou a contar com levantamento aerofotogramétrico da Cidade, como instrumento indispensável às definições dos conceitos do diagnóstico urbano. Entretanto, o esvaziamento do órgão, pela descontinuidade dos trabalhos e pela quebra da dinâmica dos debates, e a omissão de divulgação junto à comunidade, levaram o Prefeito, em 1958, a extinguir o referido órgão e criar a Seção de Planejamento que recebeu todo o acervo existente.

Em seguida, a expansão das solicitações da vida urbana e o acúmulo dos problemas dela resultantes, levaram a administração pública a distribuir os encargos de planejamentos setoriais a diferentes órgãos de administração, diluindo, nesta medida, a unidade que deveria presidir ao comando da planificação do desenvolvimento urbano.

Somente em 1970, com a criação do Órgão Central de Planejamento – Oceplan, foi oferecida uma oportunidade para retomada do processo de planejamento de Salvador, à vista dos novos ângulos de imposições do seu desenvolvimento.

Neste intervalo de 20 anos, e sem um comando unitário para definir as diretrizes da sua expansão, Salvador, impulsionada pela pressão que o desenvolvimento sócio-econômico do país desencadeou, se viu forçada a realizar uma seqüência de obras de infra e super-estrutura, que, abrindo novas áreas de compromisso urbano, criou novos setores para sua expansão, com abertura e oferecimento de novas vias de tráfego primário, abrangendo uma maior superfície de ocupação urbana, que, ao lado do apoio da estrutura de fomento à construção, com a participação do BNH, deu origem à mais explosiva fonte de conflitos de uso do solo, associados a uma não controlável especulação nas áreas oferecidas e disponíveis de expansão.

O desajustamento existente e meridiano entre os órgãos de decisão e os de execução, premidos pelas exigências atuantes e muitas vezes conflitantes dos problemas gerados pela pressão do desenvolvimento sócio-econômico e demográfico, deu origem a um conflito generalizado.

De um lado, a criação do Centro Industrial de Aratu, que carrou para áreas de conurbação urbana, uma série de compromissos para sua fixação e seu desenvolvimento; do Pólo Petroquímico de Camaçari, em franca instalação, e o oferecimento ao tráfego de um novo sistema de acessos e vias primárias, além da implantação de novos sistemas de terminais, como o Ferry-Boat, a Estação Rodoviária, o Acesso Norte e o Anel Ferroviário. Todos estes equipamentos, objeto de planejamento setorial específico, irão carrear, para a estrutura tradicional de Salvador, compromissos que em futuro pouco remoto, irão dar origem a problemas de elevada complexidade de solucionamento.

De outro lado, os efeitos negativos da ausência de um planejamento global da cidade levam a compromissos vultosos e já se sentem no elevado índice da taxa de ocupação da área urbana, gerando uma densidade demográfica elevada, principalmente em bairros pobres da Cidade, sem o imprescindível apoio dos equipamentos de lazer e de equilíbrio ambiental, decorrentes das alterações introduzidas na legislação específica, associadas à expansão desenfreada da área urbana nas faixas da antiga área rural da Cidade. É o germe dos bairros de sub-habitação e de alto índice de poluição dos recursos naturais, ao lado dos efluentes industriais que já atingem os mananciais de abastecimento de água, e a própria orla marítima. Projetos Setoriais, de novos conjuntos residenciais, sem uma visão global da sua implantação, levarão fatalmente, a Cidade a condicionantes de compromissos, cujos reflexos poderão ensejar conseqüências inusitadas.

Não temos condições de apreender fatos desta ordem de fatores, sem que se justifiquem com análises e conjecturas as suas decorrências naturais.

Vivemos nesta etapa da história da humanidade uma fase eminentemente científica, em termos de planejamento, como científica, em termos de planejamento, foi a concretização da viagem do homem à lua e ao espaço sideral.

Então indagamos: por que no espaço terrestre não se adota a mesma praxe do planejamento global para oferecer maiores possibilidades de acerto?

A resposta a estes problemas se encontra, a nosso ver, numa preparação Cultural da

Comunidade, ao nível do progresso material que se lhe oferece. Torna-se imprescindível, para as nossas Cidades, que o profundo conhecimento dos problemas urbanos enfrentados pelas grandes Cidades ofereça o apoio imprescindível de uma experiência já consumada, capaz de permitir a definição de diretrizes no roteiro dos problemas urbanos da atualidade, e sua projeção futura nas Cidades Brasileiras.

A crise de combustíveis, a degradação ambiental, a superpopulação, a sub-habitação e a expansão demográfica com sua conseqüente urbanização intensiva, constituem fatores que devem ser devidamente dosados e definidos, primordial e fundamentalmente como problemas humanos.

Não seria justo que o apogeu do progresso tecnológico se apoiasse em bases de degradação do homem, e do seu meio, como objeto máximo deste progresso. E a Cidade, onde a concentração humana encontra sua síntese, deve ser o objetivo máximo desta realização. Somente nestas condições o progresso tecnológico encontraria o ideal do seu objetivo principal.

A cidade de São Paulo não deve ser a meta das nossas Cidades, mas sim o parâmetro para o qual devemos atentar, para alcançarmos objetivos específicos e capazes de permitir o oferecimento, ao cidadão, do meio ambiente, inerente à sua qualidade humana, integrado às funções biológicas da obra suprema da Criação – A Natureza.



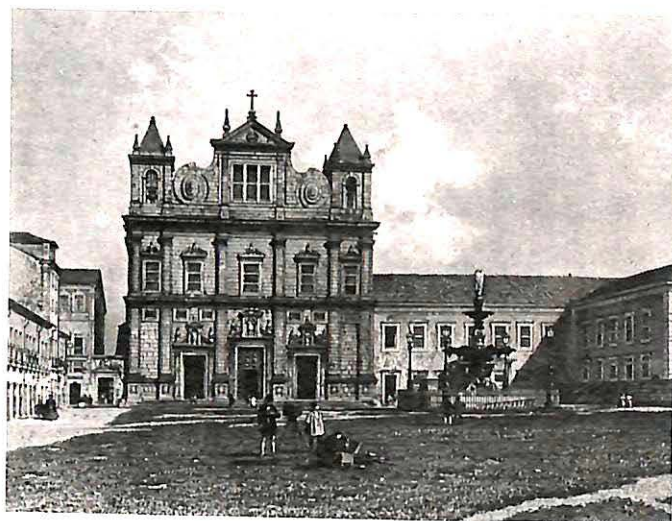
XII
capitula

Memória fotográfica

Cid Teixeira

Cydelmo Teixeira

Rino Marconi



Pouco tempo depois de descoberta a possibilidade técnica da fixação da imagem através da reação química dos sais de prata, a Cidade do Salvador conheceu a daguerreotipia. Seus tipos humanos, suas paisagens, suas ruas e suas casas passaram a ser registrados com o cuidado e a minúcia justificados pela importância da cidade naqueles dias do meio para o fim do século XIX.

Já não éramos, é verdade, a metrópole do açúcar, com o quase exclusivismo de eras passadas. A cidade continuava, entretanto, a ser um entreposto da maior importância para a navegação do Atlântico Sul. A necessidade de reabastecer e de querenar as embarcações a vela, de demoradas viagens, e a pouca autonomia dos incipientes navios a vapor continuavam a fazer, no abrigo natural da Bahia de Todos os Santos, ponto de parada quase obrigatória de embarcações de todas as bandeiras, conduzindo, muitas vezes, viajantes de algum gosto memorialista, que registraram a cidade, sua vida, seus aspectos físicos.

Ao lado dos viajantes que por aqui passaram e deixaram textos, da maior importância para a recriação da Bahia dos anos oitocentos, também daguerreotipistas andaram por aqui com suas máquinas e suas reações, colhendo material de indispensável consulta para os que pretendem reconstituir aspectos da história, da antropologia cultural,

do folclore, em suma, da vida da cidade.

Alguns desses pioneiros já foram rastreados em textos a serem reunidos em volume. Um certo C. L. Micolai, “daguerreotipista estabelecido na Rua do Rosário de João Pereira, defronte da casa do Ilmo. Sr. Cel. Cid” é dos primeiros, já anunciando suas artes em fevereiro de 1845. É o mais antigo que encontramos. Trabalhando, inclusive, até 1849, em “retratos daguerreótipos, tanto em fumo como coloridos” tudo com “sua grande máquina (...) com dois objetivos (um para tirar vistas e outro para retratos, e todos os pertences e reações químicas), material este que se propunha vender em fevereiro daquele ano, comprometendo-se, ainda, para maior facilidade em achar quem com tudo ficasse, “a dar ao comprador as lições necessárias em prática...”

Naquela virada do meio do século, Micolai já não estava só na Cidade do Salvador, fazendo vistas e retratos. João Pereira Regis, Napoleão Bautz e João Goston já trabalhavam aqui. Ao mesmo tempo, estava na cidade um daguerreotipista chamado Carlos Frederick que, com seu auxiliar Alexandre B. Weeks, anunciava a venda de “some superior views” da Bahia e de Recife.

Em 1850 instalou-se na Rua Direita da Piedade, nº 40, a “Photographia de Alberto Heschel & Cia”, que, na Corte, em sua ma-

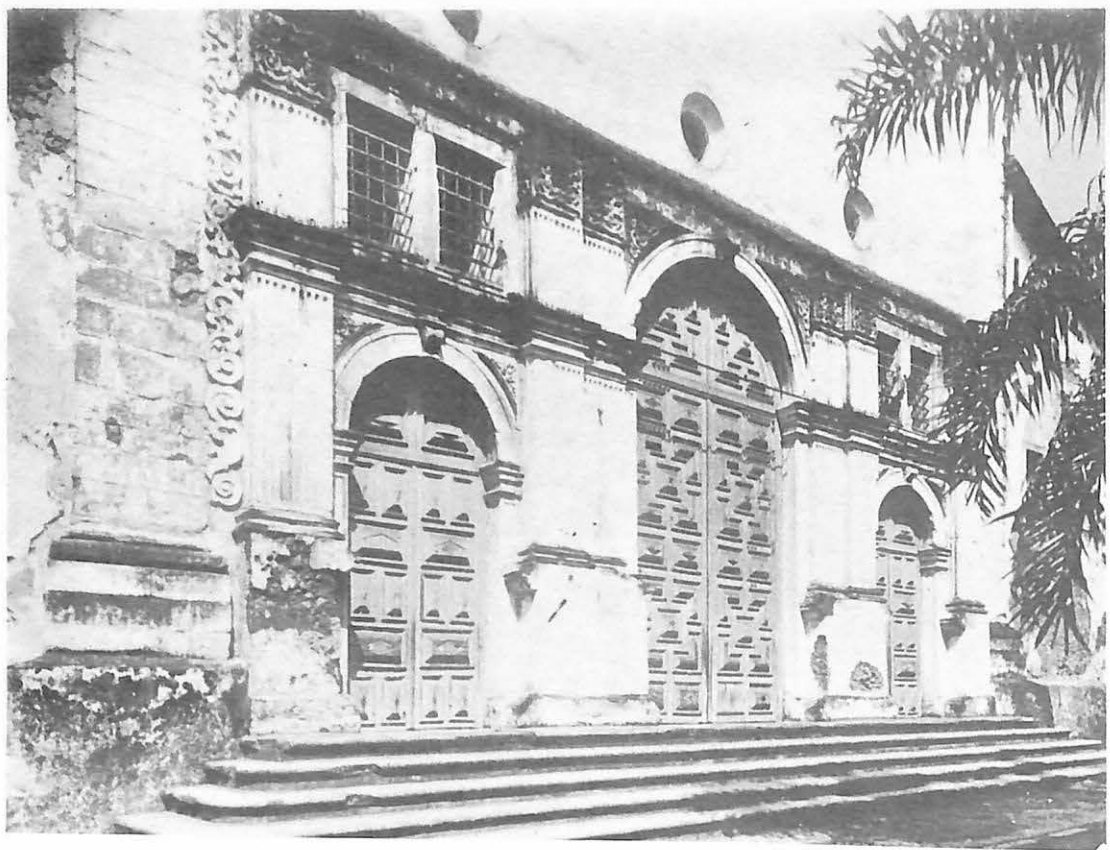
triz, havia conquistado o cobiçado lugar de “photografos da Casa Imperial”, substituindo os famosos Meugeon & van Nyvel.

Foi nesta casa Heschel que ingressou, para trabalhar como auxiliar, um jovem, suíço, morador na cidade, para onde viera em companhia do pai, negociante de algodão.

É este suíço – Wilhelm Gensly – que, mais tarde, associando-se ao capital de um certo Lange e à técnica de Karl Gutzlaff, que conhecera no laboratório dos Heschel, funda a “Photographia Premiada”, inaugurada em 1871, no Largo do Teatro, nº 92, donde, cerca de dez anos depois, mudava-se para a Ladeira de São Bento, com novo sócio – Rudolph Lindemann, e nova razão social – “Photographia do Comércio”.

Estes fotógrafos, de riquíssimo acervo, substituídos bem mais tarde por Diomedes Gramacho, juntamente com o inglês Read (o primeiro, na Bahia, a tirar fotos noturnas, com o emprego do magnésio), e mais Gonçalves, Janetzky, Trajano Dias, Jonas Silva, Voltaire Fraga, Pierre Verger e tantos outros, têm sido, pelo correr dos tempos, os grandes responsáveis pela preservação da memória física de uma cidade que, a cada dia, se modifica, se altera, se transforma.

São eles, na verdade, os autores deste capítulo.





No começo era só a freguesia da Sé. Centro cívico da cidade. Concentração de edifícios que abrigavam as repartições do governo, o palácio do Arcebispo, a Faculdade de Medicina, no antigo colégio dos Jesuítas, os consulados, e, naturalmente, a gente mais endinheirada da cidade, esta se derramando pelo Passo e por Santo Antônio Além-do-Carmo.

Na freguesia, a Igreja do seu nome. Igreja de longa e densa história que vinha do primitivo templo que, ao Senhor, no mistério da Transfiguração, fizera construir o governador Mem de Sá.

Contra o templo, desde os anos vinte deste século que se tramava. De vesgas visões a respeito de urbanismo e arquitetura, até interesses objetivamente materiais e financeiros. Contra a igreja e contra todo o "decor" de arquitetura residencial ao seu redor. Finalmente, em 1933, a igreja foi demolida e com ela as casas que configuravam a rua do colégio (do colégio dos Padres Jesuítas expulsos em 1757). ...







Palacio do Governo, Bahia-Brazil



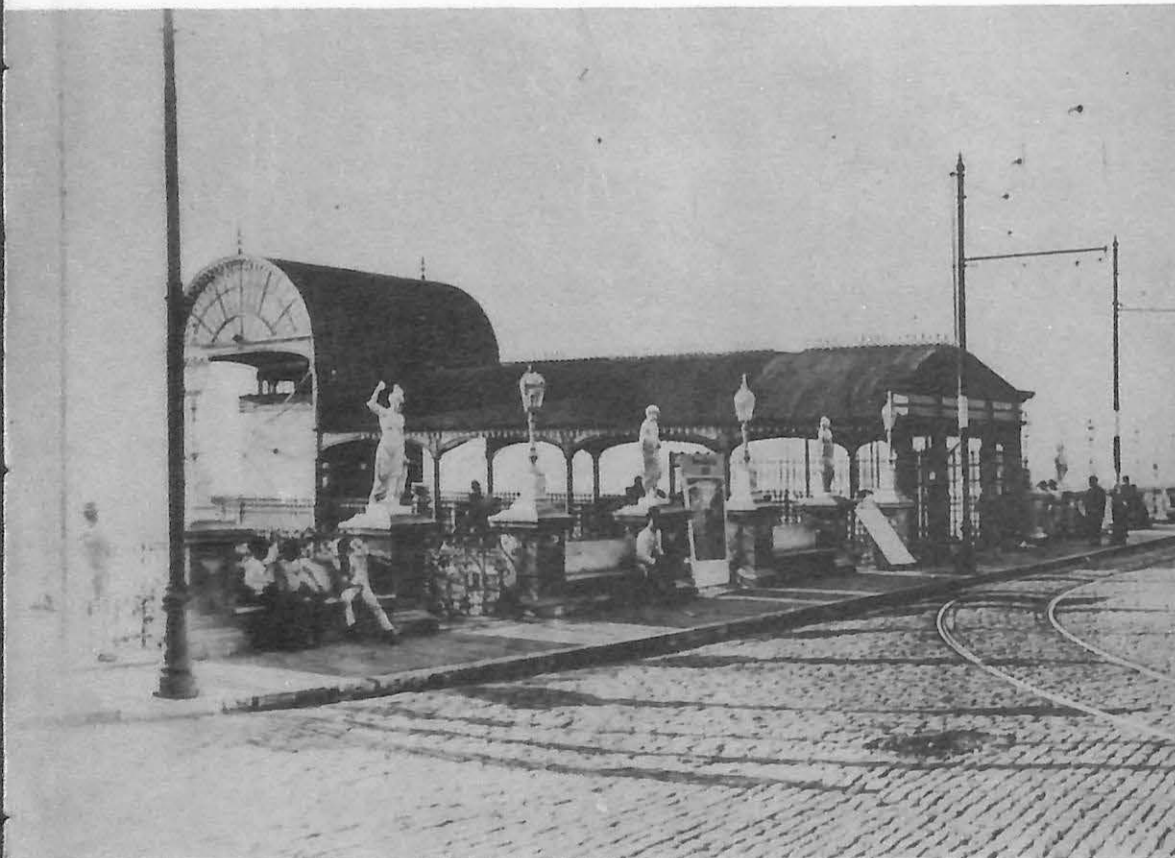
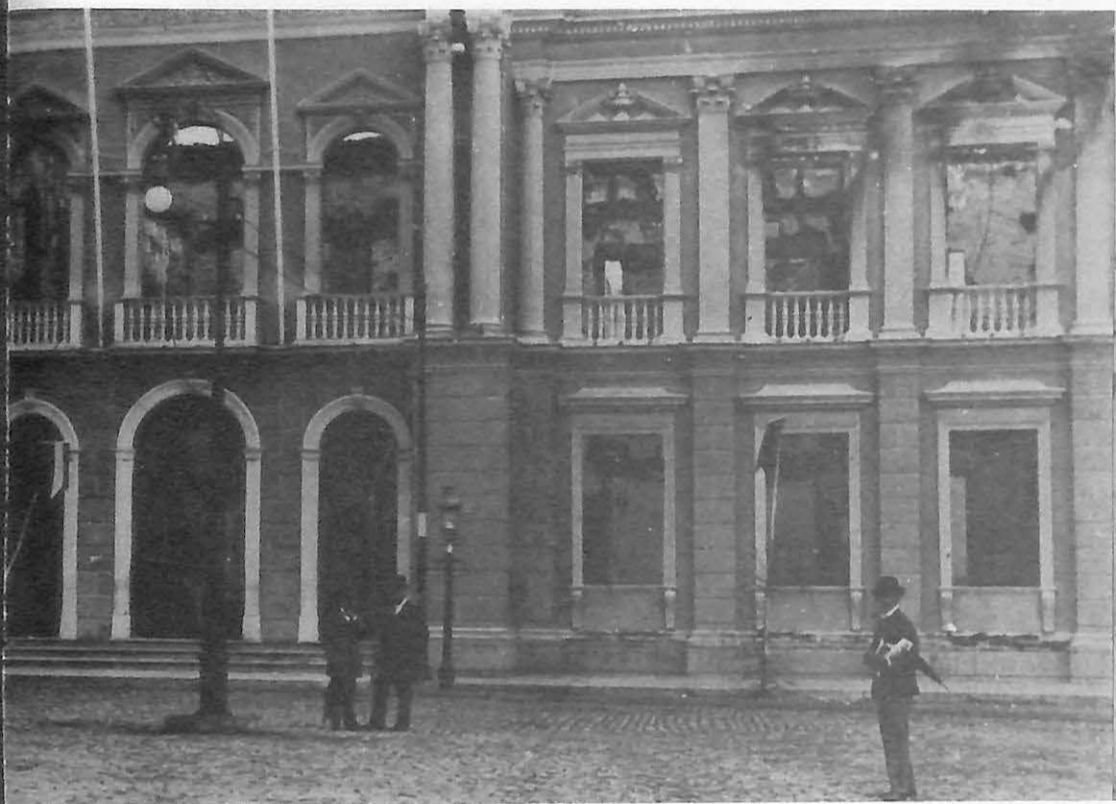
Palacio da Acclamação, Bahia.





BAHIA

Praça de Palacio





Praça da Parada, do Palácio, Praça da Constituição, Praça Tomé de Souza, Praça do Conselho. Não importa. De vez em quando a burocracia lhe muda o nome, e o povo não repara e continua chamando, simplesmente, a Praça. Só.

A mesma dos dias da fundação da cidade com a Casa de Câmara e Cadeia do lado do nascente e a Casa dos Governadores ao Sul.

A casa de Câmara, primeiro de taipa, e em 1660 colocada na feição atual pelo governador Francisco Barreto, andou sofrendo reformas por conta do gosto "art-nouveau" e, em dias recentes, voltou à sua feição.

O palácio, entretanto, que, desde os primeiros dias da república, fora consideravelmente alterado em mais de uma reforma, foi o alvo maior do bombardeio da cidade em janeiro de 1912. A fotografia documentou as janelas queimadas, a biblioteca destruída. E, sobre o que restou, fez-se a reforma atual, inaugurada em 1919.

Na outra face, defronte do Palácio, esteve, desde 1694 a Casa da Moeda. O prédio, depois de não mais servir para o que fora feito, entrou em perecimento, até ser demolido em 1874 e substituído por casas de residência, inclusive da missão americana que fundou ali o "Colégio Taylor".

Mais tarde, já neste século, em 1919, ali era inaugurado o Edifício da Biblioteca Pública, recentemente posto abaixo.

Os edifícios mudaram a feição. O povo sempre chamou o local, simplesmente de — "A Praça".



Ladeira da Praça para a vala da cidade, para o largo do Guadalupe (em referência à capela desta invocação de Nossa Senhora, ali existente); ladeira da Praça para a Ópera Velha, teatro que, na baixa, antecedeu ao São João que mais tarde se edificou na cidade.

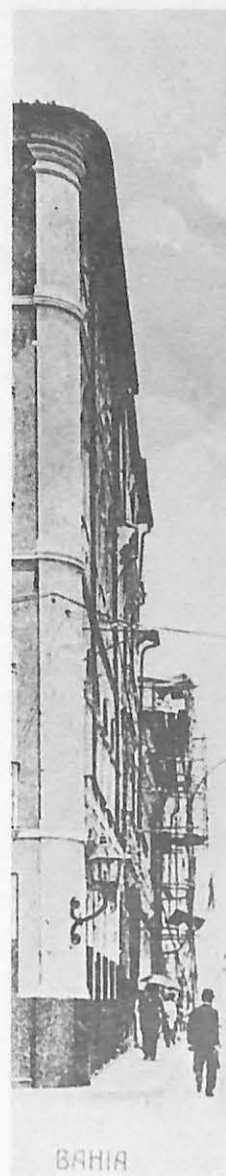
Rua de esquina da Casa da Câmara e cadeia, justo no ângulo onde estava o Aljube que recolheu religiosos que, na colônia, sonhavam com a liberdade.

Foi ladeira de ilustres residências e ilustres nascimentos, como o de José Maria da Silva Paranhos, que seria o Visconde do Rio Branco.

Ladeira traço-de-união entre dois estamentos bem diferenciados da cidade. Da cidade alta com o comércio elegante, da Rua Chile com a "baixinha" popular, com o "mercado das fateiras", nos Tamarindeiros, onde hoje está o quartel do Corpo de Bombeiros.

Sobradões, ali viram muito bonde deslizar trilhos abaixo, até quando, já nos anos quarenta, o trânsito foi invertido. Sobradões que, nos dias seguintes concentraram a quase totalidade das residências da colônia israelita da Bahia.





Até se chamar rua Chile, em 1902, quando a cidade homenageou esquadra dos "irmãos do Pacífico", que passou por aqui, muitos nomes teve a via: Rua das Portas de Santa Luzia, Rua Direita dos Mercadores, Rua Direita do Palácio.

Do Largo do Teatro, na esquina do próprio Teatro de um lado, e da Foto Lindemann do outro, logo se bifurcando na Rua da Ajuda, subia até a Praça, concentrando o comércio elegante da cidade.

Quem não era bastante rica para mandar buscar enxovais inteiros no "Bon Marché" de Paris, ou não era bastante recatada para somente comprar a domicílio nas mãos das "caixeirinhas", ia às compras na Rua Direita do Palácio.

E, não por outra razão, passou a ser a rua do "footing", a rua do "flirt", que já eram palavras inglesas que se incorporavam aos nossos falares.

Na esquina da Praça, de um lado, o palácio; do outro, uma fábrica de luvas, tanto era preciso imitar as modas da Europa, mesmo no clima dos trópicos.

Ficou sendo a rua estreita dos dias coloniais até 1915, quando a intendência a alargou pela face de terra.

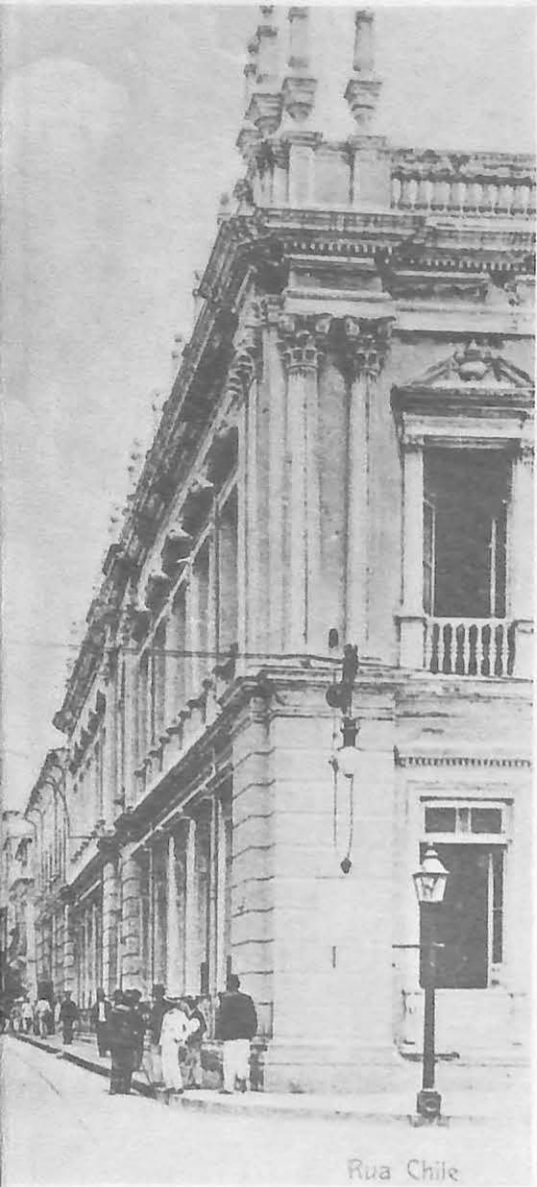
Rua principal, ponto de encontro e sede de tudo quanto de mais importante se fez na cidade até bem pouco tempo.

Lá esteve o Grêmio Literário, com sua biblioteca excelente para o tempo. Lá, pela primeira vez, instalou-se na Bahia uma estação de rádio. Lá todos se encontravam. Lá, de tudo se sabia.

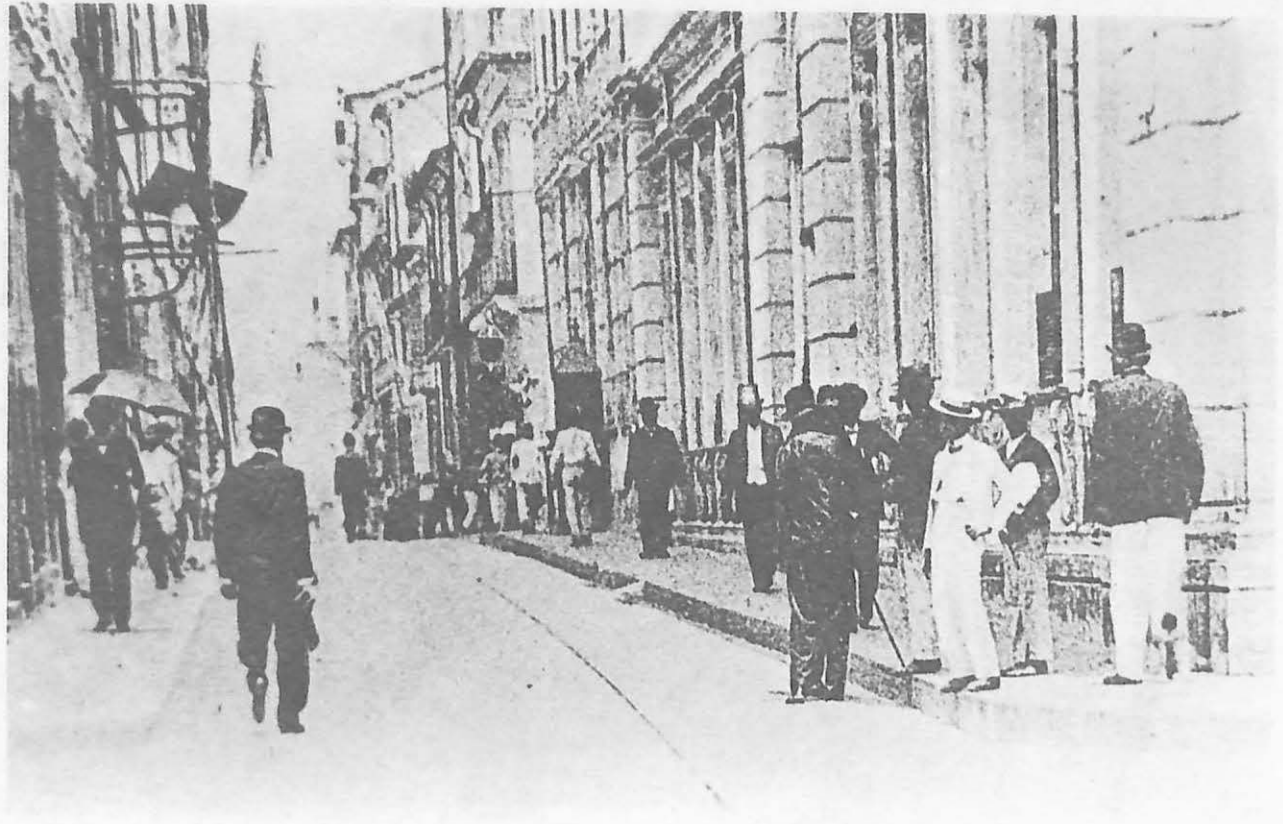


Rua Chile

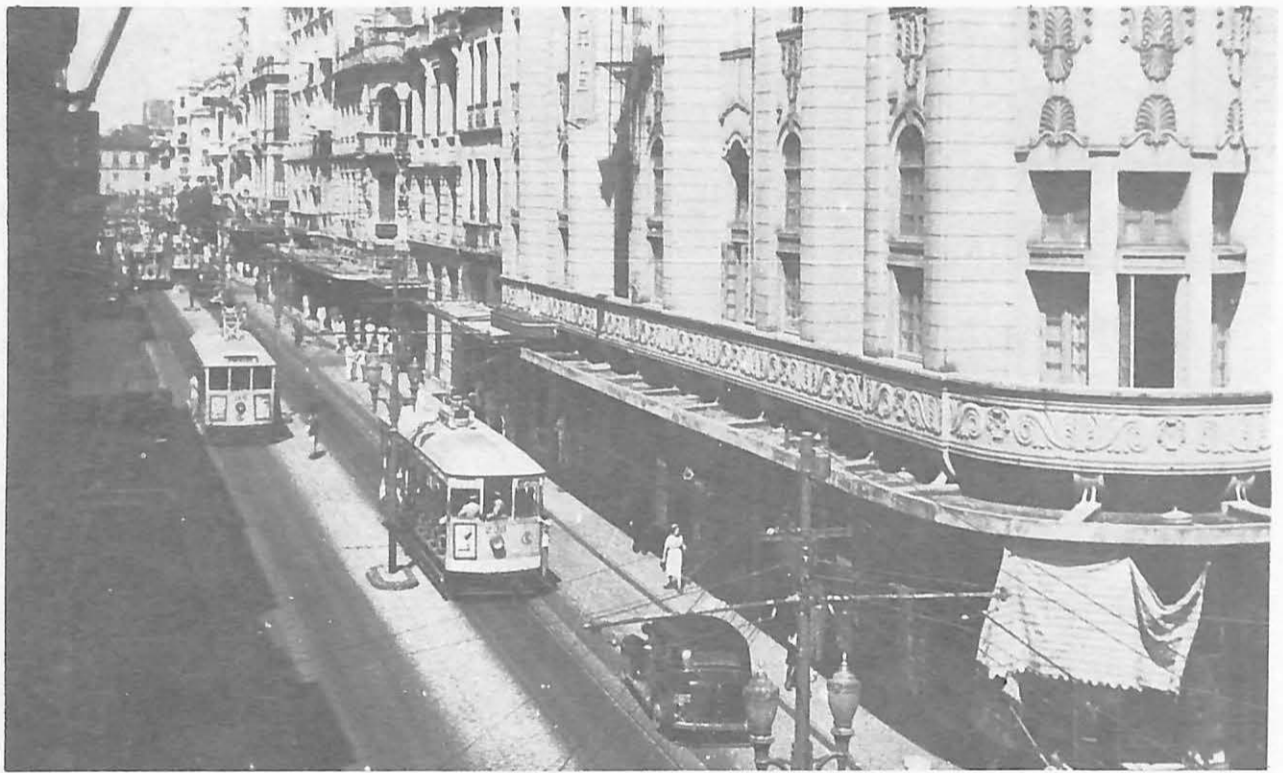


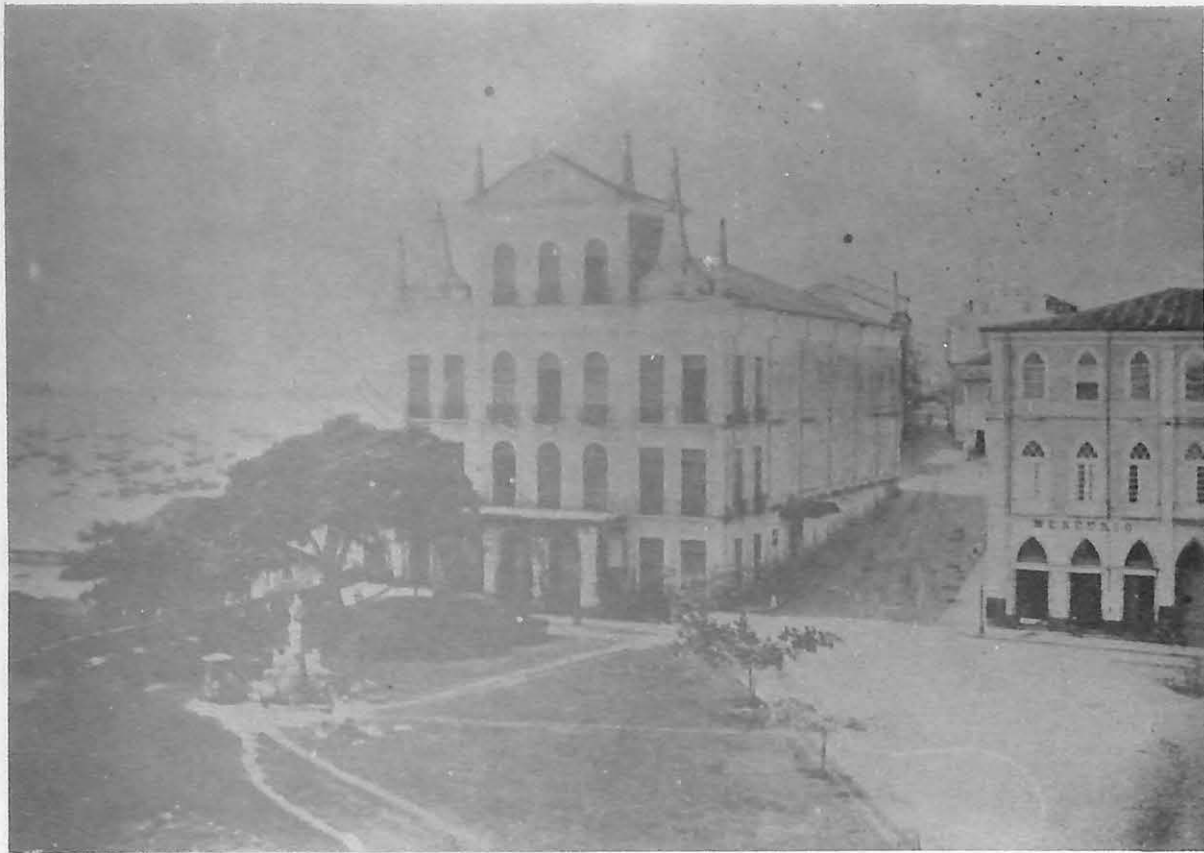


Rua Chile



Rua Chile







Largo das Portas de Santa Luzia, Largo da Feira, Largo do Teatro, Praça Castro Alves. Limite sul da cidade nascida em 1549.

Cada nome que teve, ao longo do tempo, reflete sua destinação, sua característica.

Aproveitando o desnível da topografia original, ali se fizeram as portas; junto à Rua dos Capitães, a cavaleiro da Bahia de Todos os Santos, visualizando o ancoradouro.

Logo depois, lugar de escambo entre os índios que traziam os produtos da terra para os "homens d'armas" e degredados que começavam a aculturar, por necessidade e por curiosidade, seus gostos alimentares. Praça da feira, que viu, inclusive, o pelourinho, onde, na forma da legislação portuguesa, eram expostos ao escárnio, os negociantes desonestos.

Mais tarde a cidade reclamou um teatro. Os anos eufóricos do início do século XIX justificavam a iniciativa. Tomou-a o Conde dos Arcos, batizando a casa de espetáculos com o nome do orago do Príncipe Regente: Teatro São João.

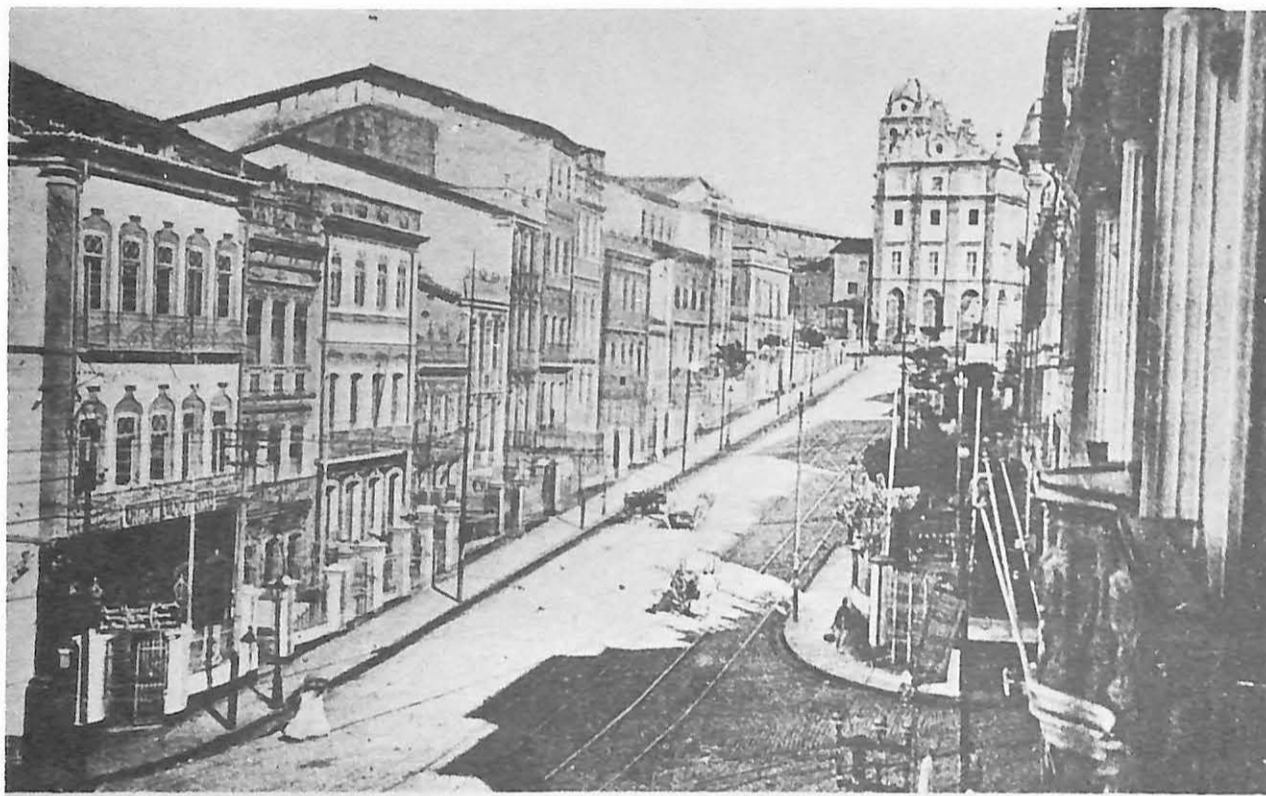
Nele viveu grandes dias o Poeta. E, quando a cidade quis perpetuar-lhe a homenagem em estátua, foi o local de óbvia escolha: Praça Castro Alves.

Praça que foi vista de sobrados ilustres como aquele em que viveu o Silva Lisboa, potentado do comércio internacional, pai do João Estanislau, professor notável e personagem do "crime da bala de ouro".

Local que dividiu a montanha – barroca maior – com a de menores proporções, a Barroquinha.







Ladeira e Igreja de S. Bento.

50.

Rua:





A sistemática conjugação do verbo defender que se fez nos dias da fundação da cidade condicionou a escolha do seu sítio. E, da face sul para o caminho do Conselho havia que galgar a rampa onde estava a ermida de São Sebastião transferida logo aos monges de São Bento.

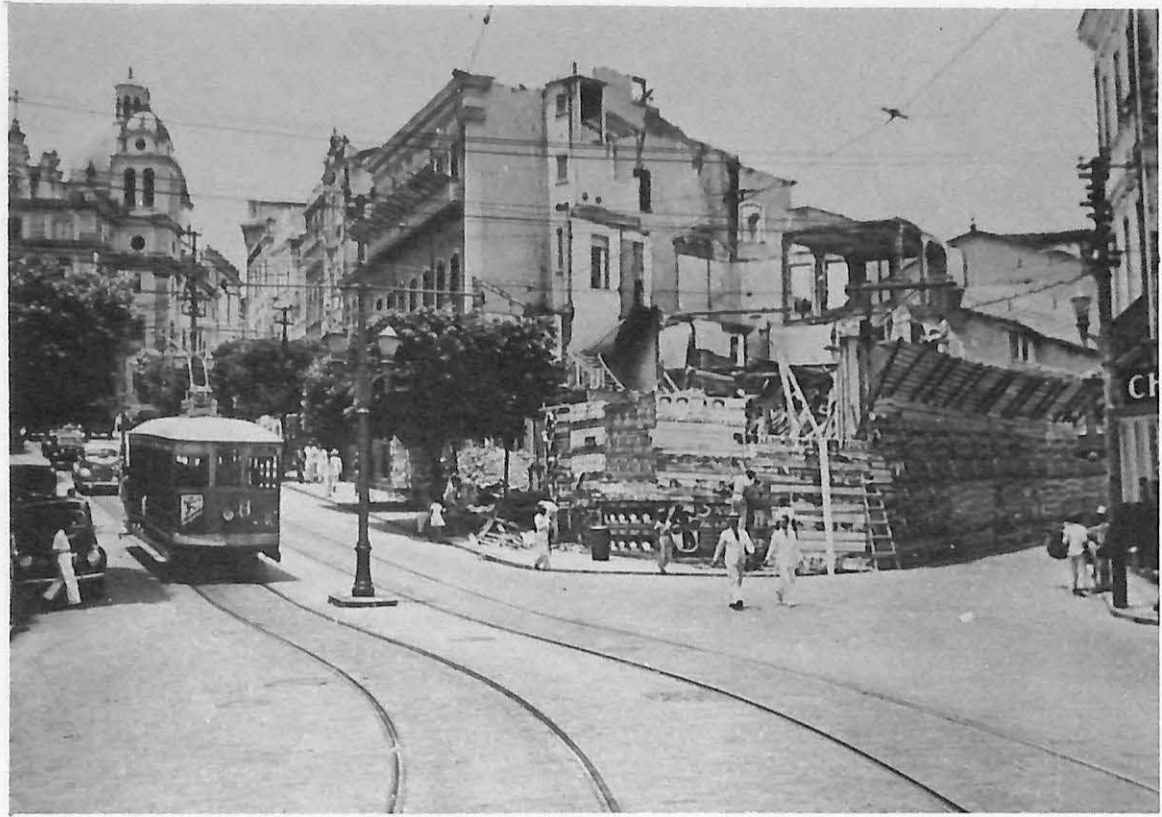
A ladeira era de São Bento. Por toponímia e por propriedade imobiliária. Primeiras moradas fora de portas na direção do sul. Continuou rua residencial até os anos cinquenta deste século.

Com o "Hotel Paris", à esquerda de quem sobe, na esquina da Barroquinha, e o Sul Americano à direita, a ladeira logo sofisticou a fachada de seus sobrados. Deulhes mais arrebiques e ornamentos do que tinham os casarões de Santo Antônio e da Soledade.

Lá estava estabelecido o inglês Read, com a sua "Photographia", responsável por várias presenças nesta memória.

Moradores tradicionais, de pouca ou nenhuma mudança. Gente que, junto ao centro da cidade, se permitia o cultivo de hábitos de convivência, trocando gentilezas e opiniões em cadeiras de vime à beira da calçada.





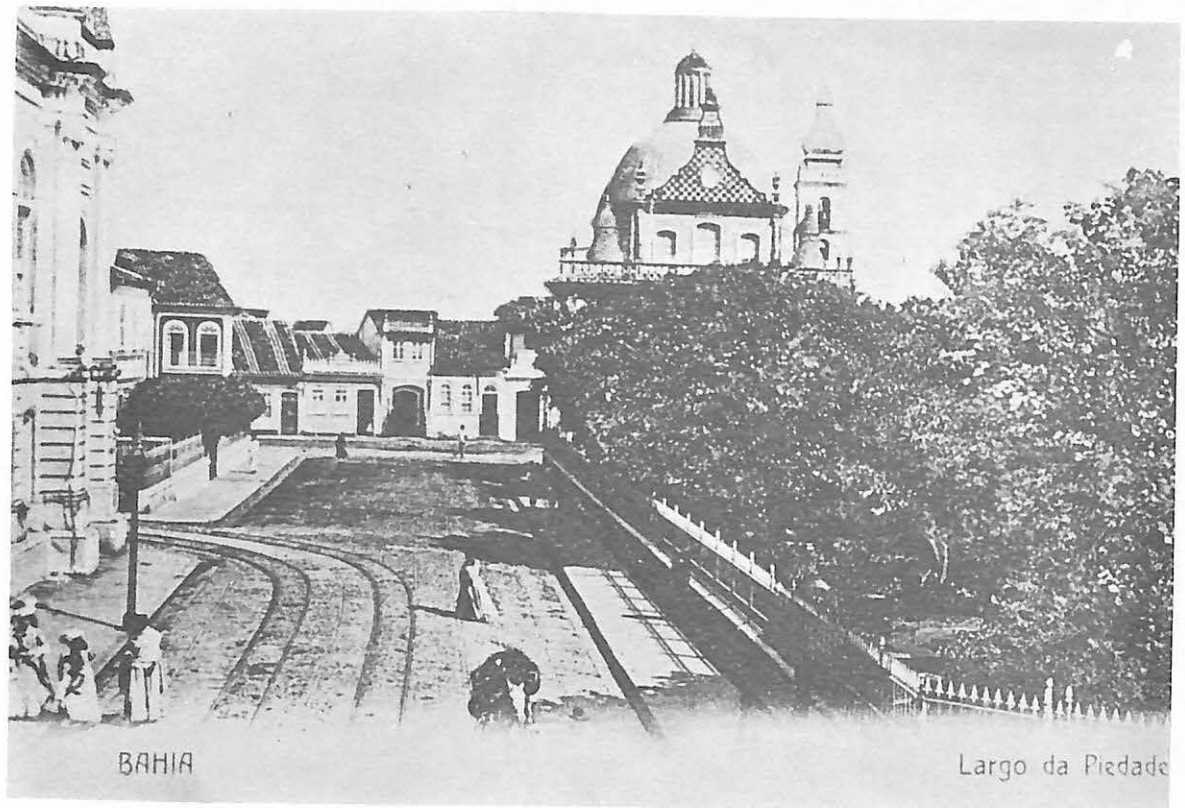
Ainda nos anos quarenta deste século, a cúpula do Instituto Histórico era, na cidade do Salvador, o ponto mais alto aonde se podia chegar normalmente. Mais alto do que ela era o lanterninha de São Bento, que necessitava de andaimes para ser atingido.

Tanto isto é verdade que, quando foi preciso determinar, com rigor técnico, a latitude e a longitude da cidade, foi aquele o ponto escolhido para referência.

A cidade tinha horizontes e, nela, podia ter curso, sem obstáculos, a "viração", vento da tarde.

Só o confronto fotográfico pode dar toda a dimensão do quando Salvador foi transformada.





Da capela de São Felipe e São Tiago não restaram mais do que algumas escassas referências históricas.

O convento dos frades capuchinhos se encarregou de toponimizar o largo com a invocação da Virgem da Piedade, ali venerada na famosa interpretação dada por Murilo.

Rugendas registrou o largo em um dos seus desenhos. Inclusive, com aquele desfile familiar, que é um puro tratado de sociologia.

Lá estava a força da cidade, bem defronte da transversal que lhe guardou o nome. Lá, no patíbulo, foram suplicados os que sonharam com a igualdade de classes no fim do século XVIII: Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas do Amorim Torres, João de Deus do Nascimento e Manoel Faustino dos Santos Lira.

Morou ali, no solar que mais tarde foi a "Escola Comercial", o comerciante Antônio Francisco de Lacerda, cujos recursos permitiram ao filho, Antônio de Lacerda, a ousadia do empreendimento do Elevador da Conceição.

O Senado Estadual, o Gabinete Português de Leitura e a nova Igreja de São Pedro completam a moldura da praça que já foi, nos anos 30, o ponto de concentração da juventude da cidade, um ponto que, como tantos outros, vai, pelos tempos, merecendo preferências.

Hoje, envolvido pelo comércio e agitado pelo tráfego intenso.



Rua Direita, Igreja da Piedade.

Bahia

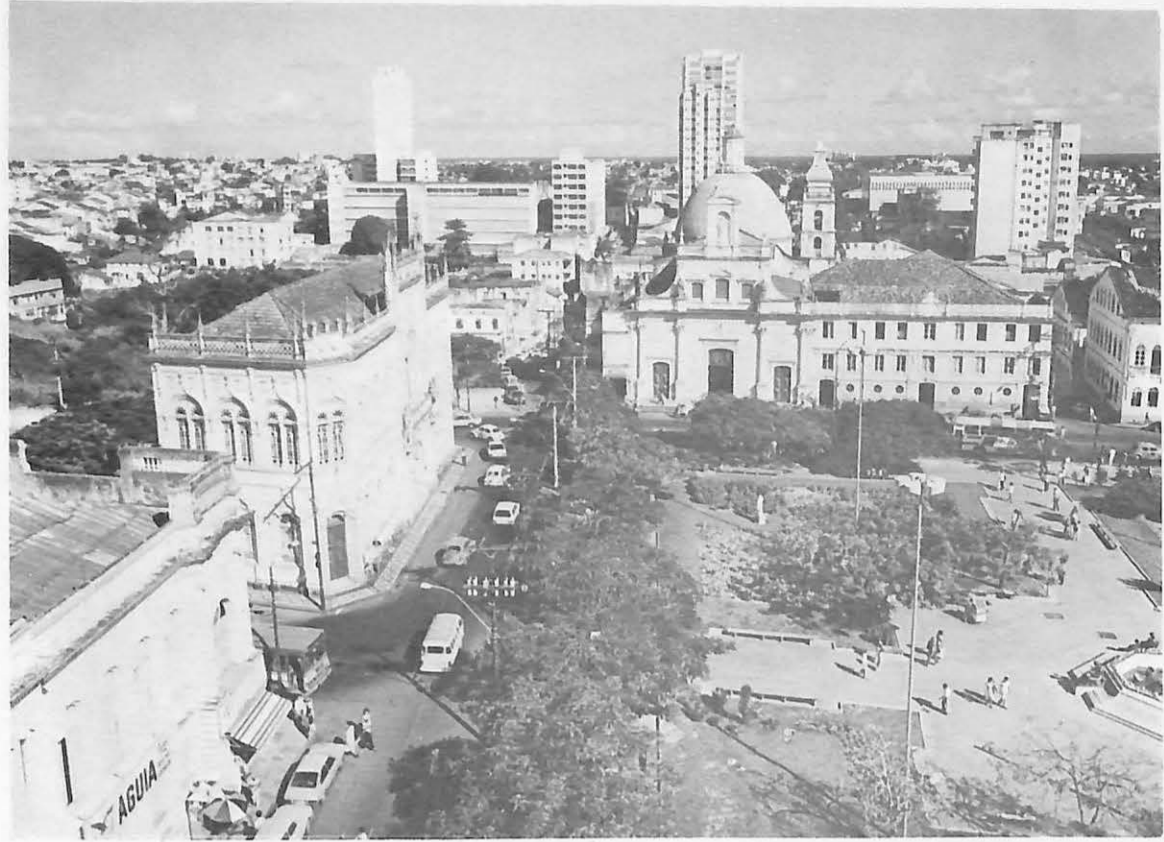


BAHIA

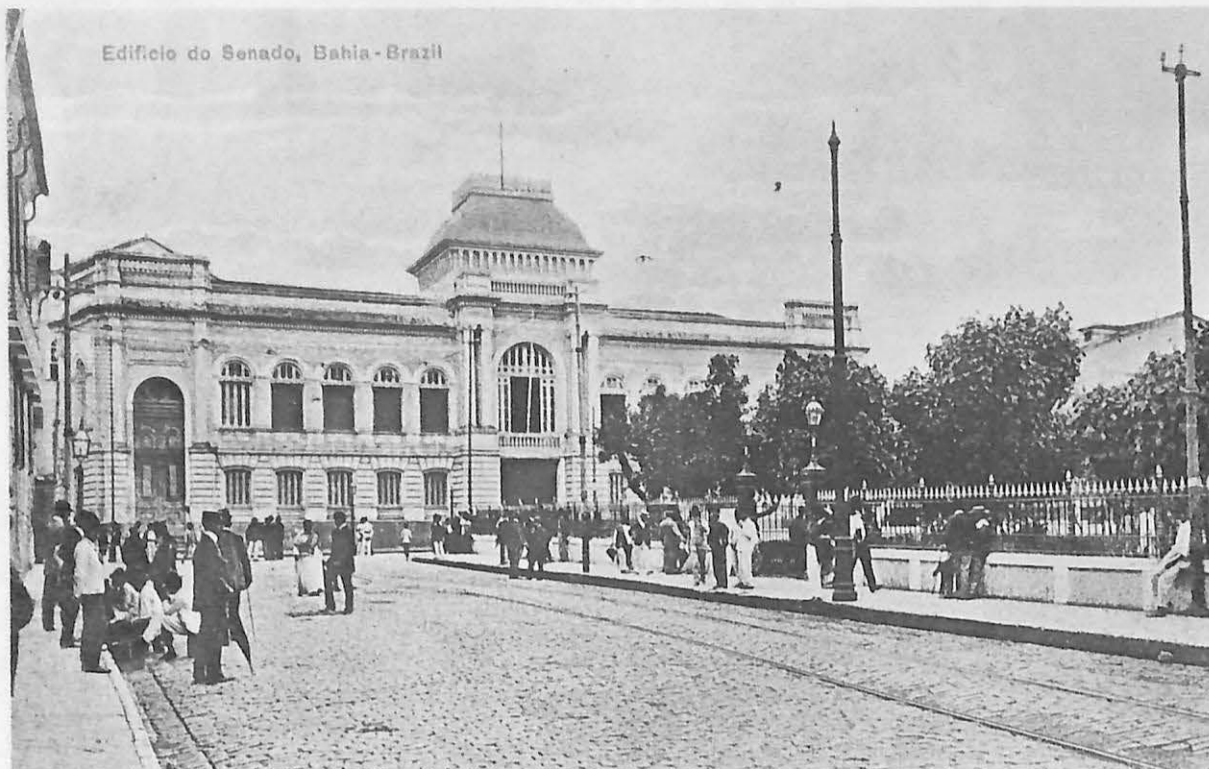
Rua Direita da Piedade



Praça 13 de Maio (Piedade), Bahia.



Edifício do Senado, Bahia - Brazil

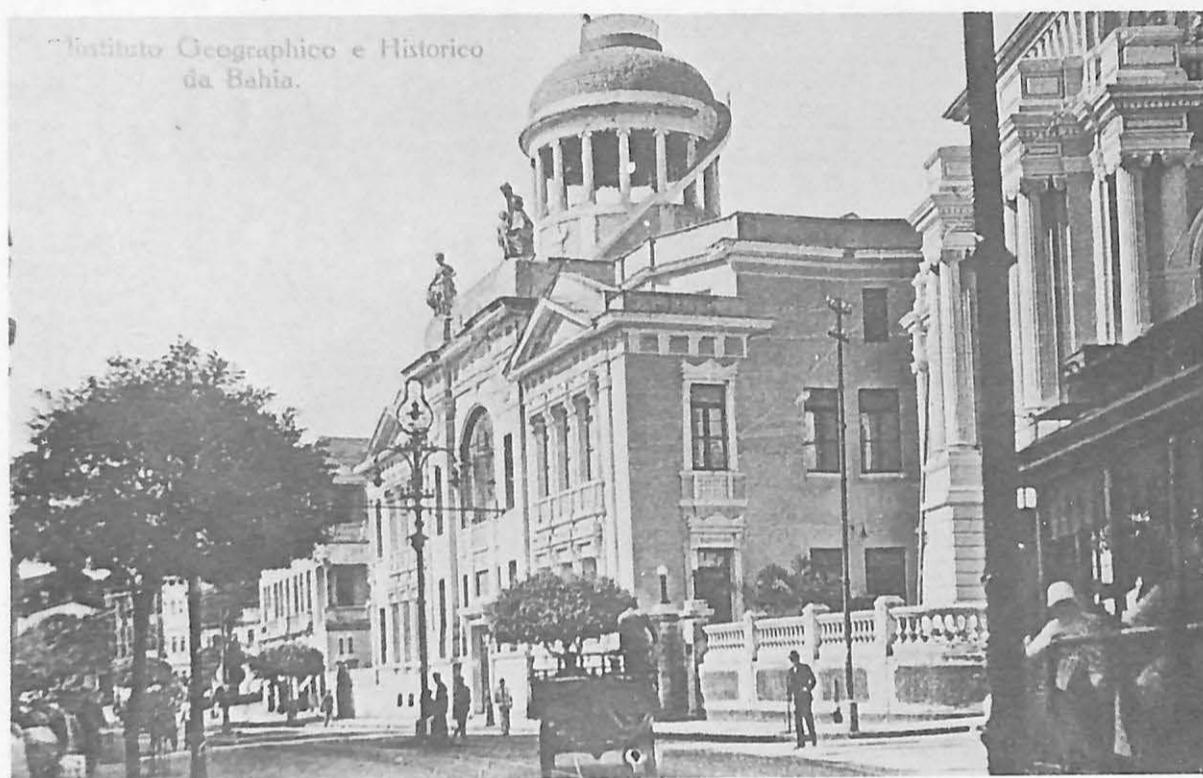


Aquela casa da esquina da Piedade com a Avenida Sete de Setembro guarda uma história. José Alioni saíra da Bahia para estudar arquitetura na Bélgica. Numa cidade de mestres de obras, onde um ou outro raro engenheiro vinha da Escola Central do Rio de Janeiro, estudar arquitetura na Europa, era, positivamente, uma extravagância. Manoel Querino tentara a graduação aqui, em curso da Escola de Belas-Artes que, por falta de pessoal docente, não pôde dá-lo.

O prédio da Piedade, com duas alas de nítida divisão por um corpo central mais alto, demonstrara que os estudos de José Alioni não foram em vão. Era o que de mais atual vigência se podia pedir.

Um dia, em homenagem ao progresso, o poder público (que, inclusive, queria demolir toda a Igreja de São Bento) demoliu uma das alas da casa que era sua, na Piedade, mutilando uma obra que foi concebida e executada para ser vista e julgada no seu conjunto. Os protestos do arquiteto José Alioni, sua tese — nova ao tempo — de direitos autorais sobre projetos arquitetônicos, foram pontos de partida para muitos posicionamentos que, somente muito depois, vieram a se constituir em jurisprudência.

Quando, nos remanescentes do Beco do Senado, a pertinácia de Bernardino de Souza edificou o Instituto Histórico, o governo permutou o que restava do prédio do Senado pela antiga sede da "casa da Bahia" no Terreiro, que depois doou à Academia de Letras da Bahia.

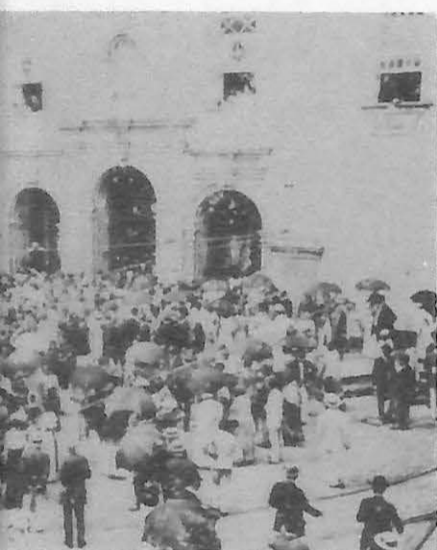




Tomar
Estado m
ticas do B
aberta, J
assinalar
1916) co
mí-lo na c

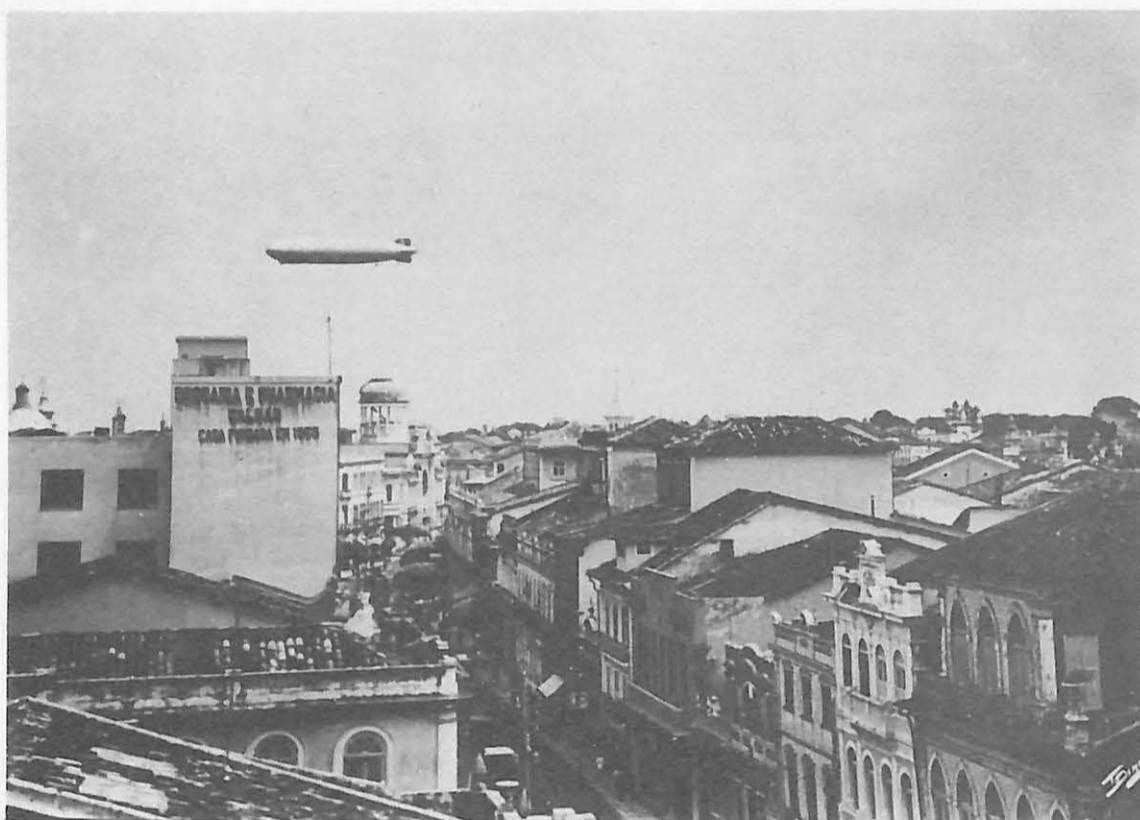
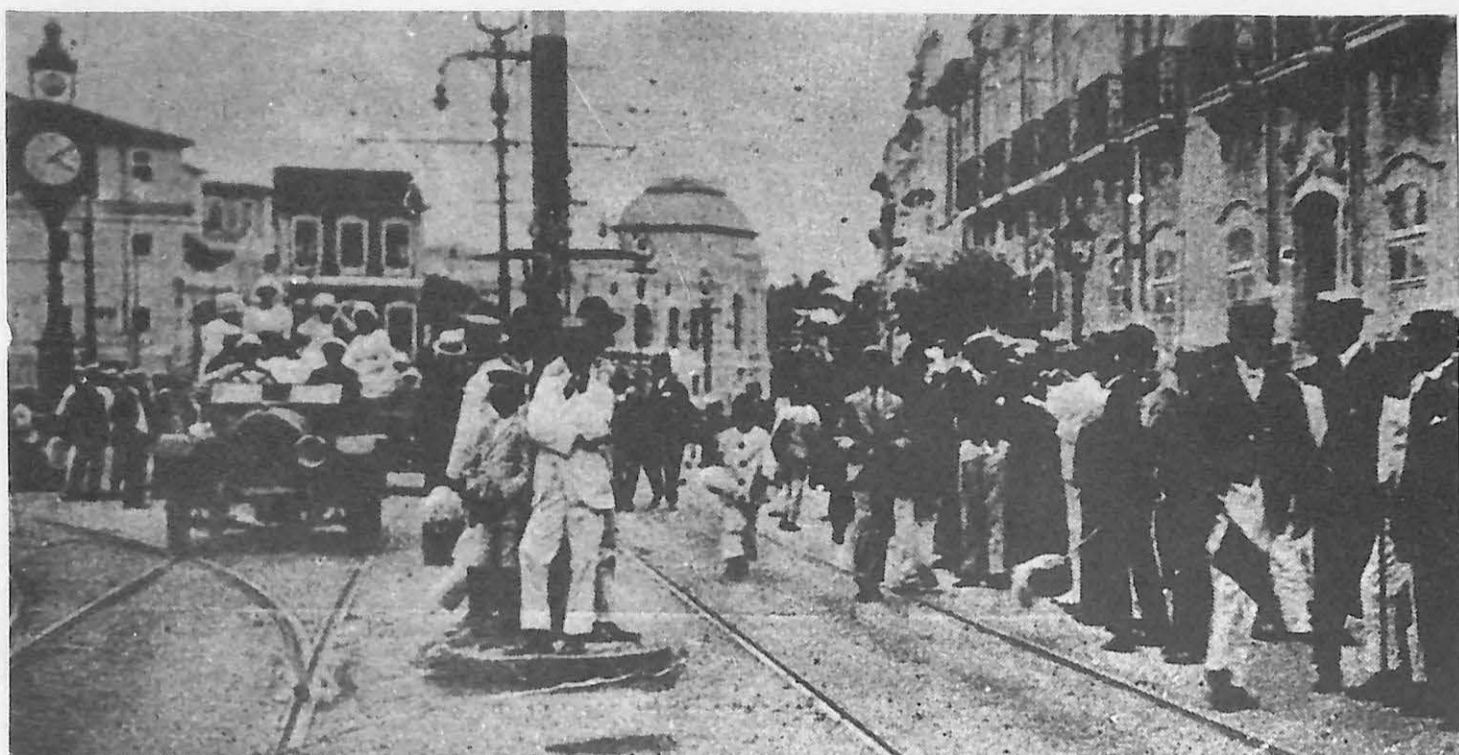
Fora M
o govern
Janeiro, «
abrir a
editar o f
do Largo
Barra, al
Setembro
Bento, de
Senado e
rio de Joã
deveria se
lugar à m
dios foran
da do Con
simplesme
a Igreja de
lugar surg
te da anti
de Contas
Politécnic

Desapa
que a sub
tua do B
mesmo q
palácio d
bombarde
nistro do
o ataque
comercial
país, a to
lados; me
na época
ter que d
ções.



o posse do governo do
circunstâncias dramá-
bombardeio a uma cidade
é Joaquim Seabra quis
seu governo (1912 –
obras capazes de redi-
inição pública.
ministro de Estado durante
em que, no Rio de
prefeito Pereira Passos
venida Central. Quis re-
ito em escala baiana. E,
lo Teatro até o Farol da
iu a Avenida Sete de
As velhas ruas de São
São Pedro, os Becos do
o Mocambinho, o Rosá-
Pereira, as Mercês, tudo
transformado para dar
va Avenida. Alguns pré-
cortados, como a facha-
ento das Mercês. Outros,
te desapareceram, como
São Pedro Velho. No seu
uma praça, bem defron-
a casa do Barão do Rio
onde se instalou a Escola

eceu a Igreja, e, na praça
stituiu, colocou-se a está-
ção do Rio Branco, o
e deu nome ao velho
Praça, incendiado no
; o mesmo que era mi-
terior e teve de explicar
armado a uma cidade
por forças do próprio
as embaixadas e consu-
mo que – como foi dito
– morreu de trauma por
r estas mesmas explica-





Tomando posse do governo do Estado nas circunstâncias dramáticas do bombardeio a uma cidade aberta, José Joaquim Seabra quis assinalar o seu governo (1912 – 1916) com obras capazes de redimí-lo na opinião pública.

Fora Ministro de Estado durante o governo em que, no Rio de Janeiro, o prefeito Pereira Passos abriu a Avenida Central. Quis reeditar o feito em escala baiana. E, do Largo do Teatro até o Farol da Barra, abriu a Avenida Sete de Setembro. As velhas ruas de São Bento, de São Pedro, os Becos do Senado e do Mocambinho, o Rosário de João Pereira, as Mercês, tudo deveria ser transformado para dar lugar à nova Avenida. Alguns prédios foram cortados, como a fachada do Convento das Mercês. Outros, simplesmente desapareceram, como a Igreja de São Pedro Velho. No seu lugar surgiu uma praça, bem defronte da antiga casa do Barão do Rio de Contas, onde se instalou a Escola Politécnica.

Desapareceu a Igreja, e, na praça que a substituiu, colocou-se a estátua do Barão do Rio Branco, o mesmo que deu nome ao velho palácio da Praça, incendiado no bombardeio; o mesmo que era ministro do exterior e teve de explicar o ataque armado a uma cidade comercial, por forças do próprio país, a todas as embaixadas e consulados; mesmo que – como foi dito na época – morreu de trauma por ter que dar estas mesmas explicações.



A corrida de terras na “montanha da cidade” sempre foi uma preocupação de todos os governantes. A solução medieval, de plantar a cidade em acrópole, se, por um lado, atendeu aos preceitos vigentes de defesa, por outro, criou problemas em todos os invernos, com o deslizamento de terras da “cidade alta” para a “praia da cidade”, para o “comércio”.

Governadores, vice-reis e presidentes da província estiveram, a miúdo, às voltas com obras de emergência e socorro às vítimas de deslizamentos que ocorriam desde a encosta onde os terésios fizeram o seu convento até o desnível entre a Estrada das Boiadas e o caminho de Itapagipe.

Seja por suportar maior trânsito — e maior desmatamento — seja pela própria natureza do terreno, foi, exatamente, a parte central da cidade que se expandia a mais castigada.

Em 1846 o Presidente da Província Francisco José de Souza Soares Andréa fez edificar, com o auxílio financeiro dos comerciantes da cidade, a muralha que sustenta, até hoje, a ladeira da Conceição.

Ficou o caminho da montanha. Percorrido a pé, em desníveis e irregularidades, até a década de 70, do século XIX, quando o Barão Homem de Melo, na presidência da Província empreitou as obras. Nomes como os dos engenheiros Henrique Prager e Francisco Pereira de Aguiar estarão sempre ligados a esta obra, que é uma das marcas mais peculiares desta cidade do Salvador.



Trecho da Cidade Alta, Bahia.



Do largo do Teatro para São Pedro velho era a rua de São Bento, que o mosteiro, por natural, batizou.

Em nível mais baixo, para o lado do mar, a topografia impôs o nome: Rua de Baixo de São Bento, que o povo chamou, em elisão, de simplesmente, rua de Baixo.

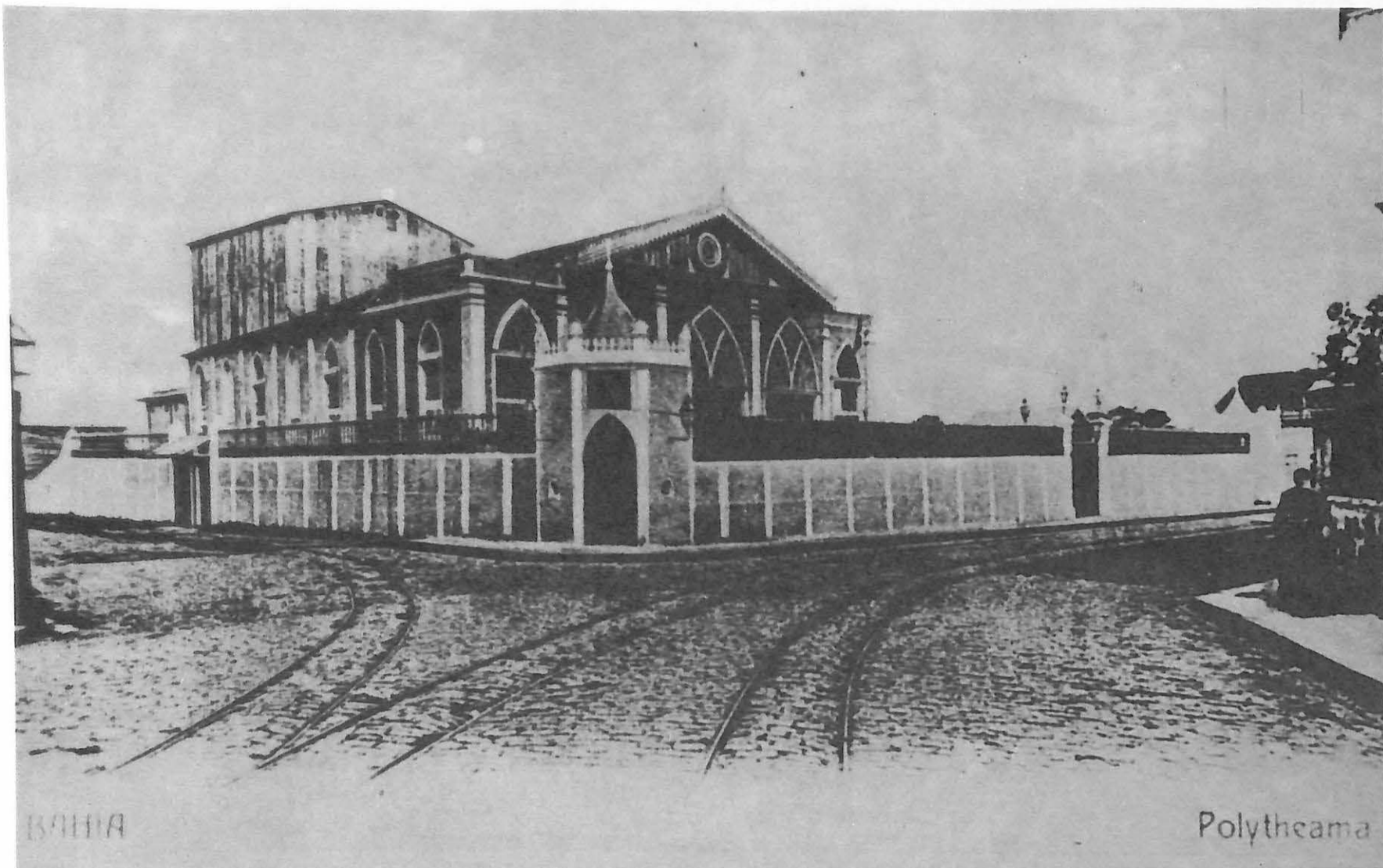
Rua de extrema mobilidade Social, como, aliás, toda a cidade do Salvador, em característica que merece cuidados bem maiores dos sociólogos.

Rua de residência de classe média que aproveitava a proximidade das ladeiras da Conceição e da Montanha para que seus moradores, chefes de família, pudessem ir para o comércio, a pé, com seus paletós de alpaca, típicos dos guarda-livros e "primeiros caixeiros". Rua preferida por ser residencial, e, ao mesmo tempo, próxima de todo o centro. Fazendo esquina, o "Hotel Sul Americano", ponto de concentração de "coronéis" da República Velha, Hotel que substituiu, em importância, o "Figueiredo", onde os governos, de modestos palácios e já não contando com a ostentação das fortunas particulares como fizeram nas visitas de Jerônimo Bonaparte, von Martius e tantos outros, podiam receber, para jantar, os visitantes ilustres que a pouca autonomia das viagens por mar fazia passar por aqui com frequência.

Por um tempo a Rua de Baixo ganhou fama de ser concentração de "polacas" e "francesas" de fama nada puritana.

Depois, o alargamento, o progresso, a homenagem a Carlos Gomes, mudando-lhe o nome.





O espetáculo público foi a constante preocupação da vida da cidade. Desde os autos jesuíticos de fins pedagógicos, passando pelas encenações em arena para festejar esponsais e nascimentos de príncipes e princesas.

Mais tarde, foi necessária a casa com fins próprios e estrutura específica. E surgiu a Casa da Ópera no Largo do Guadalupe e, posteriormente, foi feito o Teatro São João.

A primeira, de construção precária, durou pouco. Assistiu à encenação de clássicos do teatro em língua portuguesa como a "Guerra do Alecrim e da Mangerona" de Antônio José — O Judeu, e ouviu música de Damião Barbosa, em quem as pesquisas mais modernas descobrem o valor que estava esquecido.

O São João conheceu grandes noites. Em determinado tempo, porém, tornou-se demasiado elitista. Quase que só freqüentado por negociantes que, com suas assinaturas, sustentavam a importação de companhias de operetas.

O Politeama surgiu como opção popular. Praticável, ao ponto de permitir apresentações de solistas instrumentais e, também, de companhias de circo.

Era o teatro dos jovens e dos políticos. Plataformas e convenções, ali, foram lidas e realizadas.

Das suas torrinhas, muito ator e muito orador foi aplaudido ou vaiado pelos acadêmicos, que lá entravam, em "monômio", forma de burlar a bilheteria com a inteira complacência do dono do espetáculo.





Esquecida Capela consagrada ao Príncipe dos Apóstolos, condicionou o nome de toda a área. Quando, mais tarde, se construiu o forte — talvez o mais puro “Vauban” da arquitetura militar da cidade — o nome fixou-se, naturalmente.

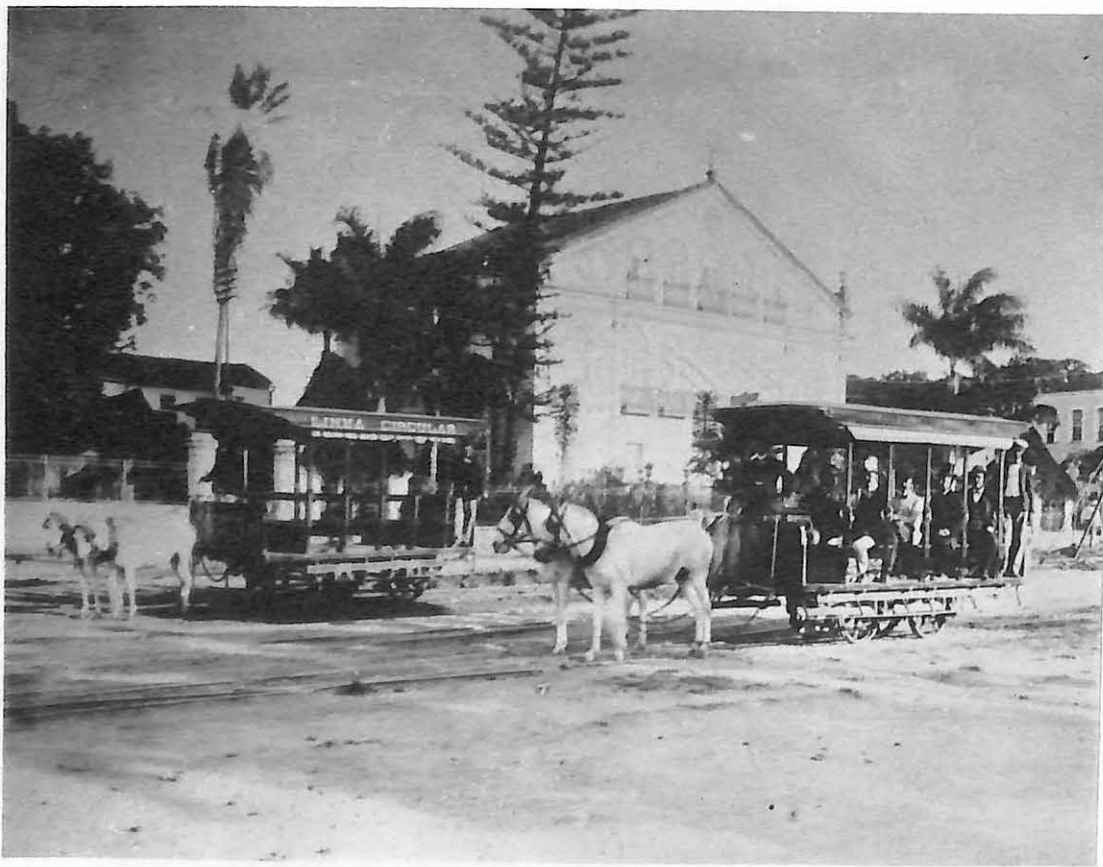
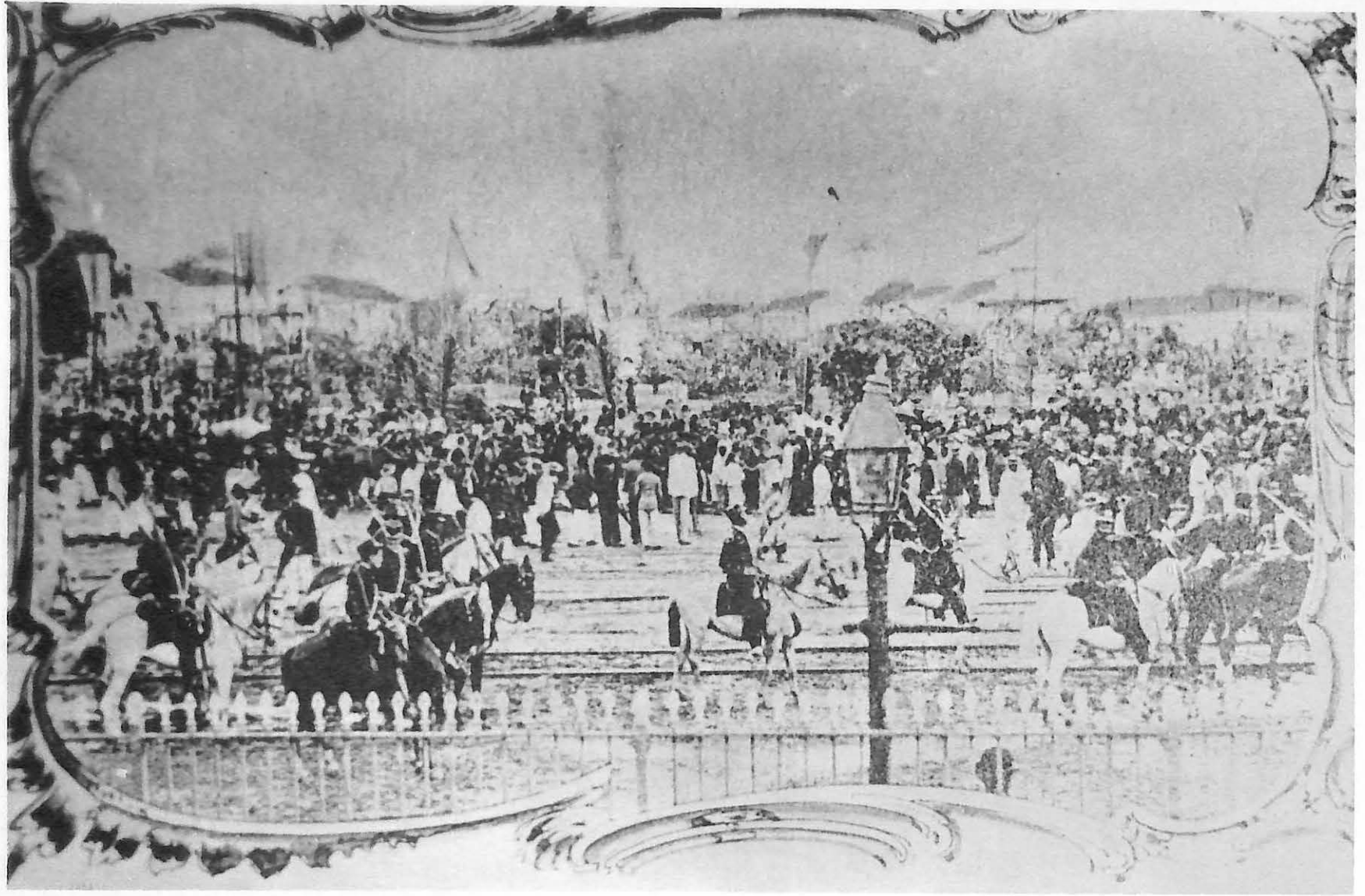
Do forte ao bairro, foi um passo: Forte de São Pedro.

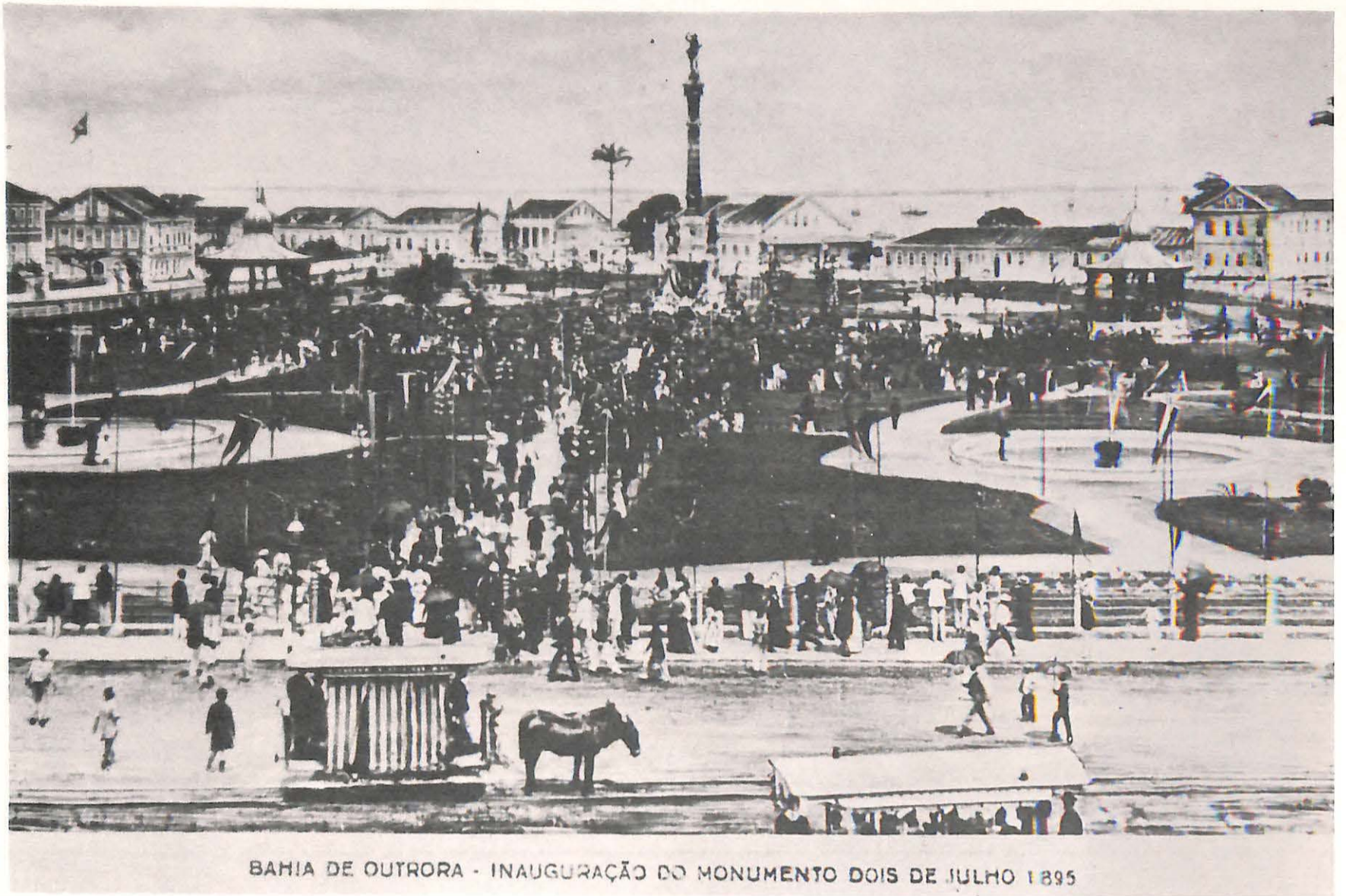
Forte de longa e densa história. Desde os dias do fecundo governo de Vasco Fernandes César de Menezes, até tempos recentes. Esteve no primeiro plano nas lutas dos dias da independência e assistiu ao fuzilamento dos malês que, com sua cultura muçulmana, recusavam, para si, a condição de escravos.

Na rua ao lado, morava um professor da Faculdade de Medicina que era republicano e conspirava por suas idéias: Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Ali preparou os planos federalistas da sua revolução.

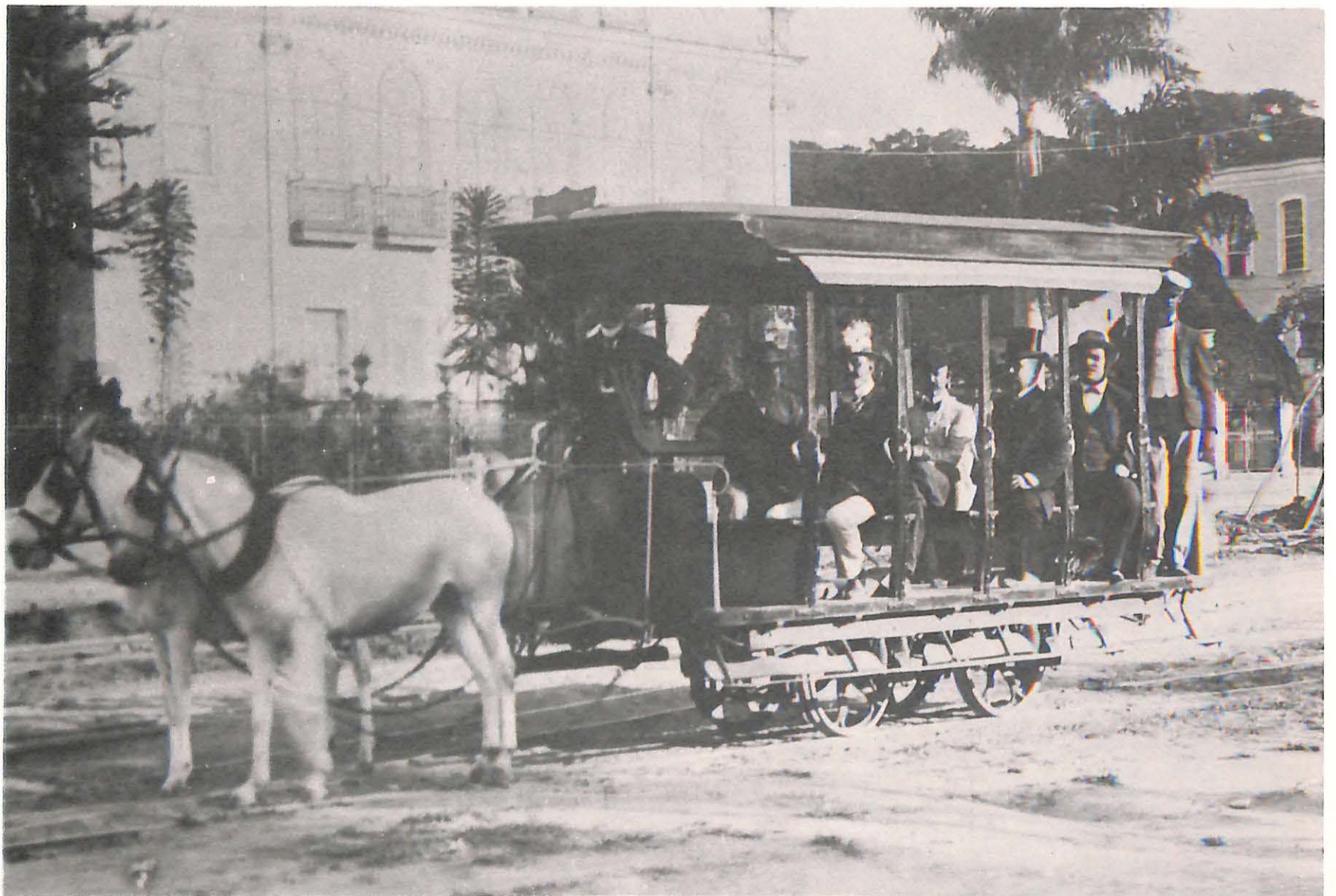
Os tempos e o urbanismo modificaram-lhe o aspecto. De frente do forte estava o terreno vago onde Cristiano Buys, oficial do exército, comandou a tropa que aclamou a república na Bahia. E o local passou a ser a praça da Aclamação, denominadora do Palácio que lá se fez.

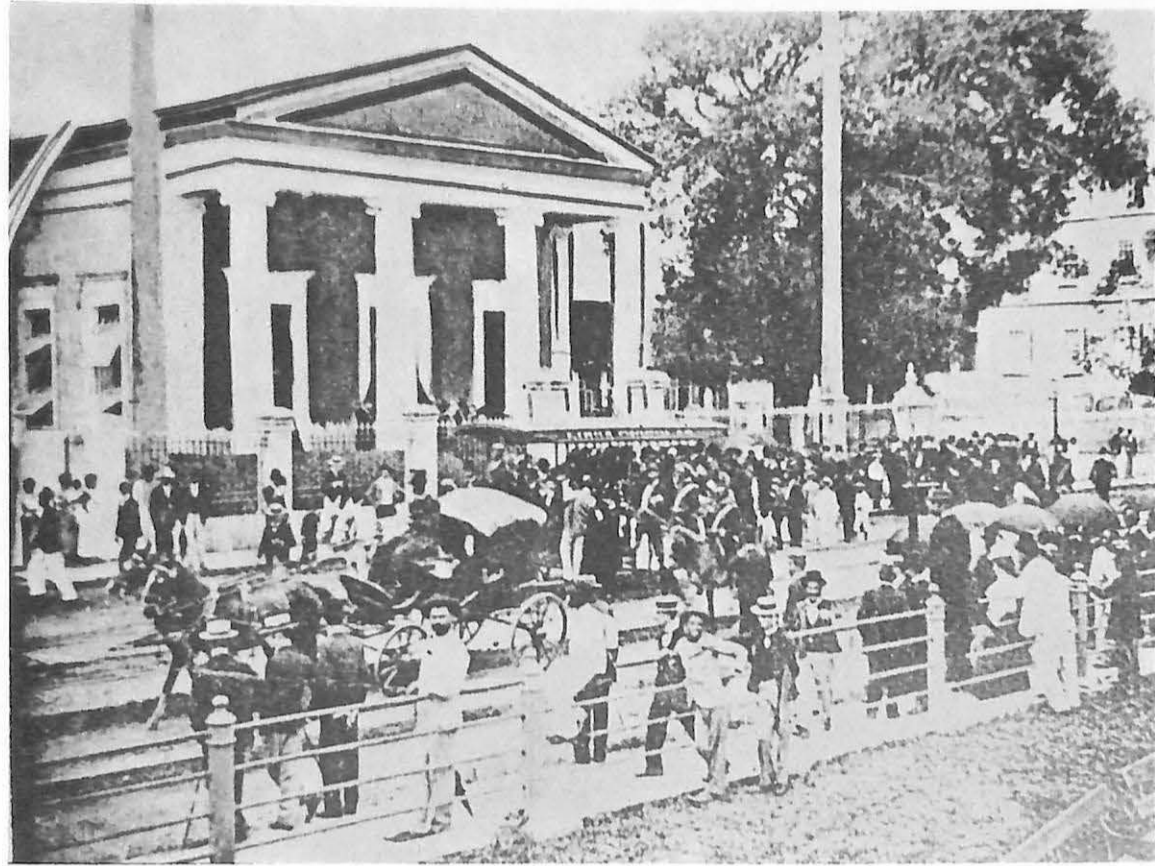






BAHIA DE OUTRORA - INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO DOIS DE JULHO 1895





dos tratados de 1810 a
inglesa na Bahia foi cada
e tornando forte e atuante
anos depois a colônia,
por um certo Henry Pellow
praticamente dominava os
de exportação.

através das suas residências
à casa desse mesmo
e se apalacetara em man-
tarde adquirida para resi-
quiepiscopal. Defronte de
vel, quase fosso, cuja exis-
terminara a escolha do
o forte de São Pedro.

o culto dominical da
construiu-se uma igreja:
glicana, com colunatas,
ante posta abaixo.

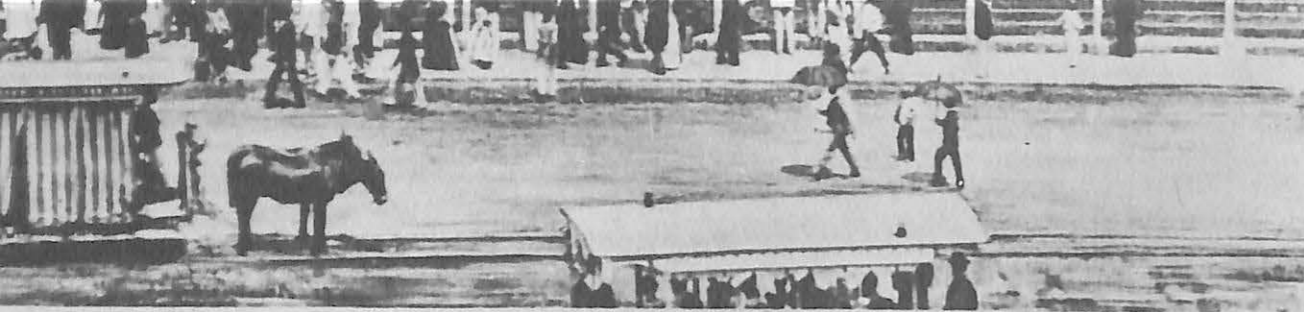
inglês de horas vazias e
to, o Reverendo Parker
u e obteve anuência do
a província para promo-
tro e o ajardinamento da
eira ao seu templo.

o gosto inglês, com largos
que logo se fizeram
atração da cidade.

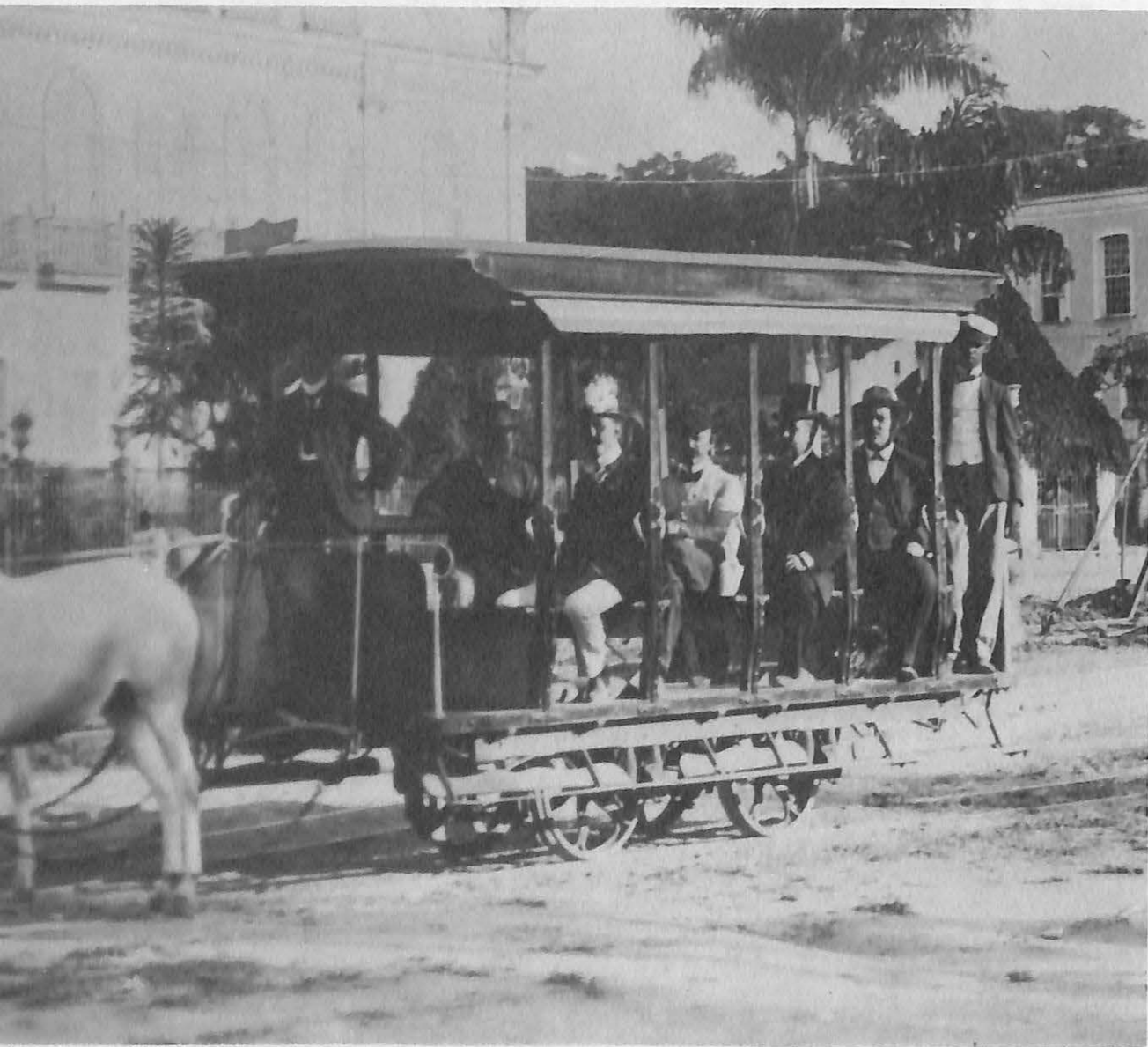
chegando a gente rica da
ra morar, casas largas, que
um caráter e fisionomia
ao largo.

do o "Jornal de Notícias"
consulta pública para
de se deveria colocar o
to à Independência, a
bi óbvia e natural.





E OUTRORA - INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO DOIS DE JULHO 1895



A partir dos tratados de 1810 a presença inglesa na Bahia foi cada dia mais se tornando forte e atuante. Já alguns anos depois a colônia, liderada por um certo Henry Pellow Wilson, praticamente dominava os negócios de exportação.

Concentrava as suas residências próximas à casa desse mesmo Wilson, que se apalacetara em mansão mais tarde adquirida para residência arquiépiscopal. Defronte de um desnível, quase fosso, cuja existência determinara a escolha do sítio para o forte de São Pedro.

Para o culto dominical da colônia, construiu-se uma igreja: Igreja anglicana, com colunatas, recentemente posta abaixo.

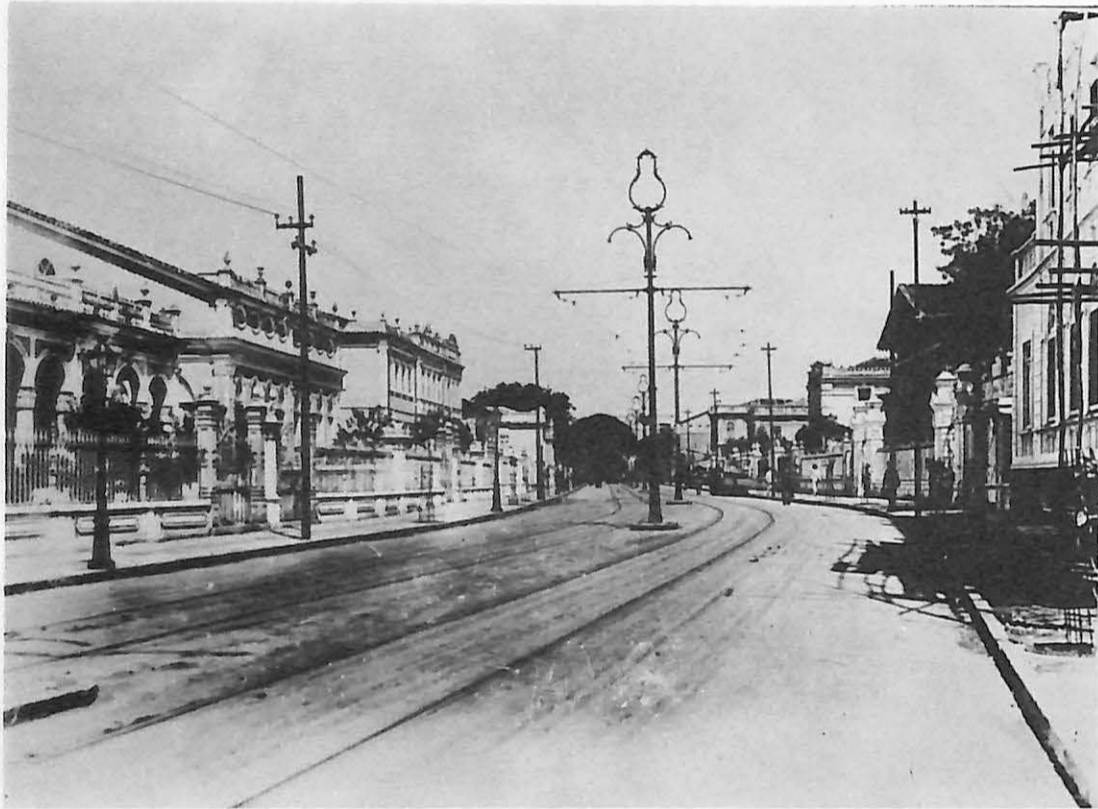
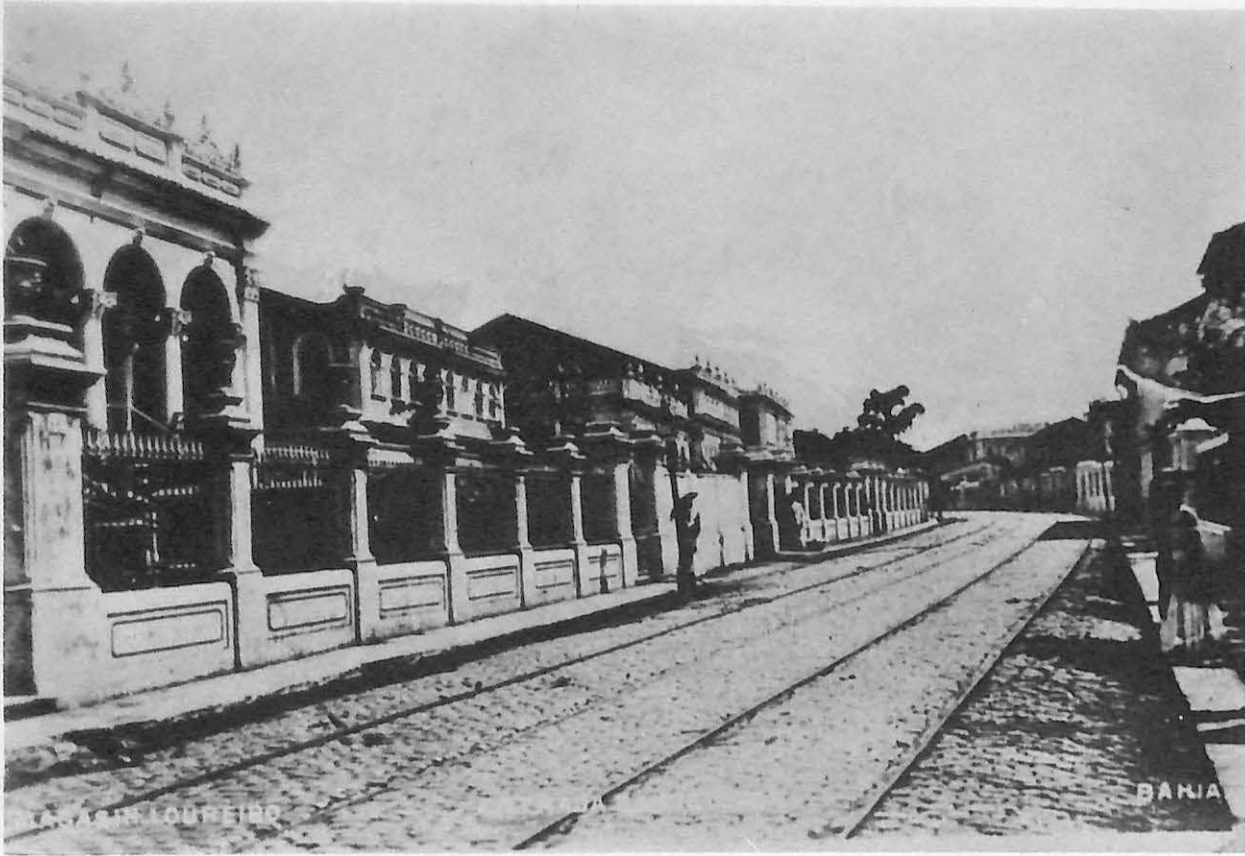
Pastor inglês de horas vazias e bom gosto, o Reverendo Parker logo pediu e obteve anuência do governo da província para promover o aterro e o ajardinamento da área fronteira ao seu templo.

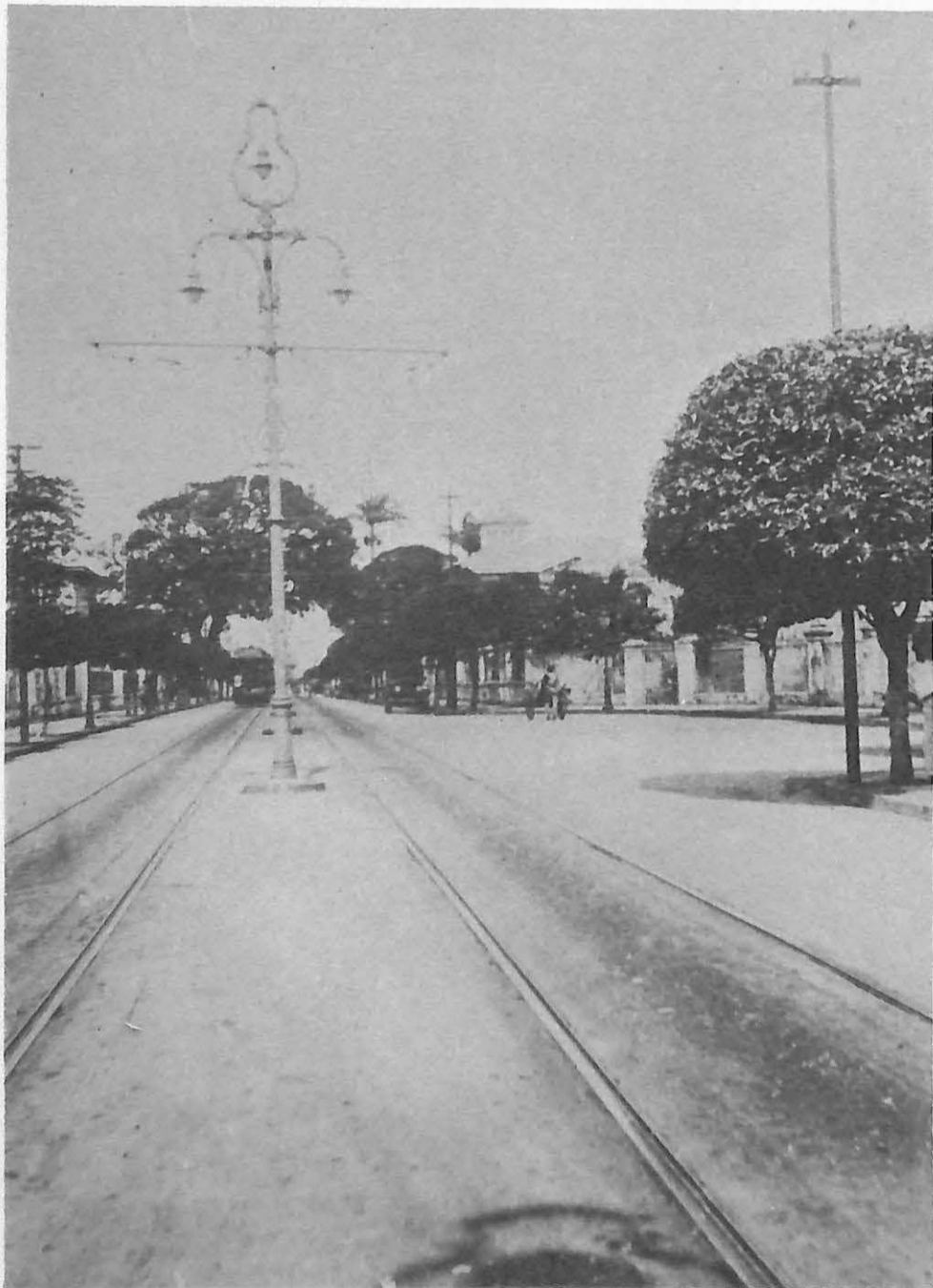
Fê-lo ao gosto inglês, com largos gramados, que logo se fizeram ponto de atração da cidade.

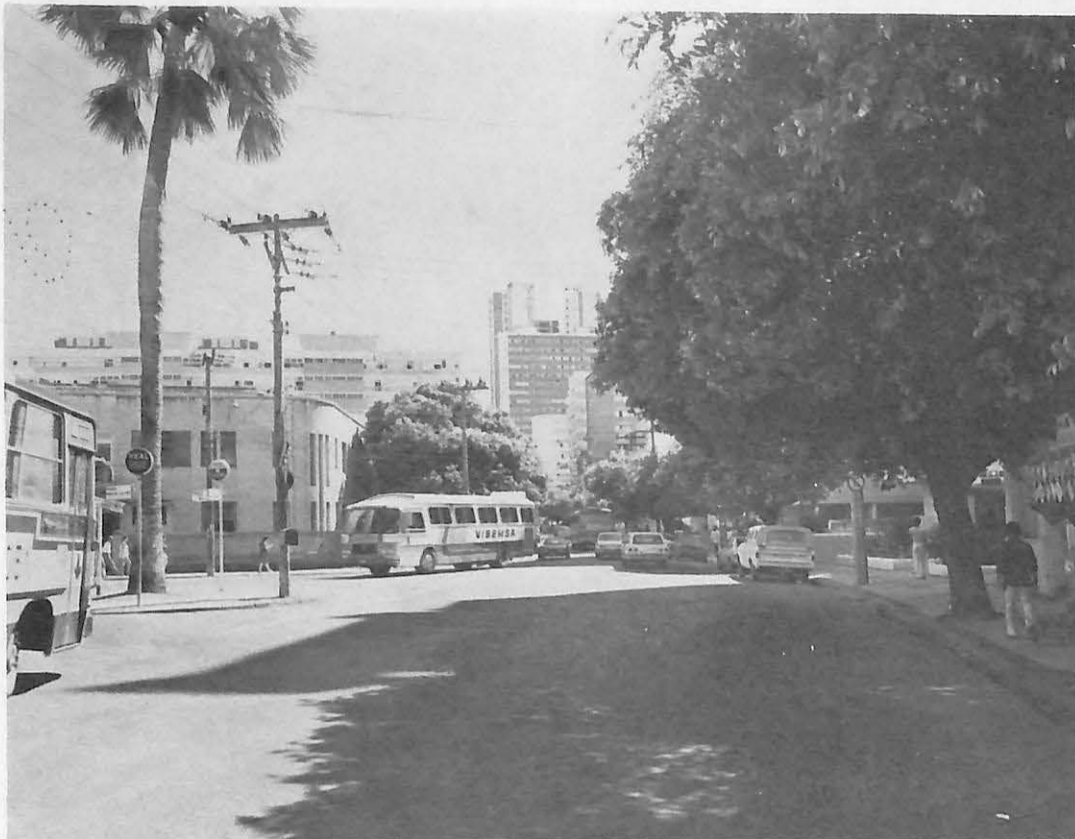
Lá foi chegando a gente rica da cidade para morar, casas largas, que logo deram caráter e fisionomia específica ao largo.

E quando o "Jornal de Notícias" promoveu consulta pública para saber onde se deveria colocar o monumento à Independência, a resposta foi óbvia e natural.









Já antes da rainha Vitória reinar na Inglaterra, a Bahia tinha o seu Corredor da Vitória. O topônimo não é de inspiração inglesa. Nenhuma rua, entretanto, foi mais vitoriana em seu hieratismo, em sua solenidade, do que a Vitória dos dias que foram até o fim da Segunda Guerra.

Um endereço no Corredor da Vitória equivalia a um bom cadastro bancário. Só as sólidas contas poderiam ostentá-lo. Somente os "altos negociantes desta praça" tinham condições de timbrá-los em seus cartões.

O único bairro da cidade que se permitiu ter um jornal exclusivo, com seu nome, "O Corredor da Vitória", para registro da crônica social dos seus moradores. Um deles, jornalista, por anos e anos foi o próprio cronista da cidade: Lulu Parola, pseudônimo com que Aloísio de Carvalho assinou seus "Cantando e Rindo".

Rua em que morou o potentado Cerqueira Lima, "importador grossista" de escravos, que teve condição de manter um observador na Câmara dos Comuns observando como, em Londres, evoluíam as discussões sobre a abolição do tráfico. Ele mesmo que, sob a rua, mantinha um túnel para facilitar a saltada dos escravos para sua casa. A mesma casa onde, depois, viria a funcionar o afamado "colégio Sebrão", rival pedagógico do "Ginásio Baiano", de Abílio César Borges, casa que, transformada e acrescentada, é hoje a Secretaria de Saúde do Estado.





ucos prédios na cidade foram
dinâmicos” na sua vida quanto
eja da Vitória. Edificada, ori-
mente, com a fachada voltada
o poente, logo foi invertida a
disposição, passando a porta
nde antes estava a capela-mor.
ao curso do tempo, novas
ficações foram sendo feitas.
sive, para atender ao gosto dos
uianos, moradores dos pala-
ao seu redor.

o fundo, estava o “Hotel
ejour”, concentração de suíços
nãs que escandalizavam uma
lade de fraque e “coisé”,
endo” para trabalhar de roupa
ho branco.

n dia a praça ganhou um bus-
cidade, desde 1903, home-
ra o Governador Rodrigues
que dera organização à
ina administrativa do Estado.
sto, para memória dos seus
ores, foi colocado bem de-
e do palácio da Aclamação.
eram as reformas, e Rodrigues
foi removido para o Largo
itória, onde está até hoje.



Largo da Vitória-Bahia





Largo da Victoria

Poucos prédios na cidade foram tão “dinâmicos” na sua vida quanto a Igreja da Vitória. Edificada, originalmente, com a fachada voltada para o poente, logo foi invertida a sua disposição, passando a porta para onde antes estava a capela-mor.

E, ao curso do tempo, novas modificações foram sendo feitas. Inclusive, para atender ao gosto dos paroquianos, moradores dos palacetes ao seu redor.

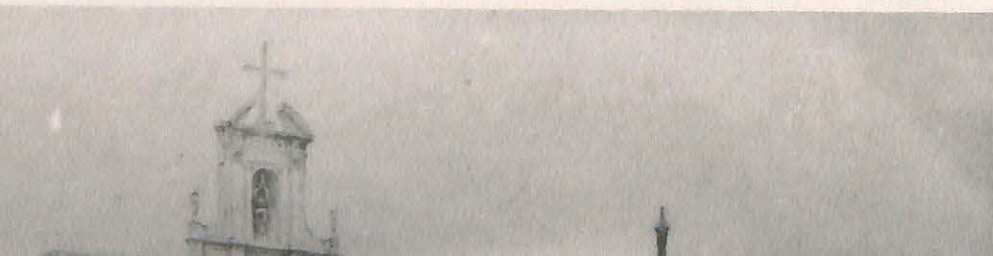
Ao fundo, estava o “Hotel Bon Sejour”, concentração de suíços e alemães que escandalizavam uma sociedade de fraque e “coisé”, “descendo” para trabalhar de roupa de linho branco.

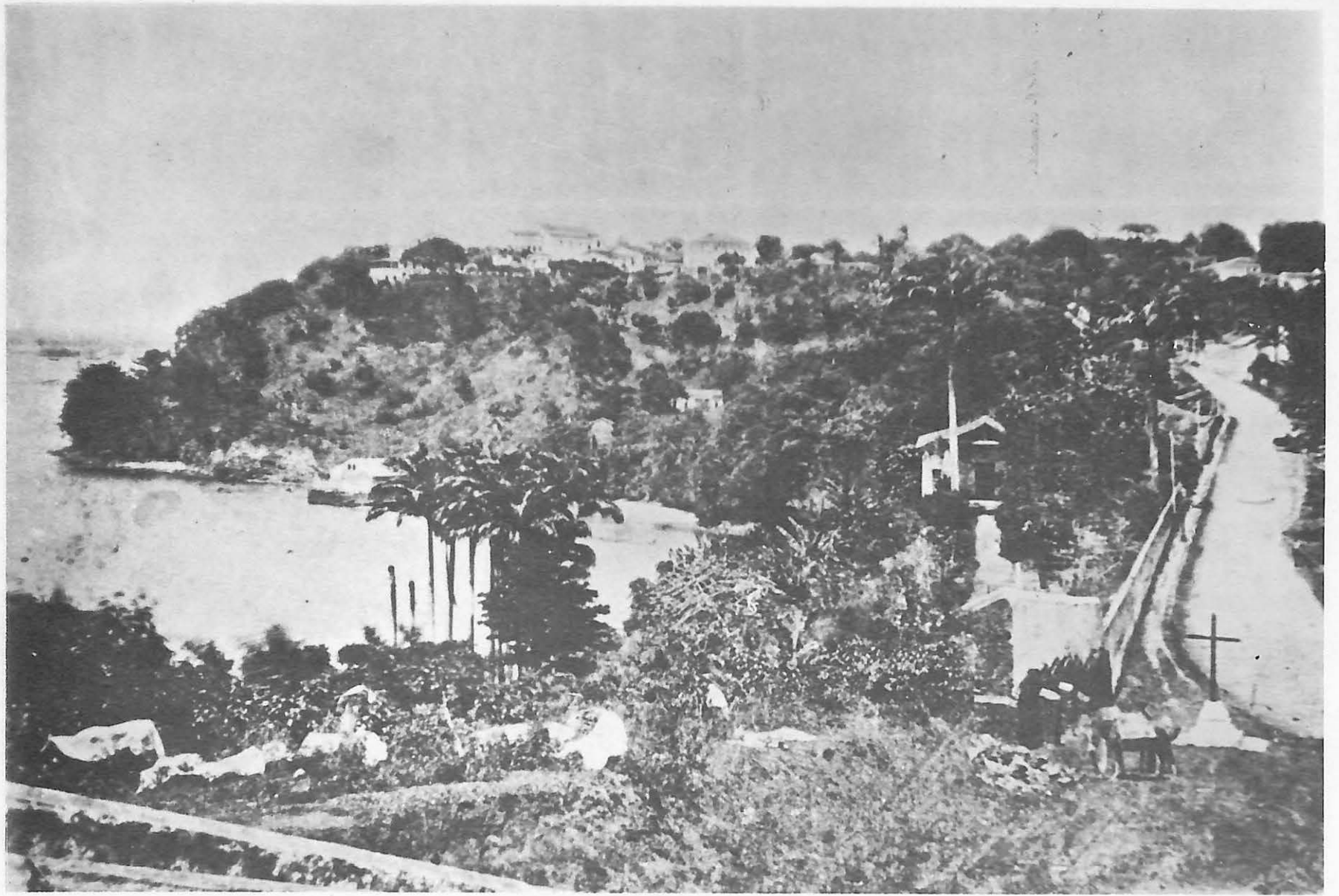
Um dia a praça ganhou um busto. A cidade, desde 1903, homenageara o Governador Rodrigues Lima, que dera organização à máquina administrativa do Estado. O busto, para memória dos seus sucessores, foi colocado bem de frente do palácio da Aclamação.

Vieram as reformas, e Rodrigues Lima foi removido para o Largo da Vitória, onde está até hoje.



Largo da Vic





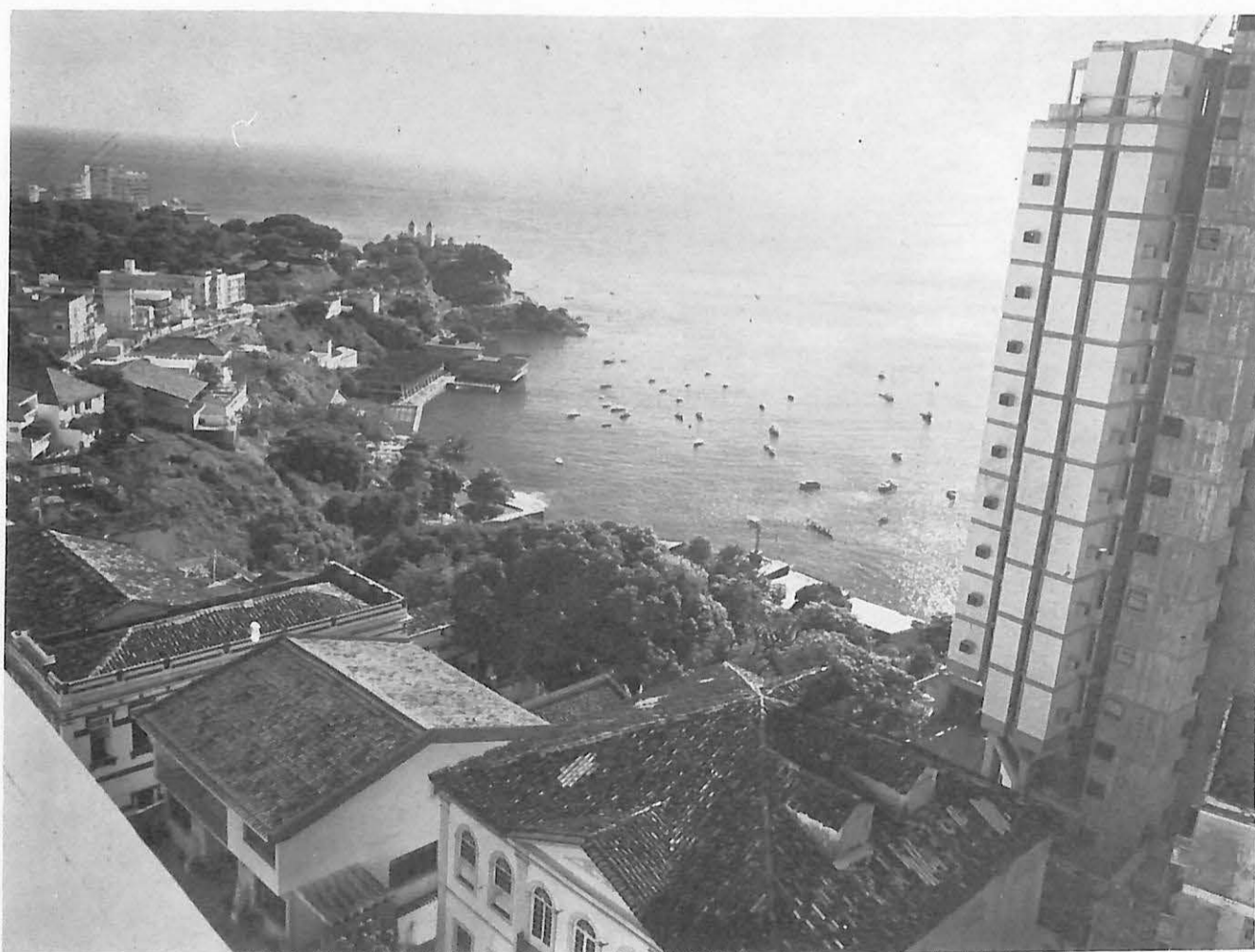
No começo a via era irregular e de fácil passagem. Mas, indispensável ao contacto entre os dois núcleos de povoamento colonizador. Entre a cidade que se fundava e a Vila que fora do Pereira, mas que a cidade nova já transformara em Vila Velha.

Do caminho no alto do espigão que hoje corresponde à Avenida Sete de Setembro/Vitória para o nível do mar estava a Ladeira da Barra. Com o tempo, à força de trabalho escravo fez-se o caminho de meia-encosta e criou-se uma rua que passou a ser preferida pelo Bem-morar baiano.

Os Ingleses do Campo Grande (que, não por acaso tem junto a si o próprio "banco" daqueles beneficiários dos tratados de 1810) foram se transferindo para lá. Para junto da Igreja de Santo Antônio da Barra e para toda a Ladeira que povoou-se de mansões de jardim gramado em boas réplicas vitorianas.

E porque importávamos usos europeus, as mulheres usavam chales. Tantas que justificavam tivesse a Bahia uma fábrica deles. No mesmo sítio (inclusive em alguns pavilhões até hoje aproveitados) do Iate Clube da Bahia.

Aquelas casas que eram documentos da civilização material da cidade, que, mais que casas eram compêndios de sociologia e de história foram sendo destruídas para dar lugar a "espigões". Restará, hoje, três ou quatro das que não foram as mais significativas.





Era o
"Camboa"
document
cidade, e
fundado
ladeira, i
dentro at
atual lade
em *apicu*
índios, s
alaga-se n
o pescad
foi sendo
fez a igre
o ponta
da cidade
do forte d
Caminh
das. Pouc
tante, a
Pedroso
mem da
mesmo l
fez o Hos
"Estrad
rece regi
"arrebald
veraneio
"cidade",
para ingl
ticas, ain
sua fama



da Barra a antiga
"de que falam
os primeiros dias da
anteriores. Apro-
l, logo no sopé da
depressão terra a
do declive da
Barra Avenida. Ia
melhor falar dos
e, quase mangue,
és cheias, retendo
zante. Com aterros,
do morro onde se
Santo Antônio com
ão, onde a defesa
elhou a edificação
Antônio.

so, batido das on-
as. De mais impor-
nga de Antônio
querque, rico ho-
do século XIX, no
de mais tarde se
spanhol.

"Faol", como apa-
foi o início do
"Barra", local de
os moradores da
e banhos de mar
ue, com tais prá-
is faziam crescer a
entões.





Era o Largo da Barra a antiga “Camboa de Pescar” de que falam documentos dos primeiros dias da cidade, e mesmo anteriores. Aprofundado o nível, logo no sopé da ladeira, ia essa depressão terra a dentro até o início do declive da atual ladeira da Barra Avenida. Ia em *apicum*, no melhor falar dos índios, sítio que, quase manguê, alaga-se nas marés cheias, retendo o pescado na vazante. Com aterros, foi sendo ligação do morro onde se fez a igreja de Santo Antônio com o ponta do Padrão, onde a defesa da cidade aconselhou a edificação do forte de Santo Antônio.

Caminho baixo, batido das ondas. Poucas casas. De mais importante, a solarenga de Antônio Pedroso de Albuquerque, rico homem da Bahia do século XIX, no mesmo local onde mais tarde se fez o Hospital Espanhol.

“Estrada do Farol”, como aparece registrado, foi o início do “arrealde da Barra”, local de veraneio para os moradores da “cidade”, e de banhos de mar para ingleses que, com tais práticas, ainda mais faziam crescer a sua fama de excêntricos.





Registra-se que foi fora da barra, no mar aberto das proximidades da foz do Rio Camorogipe (que os índios chamavam – certo – de Camaragibe), que ocorreu o episódio do naufrágio e do salvamento de Diogo Álvares.

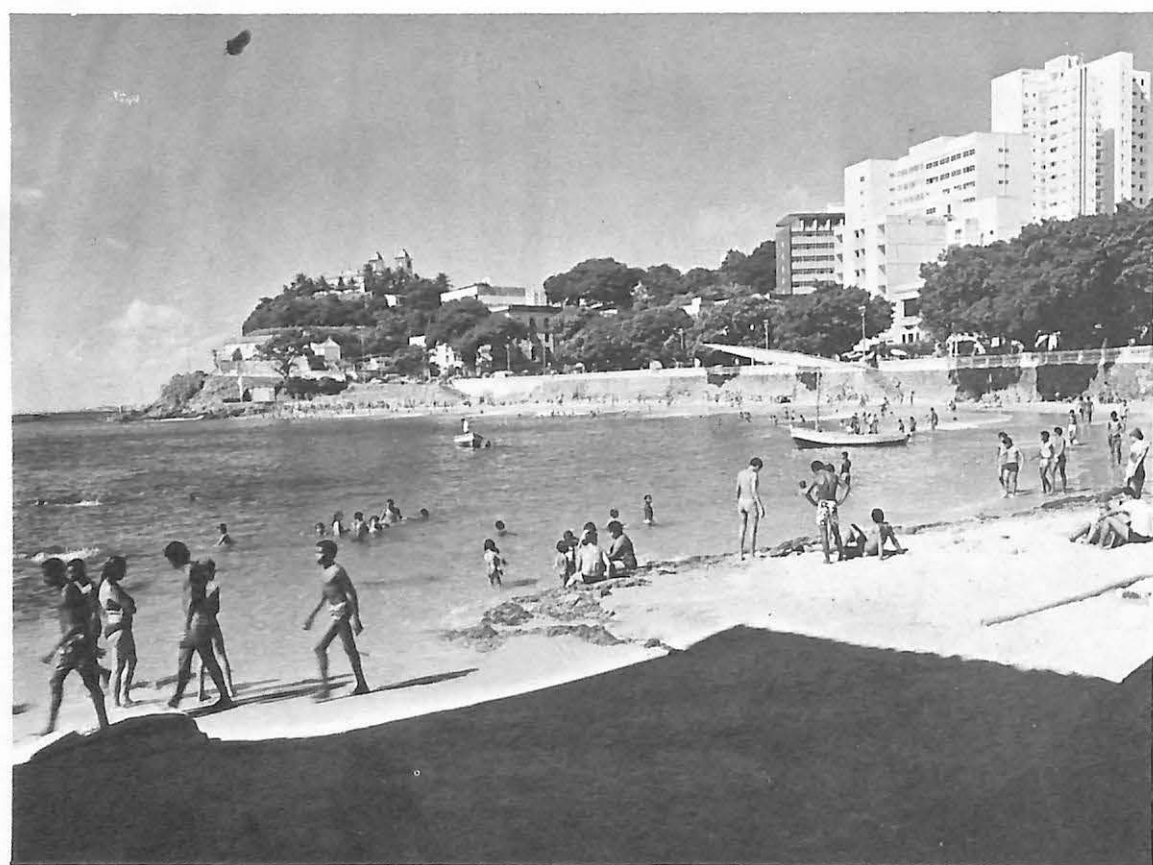
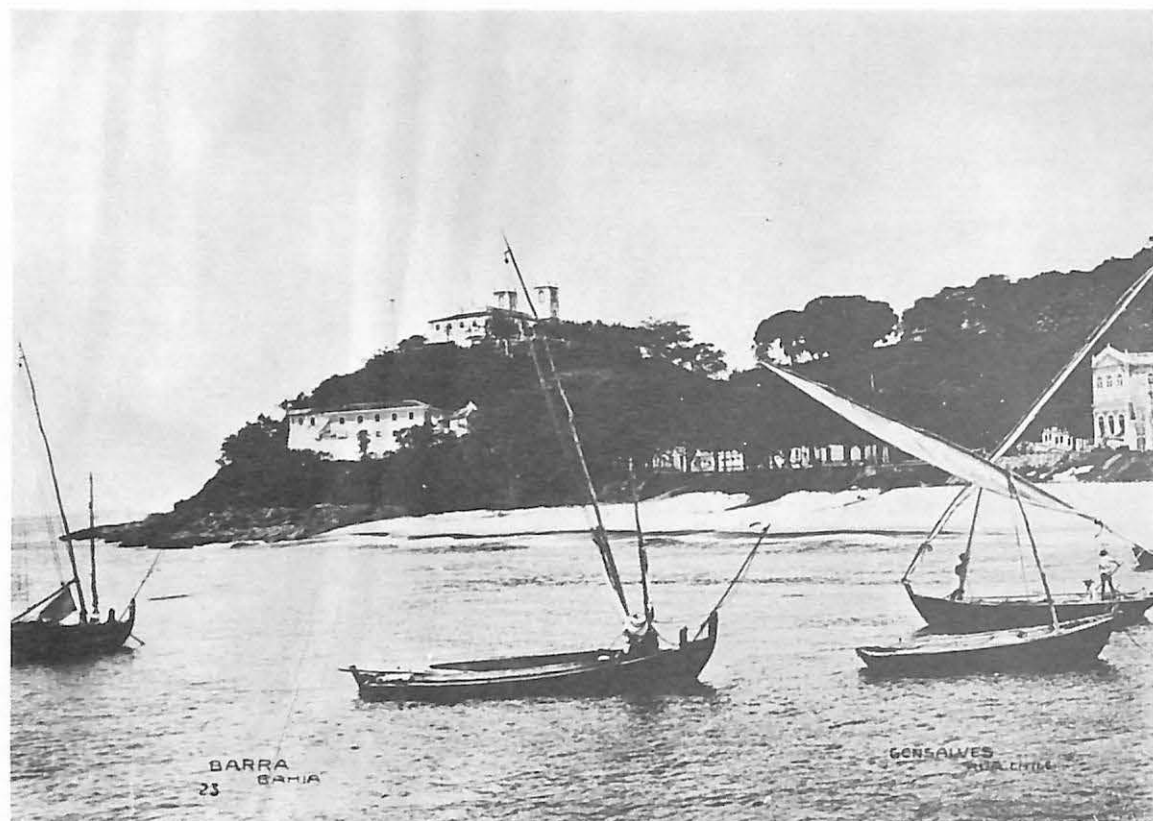
Por segurança – própria e dos fregueses de França – o patriarca preferiu, entretanto, fazer aposento no interior da baía, na primeira praia, que se prestava a ancoradouro.

Lá o encontrou Francisco Pereira Coutinho, quando chegou para assumir a doação que merecera. Pensou em valer-se da sua ajuda, da sua aproximação, já familiar, com os da terra. Deu forma jurídica à posse anterior e fez a sua vila, a Vila do Pereira, no sopé do morro que seria de Santo Antônio da Barra.

A infeliz sorte do donatário não permitiu o prosseguimento do seu trabalho de empresa. Os objetivos da coroa foram, porém, alcançados. A Vila sobreviveu ao fundador e ainda funcionava como tal quando o governador chegou para fundar a cidade nova que a transformou em Vila Velha.

Os dois núcleos coexistiram pouco tempo. A expansão urbana logo os fundiu numa só cidade.

O nome perdeu-se, para nascer o do “Arrebalde da Barra”, local de veraneio, até quando foi descoberto como zona elegante dos novos tempos.







Quintas e Farol da Barra - Bahia

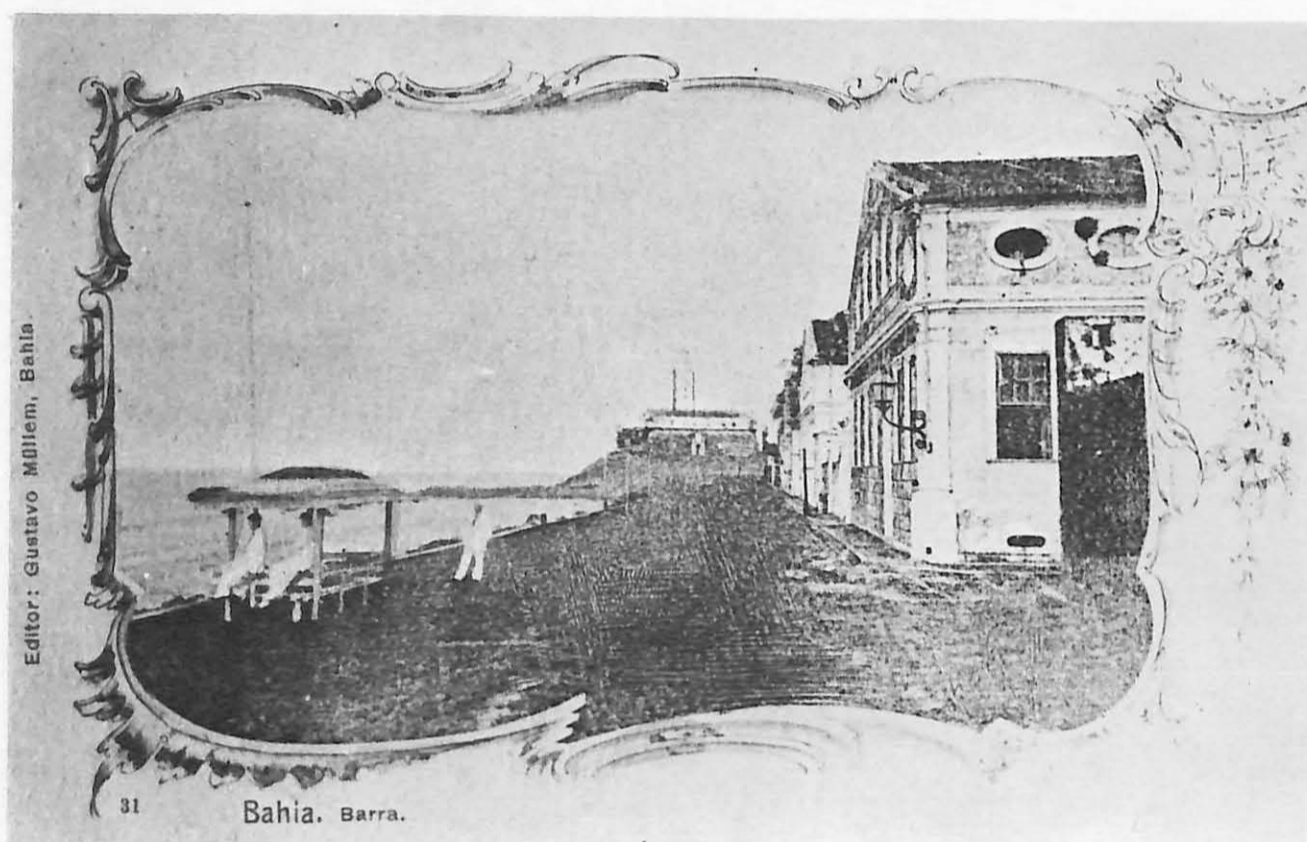
Ponta do Padrão, Forte de Santo Antônio, Farol da Barra, qualquer que seja o seu nome, é sempre a “esquina” do mar aberto com a Bahia de Todos os Santos. Visão primeira dos navegadores que, vindos do norte, buscavam aguada, estaleiros, socorro, neste abrigo natural do comércio do Atlântico Sul.

O forte sempre lá esteve, desde os primeiros dias das preocupações portuguesas com a defesa da capital de sua colônia americana.

Depois, o farol, iluminado a azeite, a acetileno, e mais tarde eletrificado. Referência obrigatória de longa e rica história.

Assistiu impotente à saltada dos soldados da Companhia das Índias Ocidentais, em 1624, e rechaçou outras investidas contra a cidade.

Viu saltar o Padre Roma que, na Bahia, queria expandir a pregação de suas idéias de liberdade.



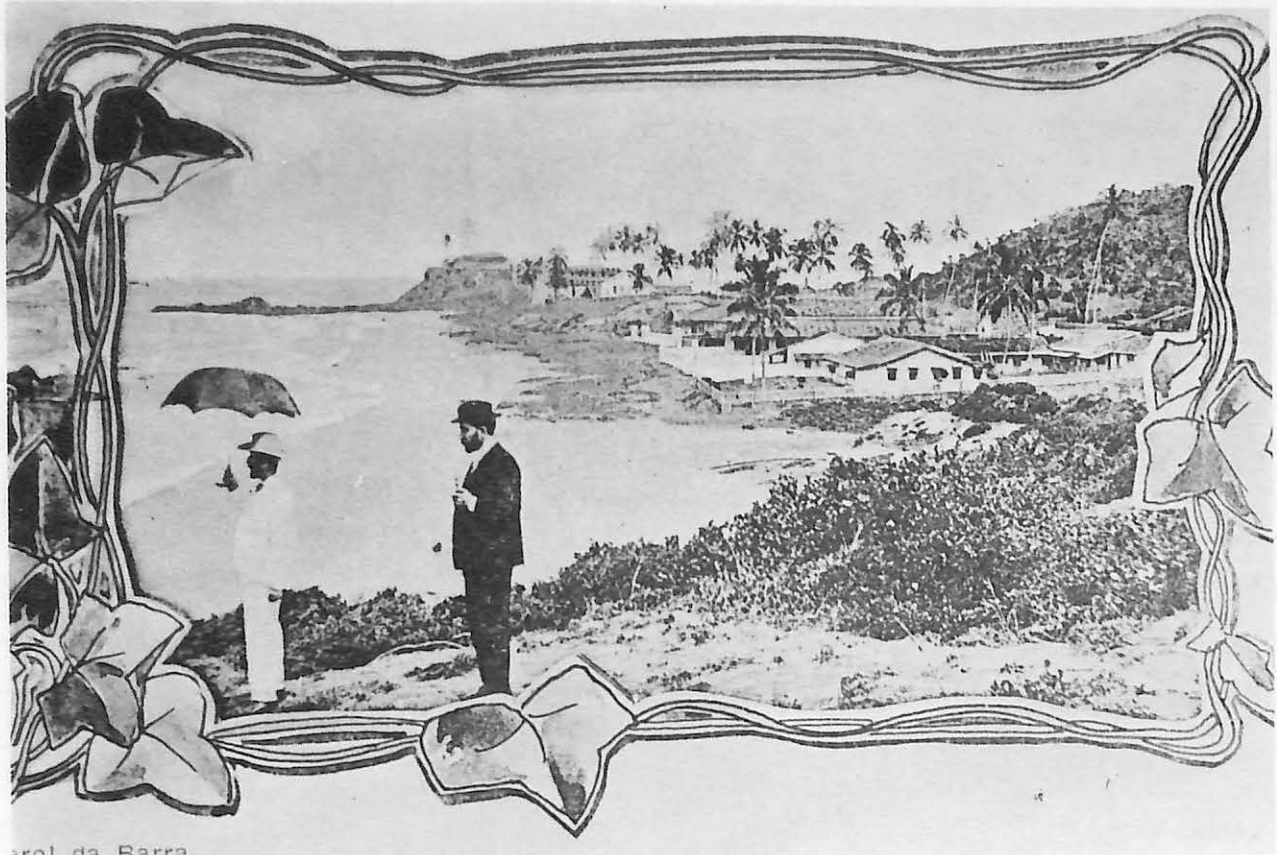
Editor: Gustavo Müllern, Bahia

31

Bahia. Barra.



Bahia - Avenida Oceânica



Barra da Barra.





O poder das irmandades religiosas, nos dias da colônia, embora já tenha sido visto por alguns estudiosos, ainda reclama análise mais aprofundada.

Funcionando como agências de prestígio e sociedade de ajuda mútua, eram, por sua vez, também, veículos de que se valiam os ricos da colônia para ostentar seus cabedais.

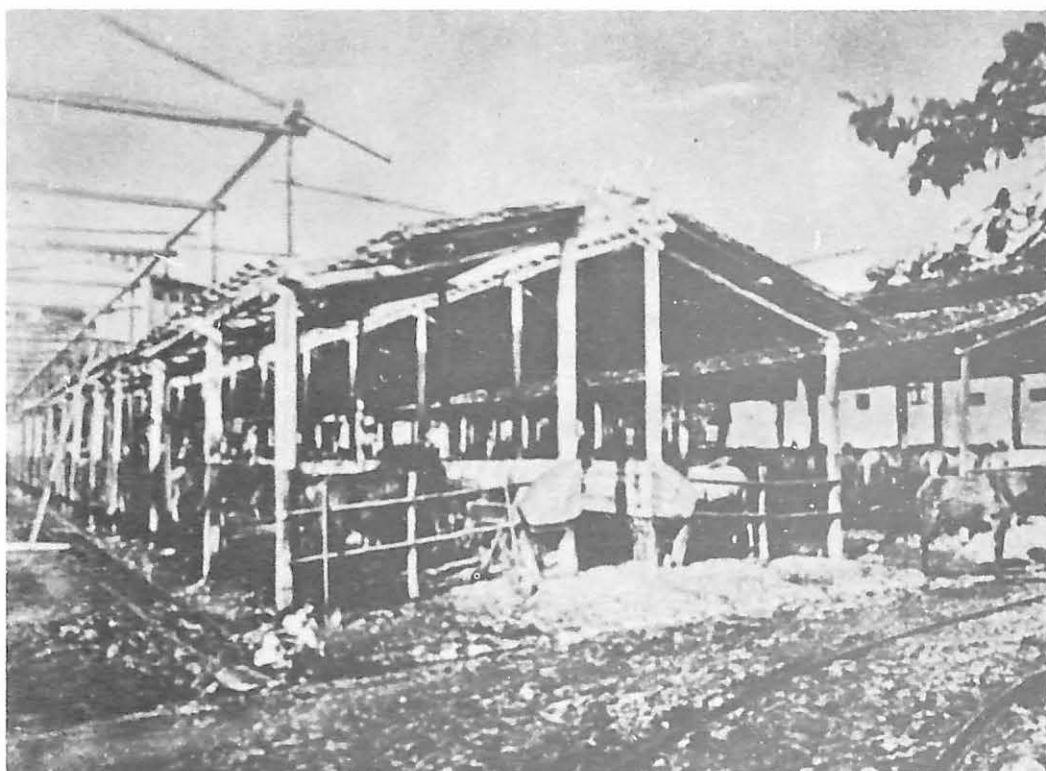
A Igreja do Santíssimo Sacramento e Santana é reflexo de caso típico. O mestre de obras Felipe de Oliveira Mendes, dos mais importantes que a cidade já conheceu, o mesmo que fez, para morar, a casa solarenga que ainda hoje está — merecendo urgentes cuidados — na Praça dos Veteranos, riscou-a e construiu-a.

Quase a pique da fachada estava a ribanceira para o alagado ali formado pelo rio das Tripas. A importância do novo templo exigia urbanização da área. A calhar estava uma elevação próxima ao paiol da Cidade, nos fundos da Igreja.

Daí resultou a obtenção do terrapleno que ficou sendo o Campo da Pólvora e o acesso da nova igreja à Vala da cidade.

Acesso bem defronte ao terreno cultivado que os franciscanos mantinham e mantêm nos fundos do seu convento.

O progresso alterou toda a paisagem ao fundo da igreja. O primeiro plano da foto permanece o mesmo: a roça dos frades de São Francisco.





Em que sítio estava, realmente, a “maneira de igreja” de que Nóbrega fala em sua primeira carta?

Esta pergunta continuará sendo objeto de muitas discussões dos detalhistas da história.

De certo, nos ficou a Igreja da Graça, incluída na doação de Catarina Álvares aos monges de São Bento. A capela que os beneditinos erigiram em abadia, onde teve sepultura, anos mais tarde, Júlia Fetal, a vítima do crime romântico do Professor João Estanislau da Silva Lisboa, lembrada em soneto de inspiração canoniana.

Na praça, o busto de John Paterson, médico inglês que, com o patricio Jonathas Abott, o português Silva Lima e o suíço Wucherer, compusera o elenco dos que, vindos de fora, aqui fizeram sua vida de ciência.

O jardim pacífico, cercado de unidades residenciais, foi, de súbito, cercado de arranha-céus e só a memória fotográfica pode, hoje, testemunhar um tempo.



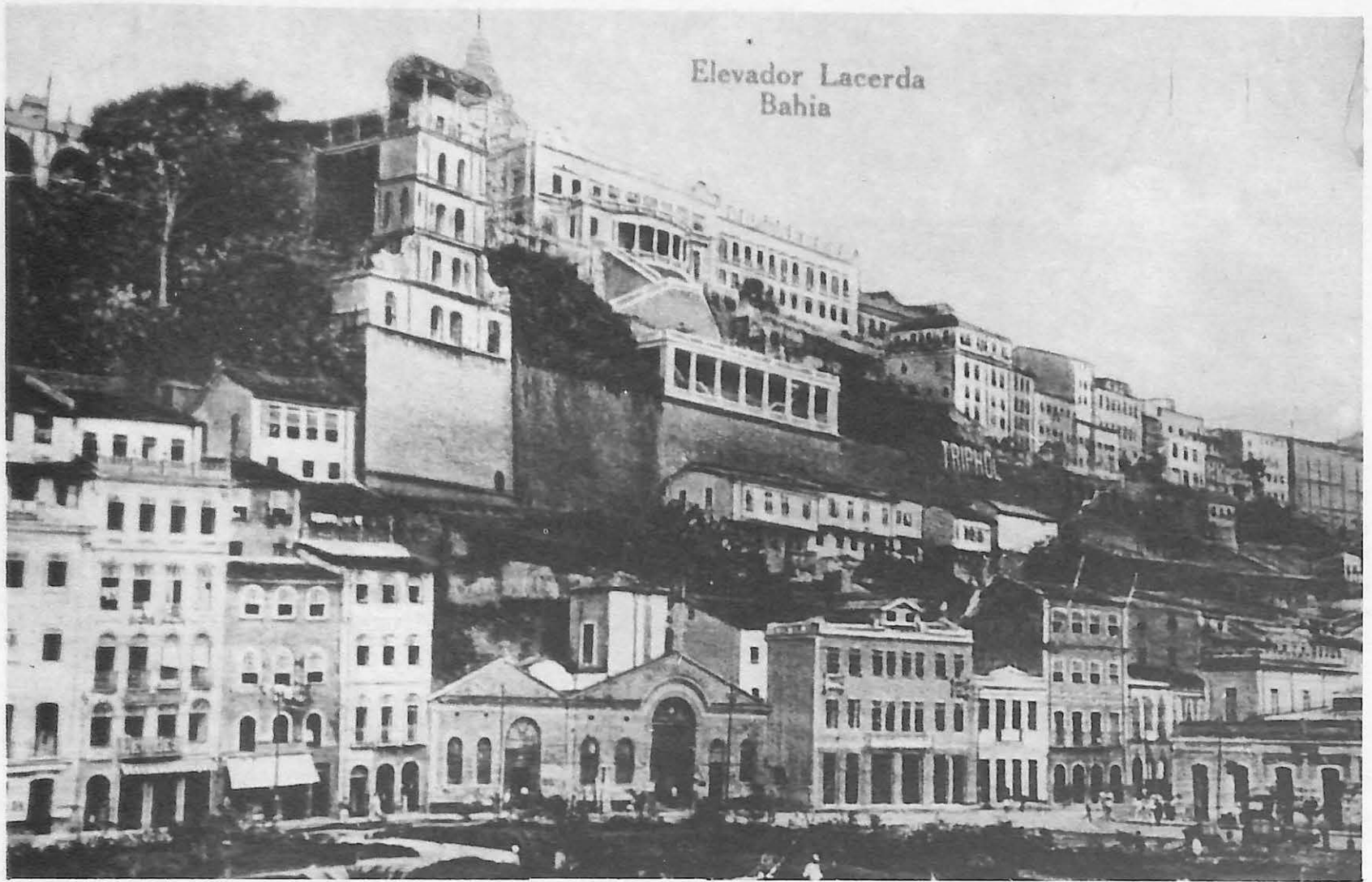


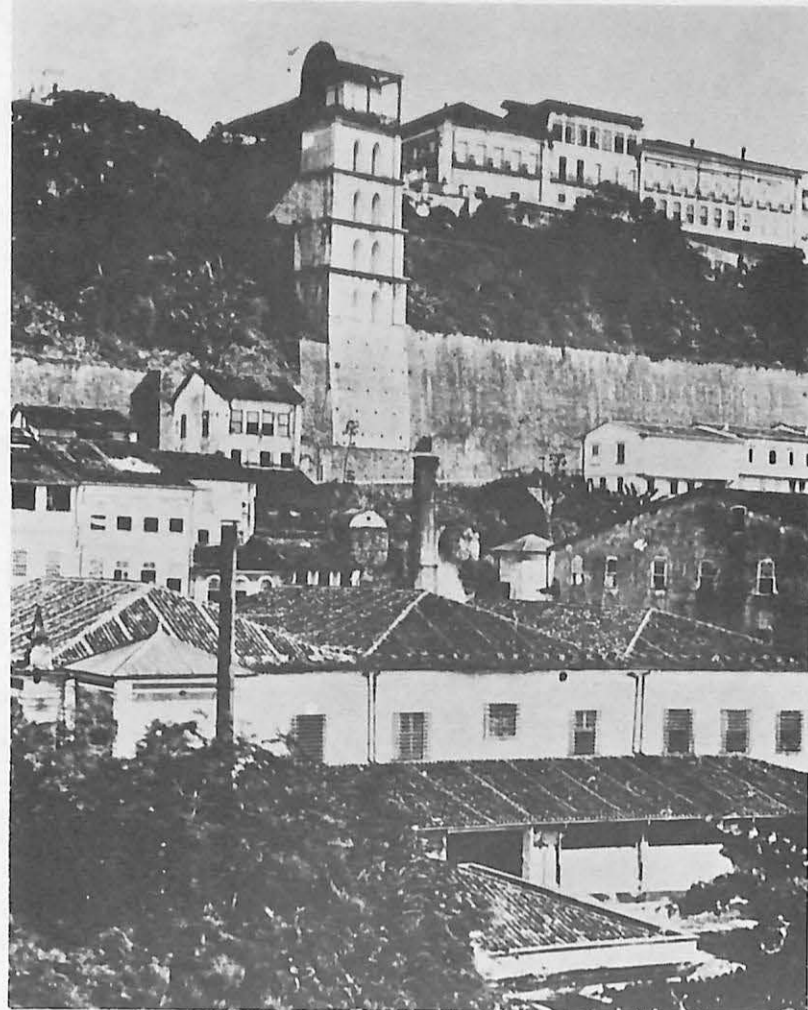
Roça do Canela. Quase rural, se bem que perto do Campo Grande de São Pedro. Roça tão grande que pôde repartir-se em outras tantas, ainda assim bem passíveis de serem chamadas de latifúndios urbanos: tal a roça do Marechal Francisco Pereira de Aguiar, o engenheiro fiscal das obras da muralha da Montanha, com sua bela casa solarenga, adornada dos azulejos, hoje — felizmente — aproveitados, no prédio que abriga a Reitoria da Universidade Federal da Bahia; tal a roça de Franco Lima, com seu obelisco de retalhos de louça de Macau.

Mesmo depois de urbanizada e calçada, pacata rua residencial de raro trânsito motorizado. De longe em longe, um bondinho linha seis.

Um dia os “espigões” descobriram o bairro e tudo mudou. Talvez nenhum local da cidade, já habitado regularmente a trinta ou quarenta anos, tenha sido tão alterado em sua fisionomia física e em sua humanidade, como o Canela, de antigas roças de gordas mangueiras.







Antônio Francisco de Lacerda fora das maiores fortunas baianas do século XIX. Morando no Garcia, na casa que é hoje o colégio das irmãs Dorotéias, comandava um império comercial. Dos seus vários filhos, um deles — Antônio de Lacerda — foi, ainda jovem, estudar na Suíça e, logo mais tarde, nos Estados Unidos.

Absorveu a técnica e a ela somou o seu entusiasmo em dotar a cidade de recurso técnico que, modernizando o expediente colonial do “guindaste dos padres”, fizesse o transporte vertical entre os dois planos da cidade.

Construiu, com o seu dinheiro — o que o levou, praticamente, à ruína — o elevador hidráulico que, por se inaugurar num dia 8 de dezembro, se chamou Elevador da Conceição.

Um dia, por proposta do Instituto Geográfico da Bahia, oficializou-se a denominação de Elevador Lacerda. Era a sansão, apenas, de uma consagração que o povo já havia feito, do elevador que mudou muitos dos hábitos da cidade, e que foi hidráulico até 1906, quando o eletrificaram.

Foi o elevador que Antônio de Lacerda fez, com o túnel e a torre perfurando a rocha da montanha, acrescido da torre de concreto armado, em 1931 que se constituiu em um dos cartões de visita da cidade.



Foi Capistrano de Abreu quem disse, que, todas as vezes que o vulgo encontra uma velha ruína, uma construção de identificação ignorada, logo tem explicação: ou é obra dos jesuítas, ou coisa do tempo dos holandeses. Os inacianos e os soldados da Companhia das Índias passam a ser os autores de tudo de quanto não se tem notícia exata a dar.

O dique do Tororó está neste caso. Lago natural, lago das vertentes do Garcia, do Tororó, do Engenho Velho de Brotas, não falta quem, ainda hoje, afirme e jure ser "obra de tempo dos holandeses", como se aos atribulados soldados mercenários dos comerciantes de Amsterdam não bastasse ter que se defender das guerrilhas do Bispo Dom Marcos Teixeira.

O lago era, na verdade, muito maior, e plantas antigas o demonstram. Ia, com seu "Sangradouro", para o Rio das Tripas, até o atual largo das Sete Portas e, do outro lado, até o contraforte do espigão onde está hoje a rua de São Raimundo.

Na sua grandeza e belezas originais viu-o e descreve-o o Príncipe Maximiliano de Habsburgo, o mesmo que, imperador do México, teve trágico destino em Queretaro.

Já neste século, a sua área, onde está o largo e estádio da Fonte Nova, foi transformada em montureira da cidade. Ali se despejava o lixo, poluíam-se as águas e apequenava-se o lago.

Lago natural da cidade, onde nasce o Rio da Lucaia que corria por estrada identificada por topônimos como Moinho, Joaquim dos Couros, Nova Europa, Muriçoca, Lapidação (com "roda d'água" da água do rio), todos desaparecidos no nome burocrático de Avenida Vasco da Gama.



Foi Capistrano de Abreu quem disse, que, todas as vezes que o vulgo encontra uma velha ruína, uma construção de identificação ignorada, logo tem explicação: ou é obra dos jesuítas, ou coisa do tempo dos holandeses. Os inacianos e os soldados da Companhia das Índias passam a ser os autores de tudo de quanto não se tem notícia exata a dar.

O dique do Tororó está neste caso. Lago natural, lago das vertentes do Garcia, do Tororó, do Engenho Velho de Brotas, não falta quem, ainda hoje, afirme e jure ser "obra de tempo dos holandeses", como se aos atribulados soldados mercenários dos comerciantes de Amsterdan não bastasse ter que se defender das guerrilhas do Bispo Dom Marcos Teixeira.

O lago era, na verdade, muito maior, e plantas antigas o demonstram. Ia, com seu "Sangradouro", para o Rio das Tripas, até o atual largo das Sete Portas e, do outro lado, até o contraforte do espigão onde está hoje a rua de São Raimundo.

Na sua grandeza e belezas originais viu-o e descreve-o o Príncipe Maximiliano de Habsburgo, o mesmo que, imperador do México, teve trágico destino em Queretaro.

Já neste século, a sua área, onde está o largo e estádio da Fonte Nova, foi transformada em montureira da cidade. Ali se despejava o lixo, poluíam-se as águas e apequenava-se o lago.

Lago natural da cidade, onde nasce o Rio da Lucaia que corria por estrada identificada por topônimos como Moinho, Joaquim dos Couros, Nova Europa, Muriçoca, Lapidação (com "roda d'água" da água do rio), todos desaparecidos no nome burocrático de Avenida Vasco da Gama.

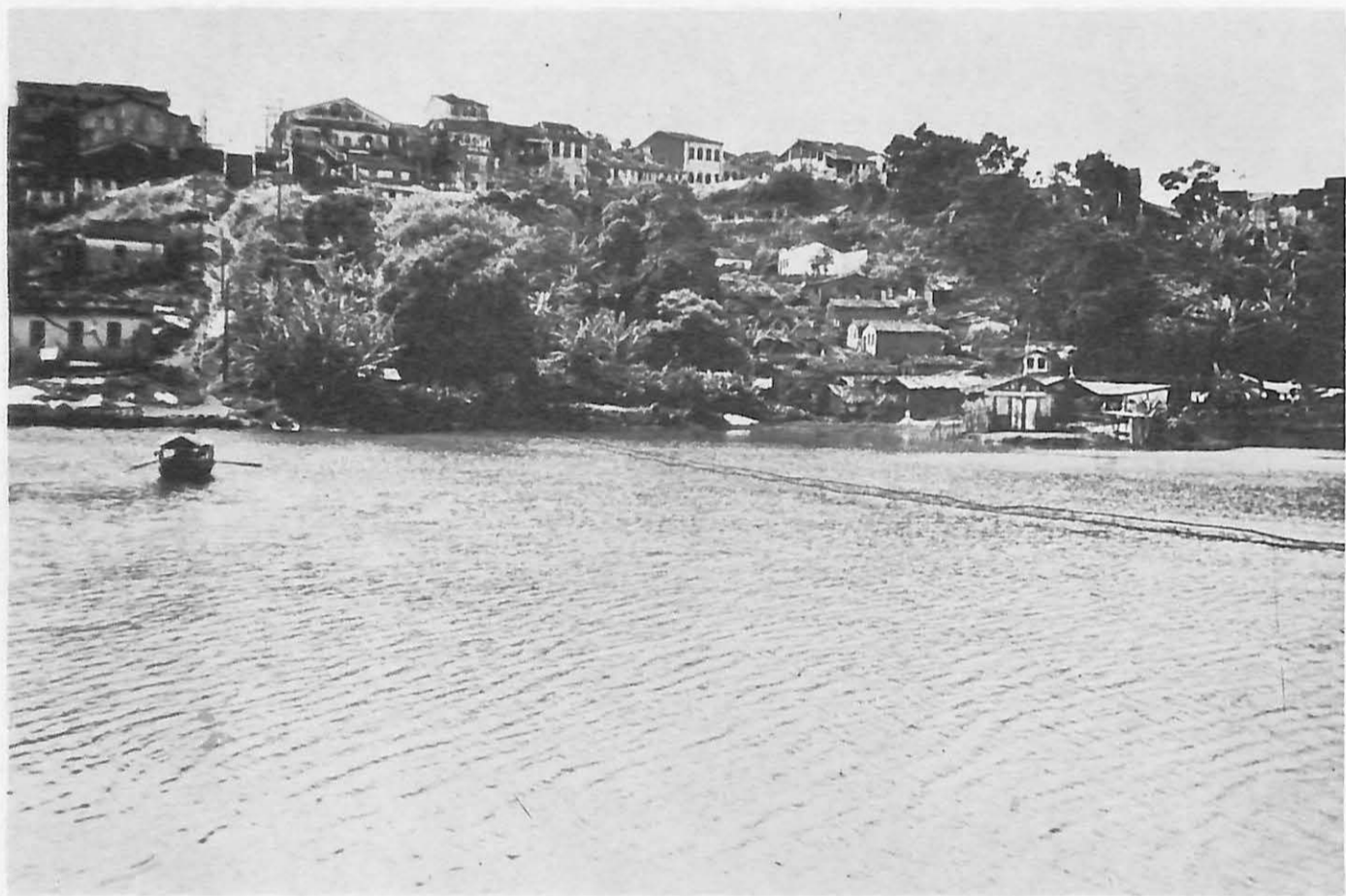
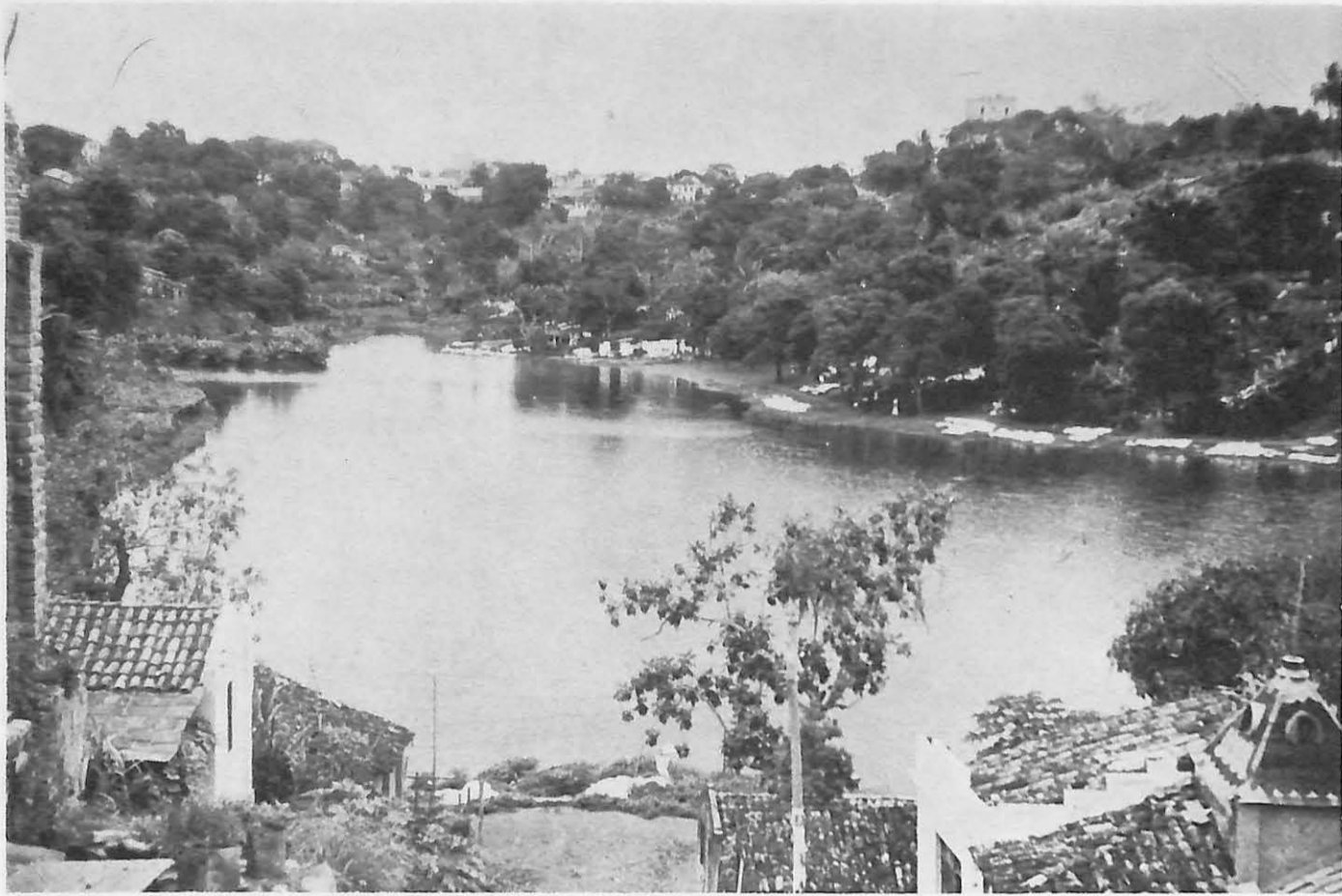


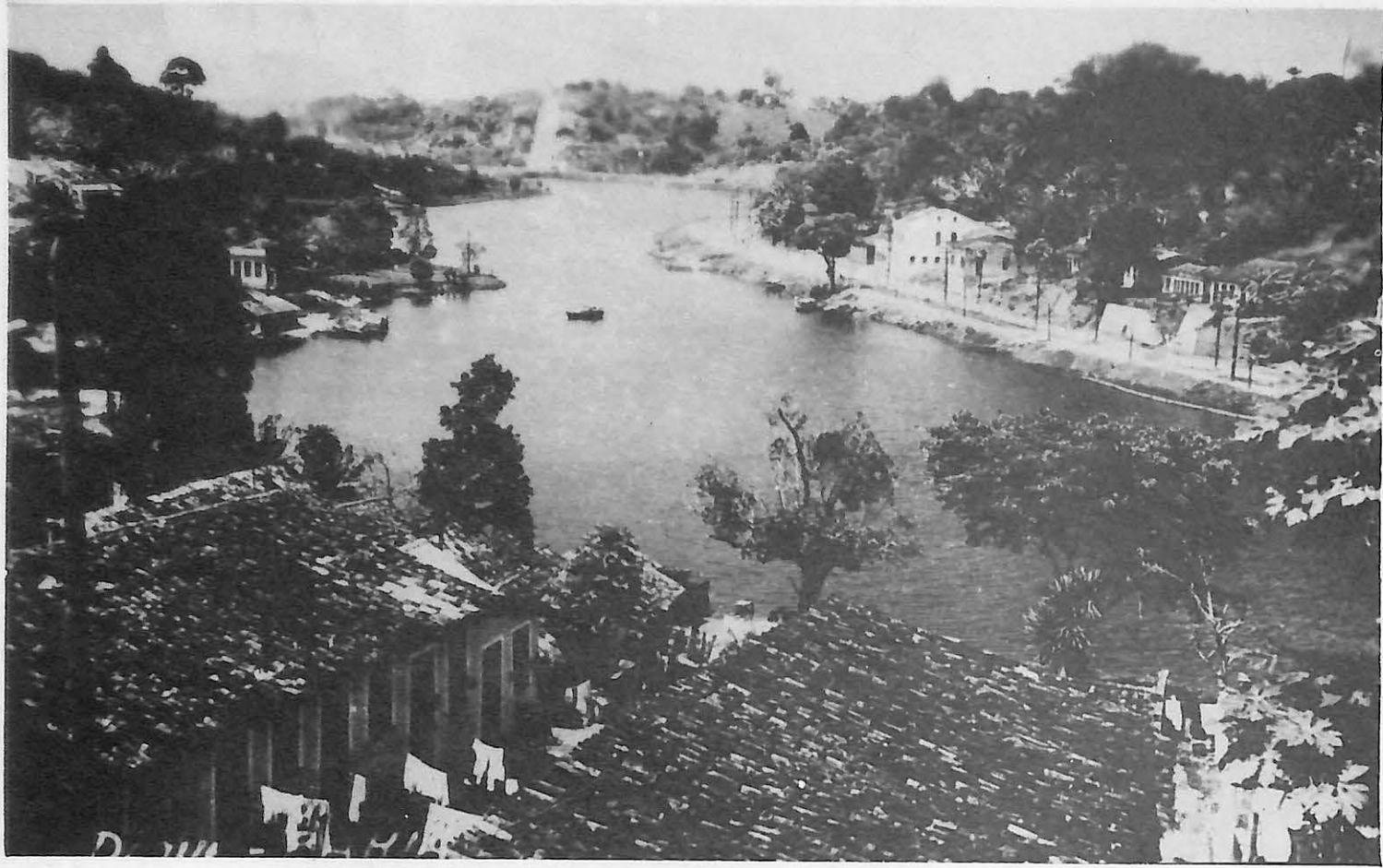
BAHIA Paisagem do Dique.



BAHIA

Tororó







ÔNIBUS VELHOS E FRESCÃO

Têm nomes populares em cada lugar do Brasil. Podem ser peruas ou jardineiras. Na Bahia, homenageiam um poeta italiano.

Somente agora, à força da pressão burocrática, é que o povo começa a incorporar a palavra "ônibus" ao seu vocabulário.

Antes, era só e tão somente a "marinetti"

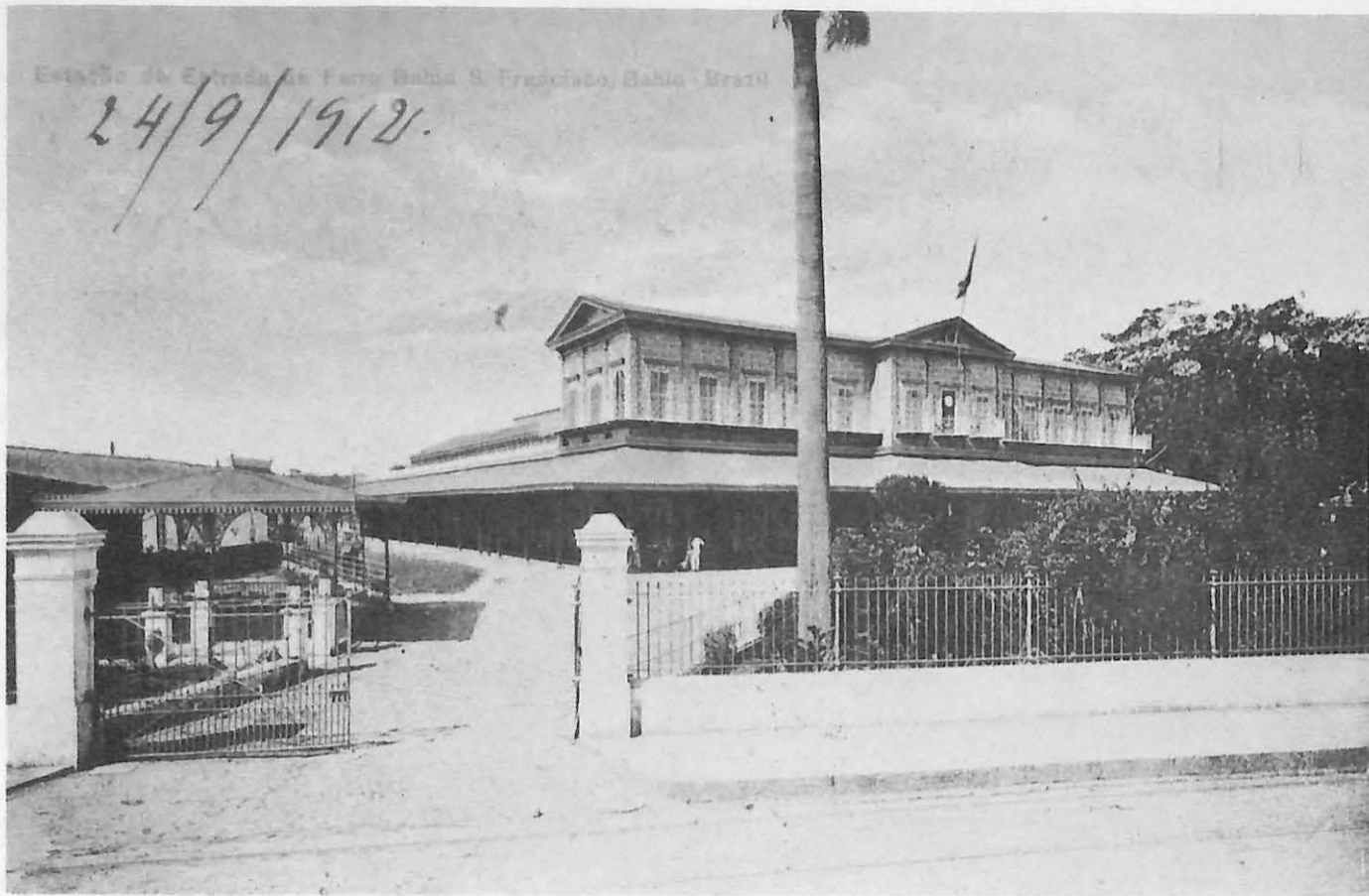
Poucas, com irregularidades nos seus horários, e, em geral, caminhões adaptados, foram as grandes coadjuvantes da expansão urbana dos últimos tempos.

Linhas novas de bondes nem se pensava em assentar. Os próprios carros cada vez menos proporcionais, em número, à população. E a cidade crescendo.

Foram as marinetes que deram condição aos moradores da Cidade de Palha (que virou Cidade Nova), da Cruz do Cosme (que virou IAPI), de tantos e tantos bairros que surgiam, a trabalharem no centro.

Finalmente, tomaram o lugar dos bondes. Sofisticaram-se em ar condicionado.



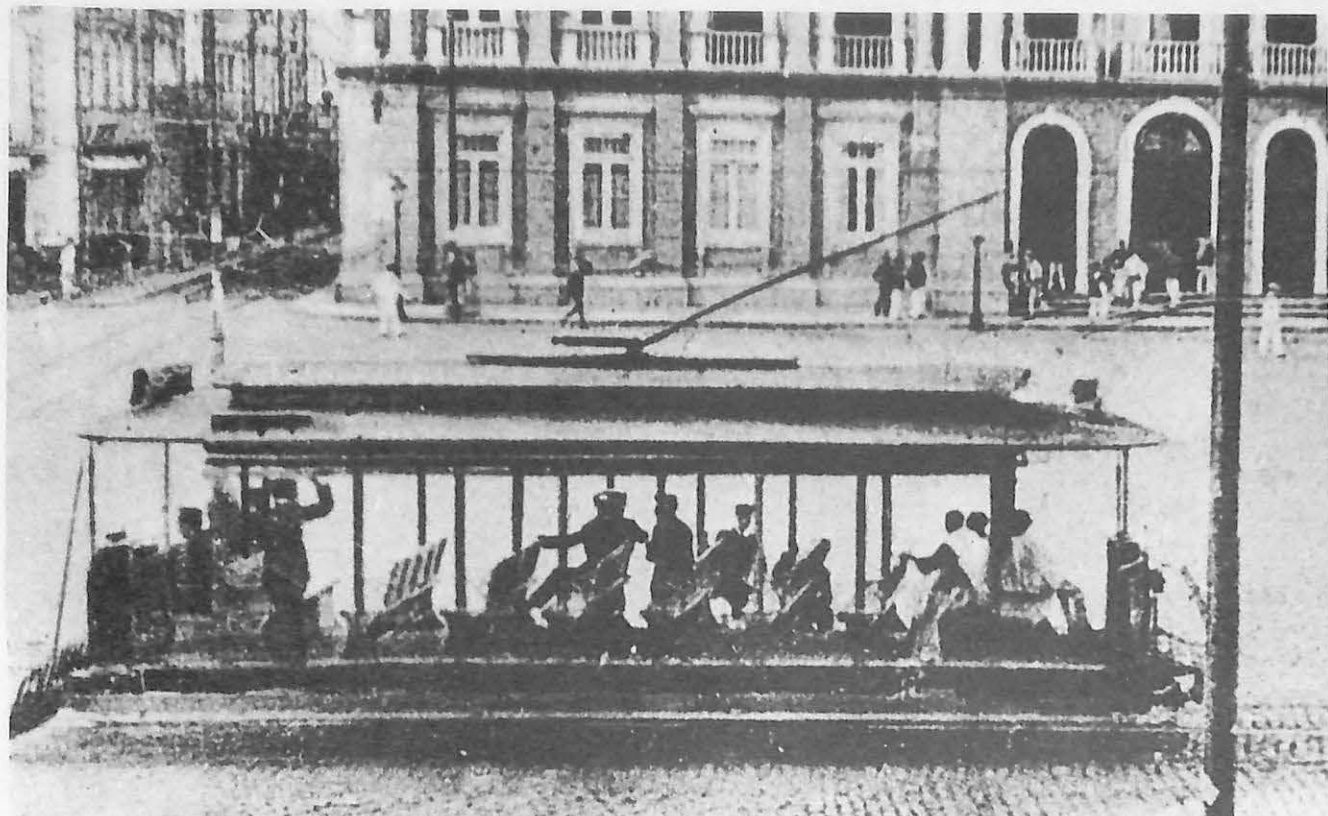


Em maio de 1858, bateu-se a primeira estaca da obra dos trilhos. Em 28 de junho de 1860, inaugurava-se o primeiro trecho da estrada de ferro, ligando a Calçada do Bonfim a Aratu, numa extensão de 18 quilômetros e 307 metros.

Mudava-se, ali, totalmente, o destino de um bairro. O que era simples passagem no caminho para a península de Itapagipe, passou a ser o entreposto de todo o sertão, com a implantação das linhas até Alagoinhas e, mais tarde, para Juazeiro e Machado Portela.

Residências de ferroviários, armazéns do tipo "vende tudo", precursores dos supermercados, pensões baratas, tudo em função da Estação da Leste, nome por que se popularizou a casa, que vinha, em verdade, dos tempos de "Chemin de Fer", companhia estrangeira concessionária.



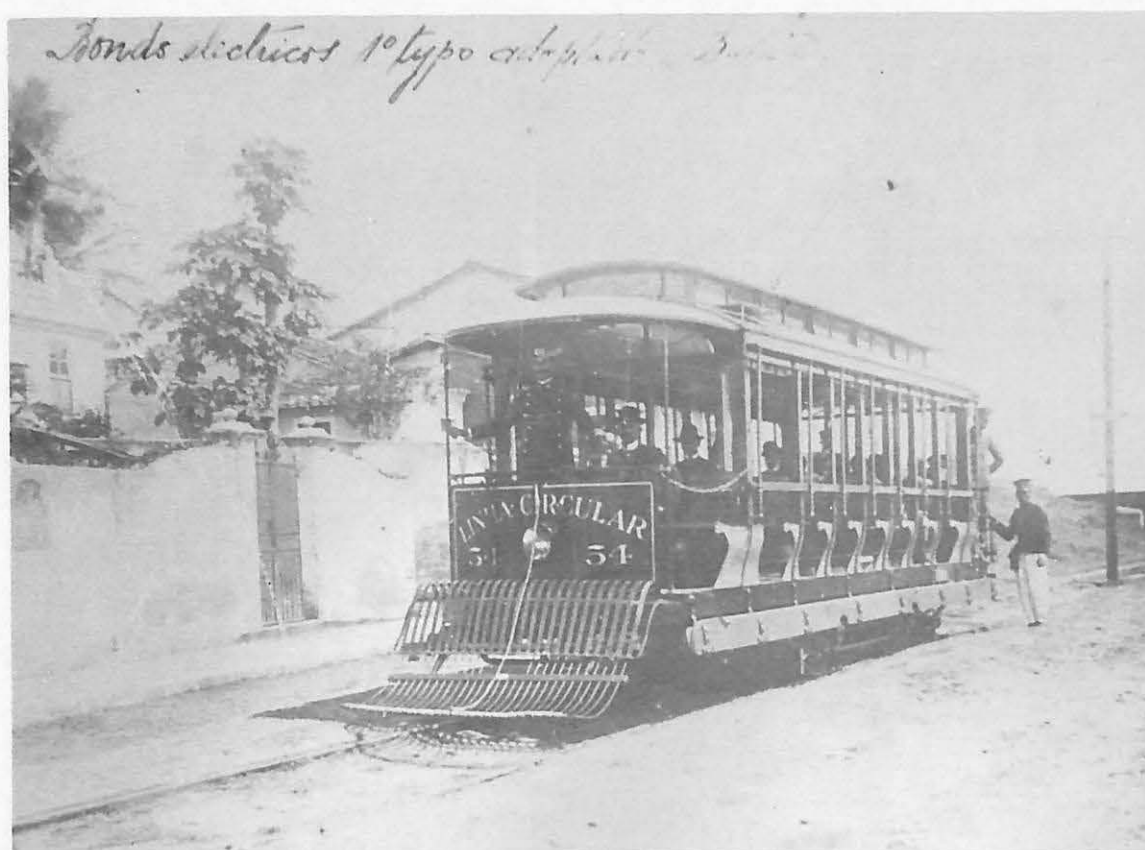


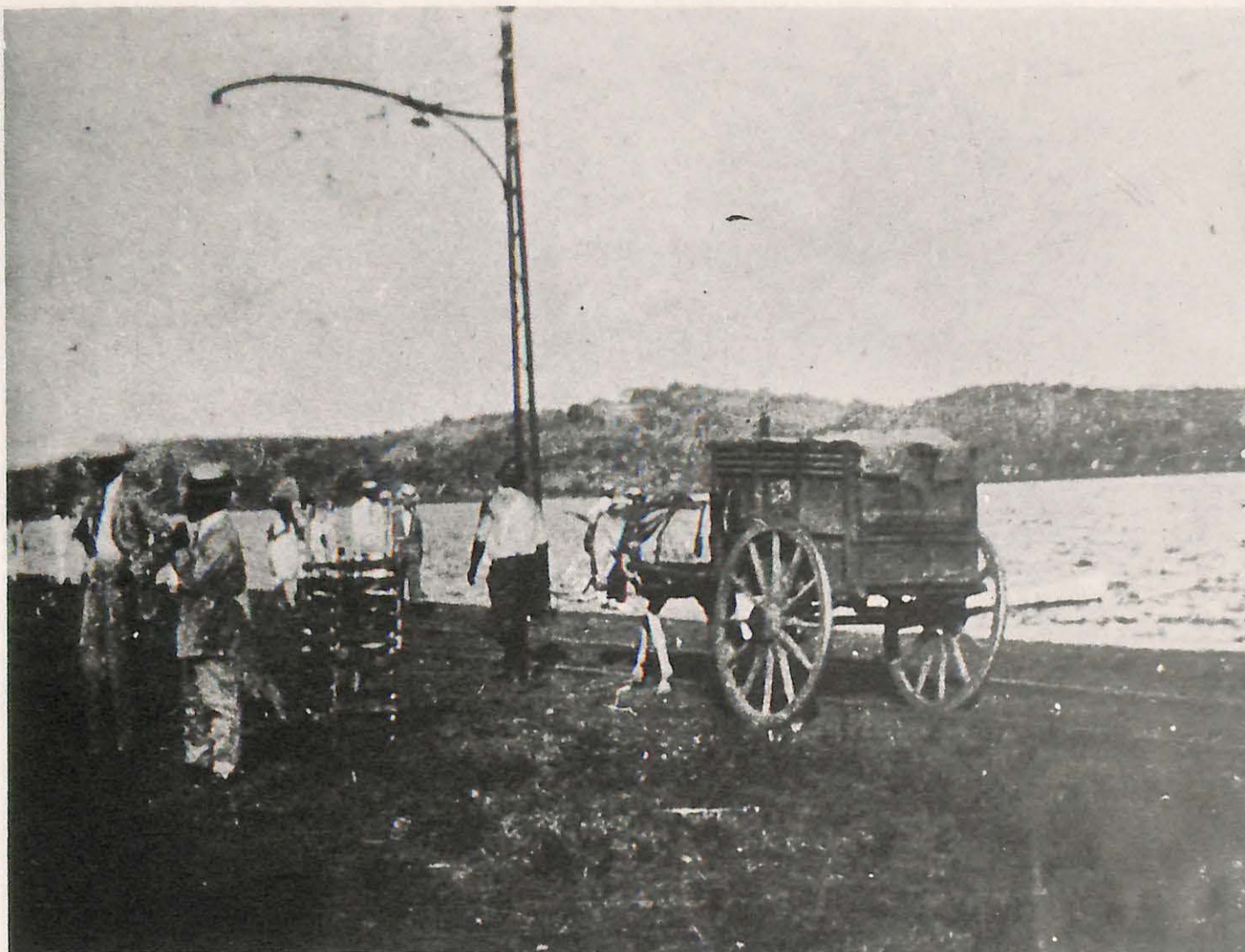
Bondes de burro, como aqueles que aparecem na conhecida foto do Campo Grande, gôndolas do Ariani, fazendo o transporte da "cidade baixa" para o Bonfim, a companhia do Ramos de Queiroz e a "Veículos Econômicos", todos, de tração animal, substituíram as cadeirinhas de arruar e as serpentinhas que vinham da colônia.

Até a mecanização com a "máquina", que ligava o Campo Grande ao Rio Vermelho pela Curva Grande e rua do Trilho; até a "maxambomba", que Francisco Antonio Pereira da Rocha importou para subir a Ladeira da Conceição, movida a vapor...

Os bondes elétricos somente chegaram depois. E, evoluíram com o tempo. Em modelos e em conforto. Dos "Dona Antônia", com banco cara-dura, passando por aqueles que mais se preocupavam com a segurança dos pedestres, com imensos limpa-trilhos, para chegar aos modelos mais comuns e numerosos que, somente muito mais tarde, deram lugar aos chamados "sossega-leões", fechados e estofados.

Há todo um folclore na história desses bondes: 1-Nazaré; 2-Barra; 3-Canela... E, havia os especiais. Bondes para casamentos, enfeitados de sanefas de setim branco, com cadeiras próprias para os moivos, bondes pretos e severos para enterros. Como, também o famoso 25-Especial, que somente saía em grandes ocasiões para conduzir visitantes ilustres.





CARROÇA E CARRO ABERTO

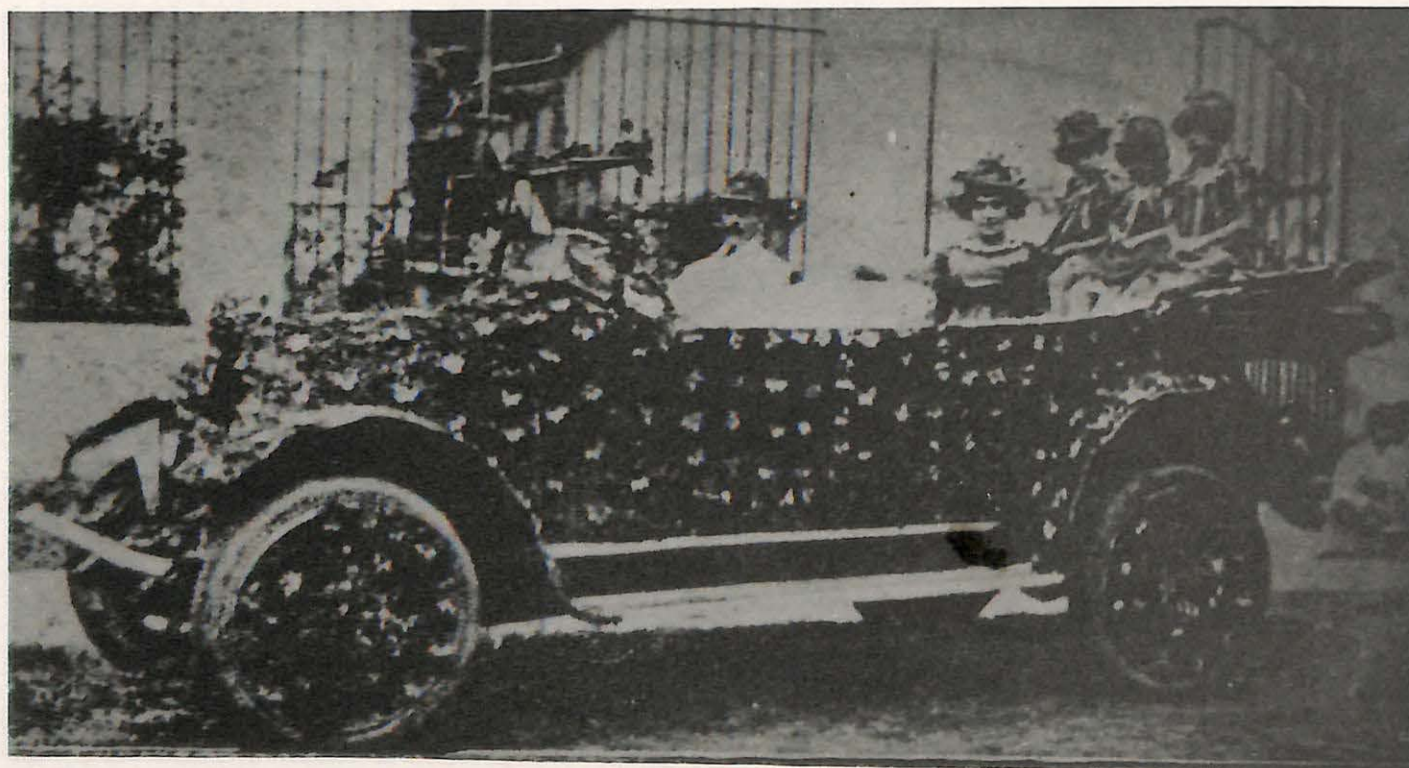
Quando, todos os anos, na primeira quinzena de janeiro, um cortejo de carroças enfeitadas vai da Conceição ao Bonfim, ali se está, além de participando da lavagem, recriando dois momentos da história dos transportes na cidade: o veículo de carga de tração animal e o curso ornamentado.

A carroça, para mudanças de peças mais pesadas e para distâncias mais longas do que podia suportar a resistência de um “ga-

nhador”, a carroça, de assídua freqüência na beira do cais, transportando mercadoria das alvarengas e, depois, dos armazéns, para os trapiches e os grossistas, foi, lentamente, perdendo seu lugar.

Também, o carnaval de participação eliminou o curso de automóveis de capota baixa, fazendo verdadeiras pontes de serpentina com os que o antecediam ou sucediam no curso carnavalesco da Avenida Sete.

Dois momentos da vida baiana.





CARRO DE PRAÇA

Ninguém, mesmo, chamava táxi. Todos conheciam era carro de praça. Estacionados nas próprias, aguardando chamadas pelo telefone. Poucos carros, todos de motoristas que a população inteira conhecia, quase sempre, por apelidos.

E a cidade motorizava-se. Sem data marcada, os veículos de tração animal foram sendo substituídos pelos automóveis. Por particulares e pelo poder público. Da "Assistência", de sino peculiar e estridente, aos "Bombeiros", com carros importados da Inglaterra, donde, também, vinham modelos de ônibus que não "pegaram" na Bahia.

Carro, mesmo Ford de Bigode, ainda era caro e somente alguns mais ricos se podiam permitir ter um próprio. Tomava-se, mesmo, era carro de praça.

E ninguém falava em congestionamento, nem havia a necessidade de estacionamentos periféricos.

